

SEE

Sector Empresarial do Estado

Relatório 2012

Julho 2012



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direção-Geral do Tesouro e Finanças



**GOVERNO DE
PORTUGAL**

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

“Sector Empresarial do Estado – Relatório de 2012”

é uma publicação da

Direção-Geral do Tesouro e Finanças

Rua da Alfândega, n.º 5, 1.º – 1149-008 Lisboa

Telefone: 21 884 60 00 Fax: 21 884 61 19

Presença na Internet: www.dgtf.pt

E-mail: tesouro@dgtf.pt



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direção-Geral do Tesouro e Finanças

As opiniões e análises constantes da presente publicação são da inteira responsabilidade da Direção-Geral do Tesouro e Finanças. Esta publicação possui um carácter meramente informativo e de divulgação pública da atividade do Sector Empresarial do Estado, não pretendendo constituir uma base para a tomada de decisões de investimento relativamente a empresas ou sectores nela referidas.



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	7
2. UNIVERSO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO	8
3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS EPNF	10
3.1. Apreciação Global	10
3.2. Sector da Saúde	14
3.3. Análise por sectores de Actividade	19
3.3.1. Comunicação Social	19
3.3.2. Cultura	20
3.3.3. Gestão de Infraestruturas	22
3.3.4. Requalificação Urbana e Ambiental	25
3.3.5. Serviços de Utilidade Pública	28
3.3.6. Transportes	30
3.3.7. Parapública	33
4. EMPRESAS PÚBLICAS FINANCEIRAS	37
4.1. Grupo Caixa Geral de Depósitos	37
5. INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DO SEE	42
5.1. Investimento direto do SEE	42
5.2. Financiamento Global das EPNF	45
5.3. Limite ao endividamento das EPNF	48
6. ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO	50
6.1. Indemnizações Compensatórias / Subsídios	51
6.2. Dotações de Capital	52
6.3. Empréstimos	53
6.4. Assunção de Passivos e de Responsabilidades	54
6.5. Garantias Concedidas	54
6.6. Transmissão de Património de Sociedades Extintas	59
6.7. Dividendos / Remuneração do Capital Estatutário	59
7. RESPONSABILIDADES CONTINGENTES	61
8. INSTRUMENTOS DE GESTÃO RISCO FINANCEIRO	64



9. PRINCÍPIO DA UNIDADE DA TESOURARIA DO ESTADO-----	68
10. PESO DO SEE NA ECONOMIA-----	70
10.1. Peso no Produto Interno Bruto -----	70
10.2. Peso no Emprego -----	71
10.3. Produtividade relativa do SEE -----	71
11. ANEXOS-----	72
11.1. Empresas Públicas em 2010 e 2011 -----	72
11.2. Outras Participações (carteira acessória*)-----	75
11.3. Empresas em liquidação-----	76
11.4. Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2011-----	77
11.5. Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2010-----	78
11.6. Balanço das EPNF por sectores – 2011-----	79
11.7. Balanço das EPNF por sectores – 2010-----	80
11.8. Demonstração de Resultados do Sector da Saúde – 2011/2010 -----	81
11.9. Balanço do Sector da Saúde – 2011/2010 -----	82
11.10. Demonstração de resultados das EPF – Grupo CGD - 2011-2010-----	83
11.11. Balanço das EPF – Grupo CGD - 2011-2010-----	84



Abreviaturas e Conceitos Utilizados

Abreviaturas	Significado
EPE	Entidade Pública Empresarial
EPF	Empresas Públicas Financeiras
EPNF	Empresas Públicas Não Financeiras
IFRS	International Financial Reporting Standards
IGRF	Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro
ILDs	Infraestruturas de Longa Duração
m€	Milhares de euros
M€	Milhões de euros
MtM	Mark to Market
PIB _{pm}	Produto Interno Bruto valorizado a preços de mercado
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PMP	Prazo Médio de Pagamentos
POC	Plano Oficial de Contabilidade
POCMS	Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
SA	Sociedade Anónima
SEE	Sector Empresarial do Estado
SGPS	Sociedade Gestora de Participações Sociais
SIRIEF	Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SPA	Sector Público Administrativo
UTE	Unidade de Tesouraria do Estado

Conceitos	Fórmulas
Autonomia Financeira	Capital Próprio/ Total do Ativo
EBITDA	<i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i> = Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos
Estrutura Patrimonial	Capitais Permanentes/(Ativo Não Corrente)
Margem do EBITDA	EBITDA/ Vendas e Prestações de Serviços
Produtividade	VAB _{cf} / N.º Médio de Trabalhadores
Solvabilidade	Capital Próprio/ Total do Passivo
VAB _{cf}	Valor Acrescentado Bruto valorizado a custo dos factores
VAB _{pm}	Valor Acrescentado Bruto valorizado a preços de mercado = VAB _{cf} - Subsídios à Exploração
Volume de Negócios	Vendas + Prestações de Serviços

1. INTRODUÇÃO

No âmbito da missão da Direção-Geral do Tesouro e Finanças de exercício da função acionista do Estado e do acompanhamento das empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE), procede-se à apreciação da situação económica e financeira das empresas públicas com participação direta do Estado, reportada a 31 de dezembro de 2011, e sobre os aspetos mais relevantes da atividade do Estado enquanto acionista, designadamente as alterações observadas no universo das suas participações, a atividade de investimento desenvolvida, as necessidades de financiamento globais, o esforço financeiro realizado pelo Estado dirigido às empresas públicas e o peso do SEE na economia.

As entidades públicas empresariais do Sector da Saúde ainda não adotaram o SNC, apresentando as suas contas em POC¹, referentes a 2010 e 2011, não podendo, por isso, ser agregadas com as contas das restantes empresas.

O processo de recolha e agregação dos elementos de informação mais relevantes, para efeitos de análise do desempenho e da situação económico-financeira das empresas, foi desenvolvido com recurso aos dados disponibilizados pelas empresas públicas através do SIRIEF.

O universo de empresas considerado no atual relatório conta com 94 empresas públicas com participação direta do Estado e abrange 9 sectores de atividade distintos.

DGTF, 15 de Julho de 2012

¹ O POCMS não se encontra revogado. Sendo, atualmente o sistema contabilístico aplicável ao Sector da Saúde.



2. UNIVERSO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO

Em 31 de Dezembro de 2011, o Estado detinha diretamente, através da DGTF, um universo de 94 empresas públicas (**Anexo 11.1**) com participação direta relevante cujo valor nominal ascende a M€ 15.342,7, incluindo-se nestas as entidades públicas empresariais.

Para além dessas empresas públicas, que serão objeto de análise no presente relatório, integram também o SEE um vasto conjunto de empresas onde o Estado detém participações minoritárias - classificadas, de acordo com o regime jurídico do SEE, como empresas participadas - e que se encontram agrupadas na chamada “carteira acessória” de participações do Estado, identificadas no quadro **Anexo 11.2**. (Outras participações). Incluem-se ainda, neste último, algumas empresas cuja manutenção na posse do Estado se reveste de carácter excecional ou transitório. Acrescem, finalmente, as empresas do SEE em processo de liquidação, identificadas no quadro **Anexo 11.3**.

No **Quadro 2.1.1** apresentam-se as principais alterações na carteira de participações do Estado ocorridas em 2011.

Quadro 2.1.1
Alterações na carteira de participações
Participações do Estado - síntese evolutiva

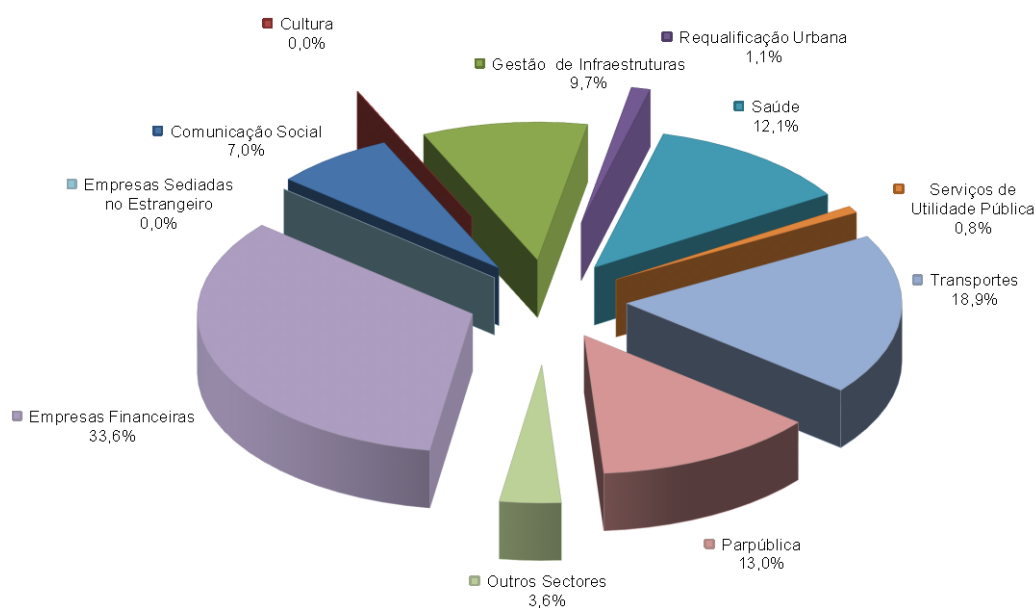
Sector		Ano		Entradas	Saídas	Var.
		2011	2010			
Participações Relevantes	Comunicação Social	2	2			0
	Cultura	3	3			0
	Gestão de Infraestruturas	14	15		EDAB - E. Desenv. Aeroporto do Beja, SA	-1
	Requalificação Urbana e Ambiental	8	9		Frente Tejo, SA	-1
	Saúde	41	42	C.H. Leiria Pombal, EPE C.H. São João, EPE C.H. Baixo Vouga, EPE C.H. do Porto, EPE C.H. Tondela Viseu, EPE C.H. Universitário Coimbra, EPE U. Local de Saúde do Nordeste, EPE	H. Santo André, EPE H. São João, EPE H. São Teotónio, EPE C.H. do Porto, EPE H. Infante Dom Pedro, EPE H. Universidade de Coimbra, EPE C.H. Coimbra, EPE C.H. do Nordeste, EPE	-1
	Serviços de Utilidade Pública	2	2			0
	Transportes	7	7			0
	Parapública	1	1			0
	Outros Sectores	12	13		ENATUR - E. Nacional Turismo, SA	-1
	Empresas Públicas Financeiras	3	3			0
	Empresas Sediadas no Estrangeiro	1	1			0
	subtotal (1)	94	98			
Outras participações	Carteira Acessória	29	33	SPE - Soc. Port. Empreendimentos, SA	CASO - C. Abate de Suínos do Oeste, Ldª DILOP - Alimentos do Sul, SA DILOP - Charcutaria Cozidos e Fumados, SA DILOP - Produtos Alimentares, SA DILOP - Transportes, SA	-4
TOTAL		123	131			

Tendo em conta o valor nominal das participações do Estado em empresas públicas, a estrutura do SEE por sectores de atividade é a representada no **Gráfico 2.1.1**, observando-se que os sectores “Financeiro”, onde se destaca a CGD, e o de “Transportes”, correspondem, no conjunto, a cerca de metade do montante global das participações sociais do Estado.

Gráfico 2.1.1

Empresas Públicas - Participações Directas do Estado/DGTF (31-12-2011)

Estrutura de Participações por Sectores de Actividade



Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

Merece também referência o peso significativo da PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS), S.A., *holding* do Estado que assume um papel instrumental relevante na gestão de participações sociais e de património imobiliário, cuja carteira de participações em empresas do grupo e associadas ascendia, em 31 de dezembro de 2011, a M€ 3.828,5.



3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS EPNF

3.1. Apreciação Global²

O conjunto das Empresas Públicas Não Financeiras³ (EPNF) registou, em 2011, um agravamento do resultado líquido agregado⁴ face ao ano anterior, apresentando um decréscimo de 69,3% em termos globais, e de 74,8% quando ponderados pela percentagem de participação direta do Estado (**Quadro 3.1.1**), explicado pela variação negativa dos resultados financeiros.

Em termos de resultado operacional observou-se uma significativa melhoria, para a qual contribuiu decisivamente o resultado das empresas E.P. - Estradas de Portugal, S.A. e do Grupo Parpública.

Em sentido contrário, no sector dos transportes assinala-se a contabilização de variações negativas de justo valor de ativos e instrumentos de cobertura de risco financeiro, que tiveram como consequência a obtenção de resultado operacional negativo neste sector, conforme explicado no capítulo 3.3.6 deste relatório.

O desempenho económico das empresas que constituem o SEE refletiu-se no aumento da capacidade de libertação de meios resultantes da sua atividade operacional, tendo-se registado um EBITDA agregado de M€ 1.927,5, o que consubstancia um acréscimo de 10,5% face ao exercício anterior. A mesma variação, considerando os dados do EBITDA ponderado pelas percentagens das participações diretas do Estado, é de 4,7%.

Quadro 3.1.1
Empresas Públicas Não Financeiras
Evolução dos Resultados

Milhares de euros

	Globais				Ponderados pela participação do Estado ⁽¹⁾			
	2011	2010	Variação		2011	2010	Variação	
			Absoluta	%			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	283.011	121.452	161.559	133,0%	115.029	46.710	68.320	146,3%
Resultado operacional após subsídios	627.742	467.797	159.945	34,2%	452.591	385.889	66.702	17,3%
Resultado financeiro	(1.482.720)	(972.799)	(509.921)	-52,4%	(1.290.203)	(849.874)	(440.329)	-51,8%
Resultado líquido	(1.287.478)	(760.454)	(527.024)	-69,3%	(1.155.567)	(661.030)	(494.537)	-74,8%
EBITDA	1.927.457	1.744.883	182.574	10,5%	1.438.072	1.373.035	65.038	4,7%
Margem EBITDA	20,3%	20,2%	0,1 p.p.		17,2%	18,0%	-0,9 p.p.	

Fonte: SIRIEF e Relatórios e contas das empresas

⁽¹⁾ Valores agregados ponderados pela percentagem de participação directa do Estado no capital social de cada empresa.

² Apreciação Global das EPNF, sem o sector da Saúde.

³ As empresas públicas financeiras (EPF) são objeto de apreciação no **Ponto 4.** deste relatório.

⁴ Agregação com base nas contas das EPNF, sendo utilizadas as contas consolidadas sempre que aplicável.

Não obstante o resultado líquido agregado (negativo) do conjunto das EPNF ter registado um agravamento, em especial devido ao sector dos transportes, cujo decréscimo foi de M€ 489,6, salienta-se a melhoria observada nos sectores da Comunicação Social (nomeadamente RTP), das Infraestruturas (EP) e dos Serviços de Utilidade Pública (AdP).

Quadro 3.1.2
Empresas Públicas Não Financeiras
Variações de Resultados de 2011 / 2010 - Por sectores

Milhares de euros

Sectores	Variações de R. operacionais	Variações de R. financeiros	Variações de R. líquidos
Comunicação Social	(9.550)	13.997	3.813
Cultura	898	29	924
Infraestruturas	202.267	(164.718)	4.381
Req. Urbana e Ambiental	(6.287)	(7.096)	(12.340)
Serviços de Utilidade Pública	118.391	(29.576)	10.551
Transportes	(285.897)	(203.722)	(489.645)
Parpública	134.188	(103.625)	(34.321)
Outros	5.934	(15.210)	(10.387)
Variação Total das EPNF	159.945	(509.921)	(527.024)

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Ao nível dos resultados operacionais, destacam-se os contributos positivos dos seguintes sectores de atividade:

- Infraestruturas: com a exceção das empresas do sector aéreo, as restantes registaram uma melhoria no seu resultado operacional, sendo de salientar a acréscimo de M€ 189,4 observado pela EP;
- Serviços de Utilidade Pública: embora ambas as empresas (CTT e AdP) tenham registado melhorias, evidencia-se a última com um acréscimo de M€ 111,1;
- Parpública: assinalou um resultado operacional superior ao de 2010 em M€ 134,2.

Pelo contrário, verificaram-se variações negativas nos resultados operacionais dos seguintes sectores:

- Transportes: contribuiu, em especial, para o decréscimo neste sector a variação nas empresas ML e CP, respetivamente com uma deterioração dos resultados operacionais negativos nos montantes de M€ -255,2 e M€ -63,8, derivado essencialmente, da contabilização de perdas com instrumentos derivados de cobertura de risco financeiro;

- Comunicação Social: a RTP viu os seus resultados operacionais agravarem-se em M€ 8,8 em consequência da diminuição das indemnizações compensatórias, sem o efeito da qual, o resultado operacional antes de subsídios teria registado um acréscimo de M€ 22,3;
- Requalificação Urbana e Ambiental: o agravamento neste sector deve-se essencialmente ao Grupo Parque Expo.

O agravamento dos resultados financeiros, extensível à generalidade dos sectores (exceção para a Comunicação Social e Cultura) não só anulou a melhoria ao nível dos resultados operacionais, como potenciou o agravamento dos resultados líquidos globais.

O crescimento significativo observado no volume de negócios (**Quadro 3.1.3**) é explicado em grande medida pela EP e pelo Grupo Parpública, as quais apuraram aumentos de M€ 416,1 e M€ 322,0, respetivamente.

Todavia, deve referir-se que a generalidade dos sectores assinalou aumentos no volume de negócios. Exceção para o sector das infraestruturas ferroviárias que apresentou um decréscimo de M€ 6,2 no âmbito da redução no valor das prestações de serviços da REFER, e para os transportes com uma diminuição de M€ 52,1 devido ao Metro do Porto, matéria analisada no capítulo 3.3.6.

Esta variação, foi acompanhada por uma diminuição do efetivo médio em 2.674 trabalhadores (-4%). Em consequência deste decréscimo, e das reduções salariais impostas no âmbito do plano de redução de custos no SEE, os gastos com pessoal ficaram M€ 176,6 abaixo do montante registado em 2010 (-7,1%). Esta variação favorável será superior se descontarmos os gastos com indemnizações por rescisão de contratos de trabalho.

Quadro 3.1.3
Empresas Públicas Não Financeiras
Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros

	Globais				Ponderados pela participação do Estado ⁽¹⁾			
	2011	2010	Variação		2011	2010	Variação	
			Absoluta	%			Absoluta	%
Volume de negócios	9.487.839	8.646.768	841.071	9,7%	8.382.149	7.610.638	771.511	10,1%
Gastos com Pessoal	2.299.080	2.475.687	(176.608)	-7,1%	2.117.684	2.267.854	(150.169)	-6,6%
VABcf	4.613.548	4.153.525	460.024	11,1%	8.490.466	7.735.650	754.816	9,8%
N.º médio de trabalhadores	63.399	66.072	(2.674)	-4,0%	57.190	59.629	(2.439)	-4,1%
VABcf <i>per capita</i>	72,8	62,9	9,9	15,8%	148,5	129,7	18,7	14,4%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

⁽¹⁾ Valores agregados ponderados pela percentagem de participação directa do Estado no capital social de cada empresa.

Pelos factos descritos, a produtividade média dos trabalhadores – medida pelo Valor Acrescentado Bruto a custo de fatores (VAB_{cf}) *per capita* – registou um acréscimo de 15,8%, em termos nominais.



Para a variação de M€ 3.755,6 registada no ativo (**Quadro 3.1.4**), concorre, entre outros, o acréscimo nos investimentos em ativos intangíveis pela EP (+M€ 1.771,5), em propriedades de investimento pela Parque Escolar (+M€ 699,0) e em investimentos financeiros pelo Grupo Parpública (+M€ 551,7).

Quadro 3.1.4
Empresas Públicas Não Financeiras
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros

	Globais				Ponderados pela participação do Estado ⁽¹⁾			
	2011	2010	Variação		2011	2010	Variação	
			Absoluta	%			Absoluta	%
Ativo	67.778.873	64.023.240	3.755.633	5,9%	58.224.673	54.733.100	3.491.572	6,4%
Capital próprio	(1.140.705)	(931)	(1.139.774)	-122457,3%	(1.824.517)	(826.830)	(997.687)	-120,7%
Interesses minoritários	906.555	788.691	117.864	14,9%	652.950	575.151	77.799	13,5%
Passivo	68.919.578	64.024.174	4.895.404	7,6%	60.049.190	55.559.935	4.489.255	8,1%
Autonomia financeira (%)	-1,7%	0,0%	-1,7 p.p.		-3,1%	-1,5%	-1,6 p.p.	
Solvabilidade (%)	-1,7%	0,0%	-1,7 p.p.		-3,0%	-1,5%	-1,6 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	95,2%	98,5%	-3,3 p.p.		94,6%	98,4%	-3,9 p.p.	

Fonte: SIRIEF e Relatórios e contas das empresas

⁽¹⁾ Valores agregados ponderados pela percentagem de participação directa do Estado no capital social de cada empresa.

No final de 2011 a posição financeira das EPNF era negativa e ascendia, em termos globais, a M€ -1.140,7, face a apenas M€ -0,9 do ano anterior, sendo de destacar a variação ocorrida no sector dos transportes em que se salientam os decréscimos de capital próprio observados nas empresas CP, MP e ML, respetivamente de M€ -301,4, M€ -344,4 e M€ -667,0⁵.

O passivo agregado das EPNF registou, em termos globais, um aumento de M€ 4.895,4 (+7,6%), ou de M€ 4.489,3 se consideradas as ponderações pelas participações do Estado, refletindo-se numa degradação dos rácios financeiros e evidenciando um excessivo recurso a capitais alheios para financiamento das suas atividades, e dotações de capital.

De ressaltar que o acréscimo do passivo contempla a contabilização ao justo valor dos instrumentos financeiros derivados das empresas Metropolitano de Lisboa e Metro do Porto, cujo impacto no agravamento do passivo foi de M€ 667,6.

Refira-se que o esforço financeiro do Estado, sem garantias, dirigido às empresas públicas, incluindo as EPF, (Ponto 6. do presente relatório) ascendeu, em 2011, a M€ 6.905,45, o que representa um acréscimo de 349% face ao ano anterior.

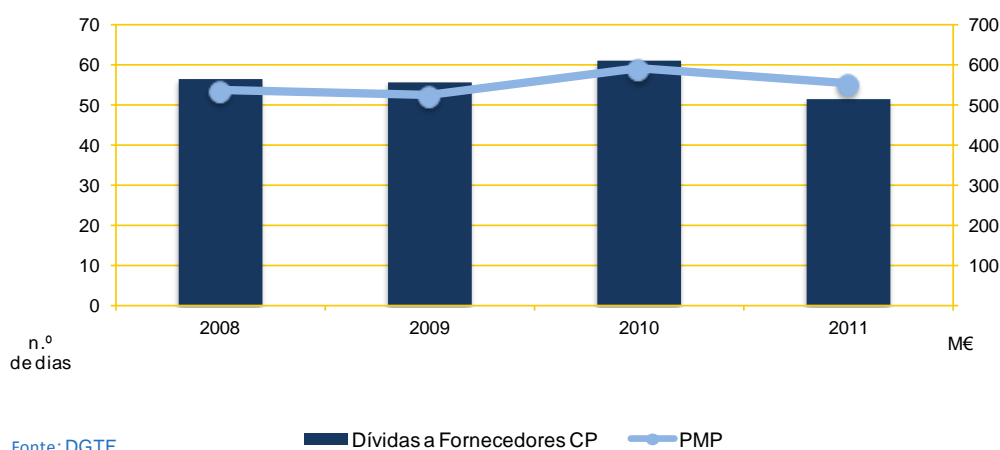
Considerando apenas as dotações de capital para reforço ou constituição de capital social, os subsídios e as indemnizações compensatórias, no âmbito do Capítulo 60º do Orçamento do Estado, o esforço financeiro do Estado ascendeu, em 2011, a M€ 1.244,4.

⁵ A Metropolitano de Lisboa (ML) elabora e certifica as suas demonstrações financeiras segundo as normas internacionais de relato financeiro adotadas na União Europeia, de acordo com as quais a atividade de investimento em infraestruturas de longa duração é considerada de forma autónoma. No presente Relatório, com o objetivo de assegurar a harmonização e agregação da informação financeira com as demais empresas públicas, as demonstrações financeiras foram reconstituídas de modo a integrar aquela atividade.

Já os empréstimos concedidos, que passaram de M€ 74,5 para M€ 5.660,6 justificam o crescimento observado no esforço financeiro do Estado com a totalidade das empresas públicas.

Por último, importa analisar a evolução do prazo médio de pagamento das EPNF, no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro (Programa Pagar a Tempo e Horas, Despacho n.º 9870/2009 de 13 de abril), conjugado com o saldo médio de dívidas de terceiros, representado no gráfico seguinte:

Gráfico 3.1.1
Evolução do Prazo Médio de Pagamentos



Em 2011, não obstante a conjuntura financeira particularmente difícil que o SEE teve de enfrentar, é de assinalar a redução de 4 dias verificada no PMP, o qual passou de 59 dias em 2010 para 55 dias em 2011, voltando a aproximar-se do prazo médio de 2009 (52 dias).

3.2. Sector da Saúde

O sector da Saúde vem atravessando um processo de reorganização que visa a otimização da oferta dos serviços de saúde com uma gestão mais racionalizada da procura, permitindo obter aumentos de eficiência. O modelo seguido, de integração total de cuidados, permitirá atingir um aumento de eficiência dos serviços. Entre outras consequências, proporcionou desde logo a redução, em cerca de metade, da estrutura orgânica, administrativa e funcional das unidades de saúde abrangidas neste processo, sendo acompanhada pela implementação de mecanismos conducentes a uma organização integrada e conjunta que devem tornar mais eficiente a gestão hospitalar das unidades de saúde envolvidas.



A implementação desse processo implicou, naturalmente, alterações na composição da carteira de participações do Estado neste sector. As novas entidades criadas no decorrer do ano de 2011 resultaram todas, sem exceção, da fusão entre várias unidades de saúde já existentes pertencentes quer ao SEE, quer ao Sector Público Administrativo (SPA).

Da alteração na composição da carteira⁶ de participações do Estado, observável no **Quadro 3.2.1**, resulta a impossibilidade de direta comparabilidade⁷ entre os exercícios objeto de avaliação no presente relatório, pelo que na análise dos dados do sector este facto deverá estar sempre presente. Além das novas entidades no sector da Saúde, há que recordar que o Hospital Curry Cabral, EPE⁸, a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE⁹ e o Hospital do Litoral Alentejano, EPE¹⁰ tiveram em 2011 o primeiro ano completo de atividade.

As mudanças ocorridas no sector da Saúde traduziram-se na redução líquida de uma entidade face ao universo existente em 2010. No final do exercício findo em 2011, a carteira de participações do Estado no sector da Saúde era composta por 41 entidades, em contraponto com as 42 existentes no período anterior.

Quadro 3.2.1
Sector da Saúde
Listagem de unidades de saúde objecto de Transformação/Fusão em 2011

Designação	Unidades agregadas / Antiga designação
Centro Hospitalar de São João, EPE*	Hospital de São João, EPE Hospital Nossa Senhora da Conceição de Valongo
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE*	Hospitais da Universidade de Coimbra, EPE Centro Hospitalar de Coimbra, EPE Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE*	Hospital Cândido de Figueiredo Hospital de São Teotónio, EPE
Centro Hospitalar de Leiria-Pombal, EPE*	Hospital de Santo André, EPE Hospital Distrital de Pombal
Centro Hospitalar do Porto, EPE*	Centro Hospitalar do Porto, EPE Hospital Joaquim Urbano
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE*	Hospital Infante D. Pedro, EPE Hospital Visconde Salreu de Estarreja Hospital Distrital de Águeda
Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE**	Centro Hospitalar do Nordeste, EPE Agrupamento dos Centros de Saúde do Alto Trás-os-Montes I - Nordeste

(*) - Criado pelo Decreto-Lei n.º 30/2011, de 2 de Março, publicado na Série I do Diário da República n.º 43, de Março.

(**) - Criado pelo Decreto-Lei n.º 67/2011, de 11 de Abril, publicado na Série I do Diário da República n.º 107, de Junho.

Fonte: Diário da República

⁶ Para efeitos do presente relatório, foram consideradas em 2011 as contas apresentadas pelo Hospital Infante D. Pedro, EPE (não foi analisada qualquer informação do Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE). O mesmo sucedeu em relação ao Centro Hospitalar de Coimbra, EPE e aos Hospitais da Universidade de Coimbra, EPE, cujas contas apresentadas para exercício de 2011 abarcaram o período até 11 de dezembro (não foi analisada qualquer informação do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE).

⁷ Em resultado das alterações verificadas, neste sector de atividade, as comparações em termos de indicadores económicos e financeiros realizadas neste documento, quando nada seja dito em contrário, devem ter em consideradas as referidas transformações.

⁸ Criado pelo Decreto-Lei n.º 21/2010, de 24 de março.

⁹ Criado pelo Decreto-Lei n.º 318/2009, de 2 de novembro.

¹⁰ Criado pelo Decreto-Lei n.º 303/2009, de 22 de outubro.

De acordo com o meio onde estão inseridas, com realidades muito heterogéneas, as entidades que constituem este sector possuem dimensões bastante variadas, o que se constata nos seus desempenhos individuais.

Assim, a título demonstrativo, em 2011 o valor de ativo líquido mais elevado no sector (Hospitais da Universidade Coimbra, EPE) é 61 vezes o ativo líquido da empresa de menor dimensão (Hospital Santa Maria Maior, EPE), enquanto o volume de negócios dessas mesmas entidades apresenta uma variação de 10,5 vezes.

Ao nível do resultado operacional agregado, este passou de M€ - 394,8 em 2010, para M€ -405,0 em 2011, repercutindo uma deterioração de 2,6%. Deve ser assinalado o contributo das novas entidades consideradas no presente relatório¹¹, que em conjunto alcançaram um resultado operacional de M€ -27,9. De sublinhar que em universo comparável¹² o desempenho do sector da Saúde registaria uma evolução favorável de 3,4%.

Assim, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, o sector apresentou um resultado líquido agregado de M€ -386, o que representa um agravamento de 19,5% face ao exercício anterior. As novas entidades, em conjunto, registaram um resultado líquido de M€ -20,8.

Quadro 3.2.2
Sector da Saúde
Evolução dos Resultados

Milhares de euros

	2011	2010	Variação		2011 Univ. Comp.	2010 Univ. Comp.	Variação	
			Absoluta	%			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(421.444)	(416.305)	(5.139)	-1,2%	(353.088)	(368.965)	15.878	4,3%
Resultado operacional após subsídios	(405.020)	(394.773)	(10.246)	-2,6%	(338.918)	(350.954)	12.036	3,4%
Resultado financeiro	831	1.179	(348)	-29,5%	(946)	(1.898)	951	50,1%
Resultado líquido	(386.012)	(322.925)	(63.086)	-19,5%	(326.024)	(281.959)	(44.065)	-15,6%
EBITDA	(217.303)	(202.534)	(14.769)	-7,3%	(185.069)	(193.176)	8.107	4,2%
Margem EBITDA	-5,1%	-4,2%	-0,8 p.p.		-5,3%	-5,1%	-0,3 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Ao nível do volume de negócios, verifica-se uma retração de 10,6%. Tal fato é justificado pela redução dos preços pagos e limitação do volume de serviços contratados, pelo Ministério da Saúde, em diversas linhas de atividade, com as várias entidades do sector. O maior volume de negócios é registado pelo Centro Hospitalar Lisboa Central EPE (M€ 295,6), seguindo-se o Centro Hospitalar Lisboa Norte¹³ EPE (M€ 256,5).

¹¹ Como anteriormente referido, da fusão entre unidades do SPA com as EPE resultaram novas entidades. Para efeitos do presente relatório foram consideradas a Unidade Local de Saúde do Nordeste EPE, o Centro Hospitalar do Porto EPE, o Centro Hospitalar de S. João EPE, o Centro Hospitalar Leiria-Pombal EPE e o Centro Hospitalar Tondela-Viseu EPE.

¹² Excluindo as novas entidades, as entidades que deixaram de fazer parte da carteira de participações (no presente relatório foram consideradas neste conjunto o Hospital de S. João EPE, o Hospital Santo André EPE, o Hospital de S. Teotónio EPE e o Centro Hospitalar do Nordeste EPE.) e as unidades com atividade parcial como HEPE em 2010 (o Hospital Curry Cabral EPE, o Hospital do Litoral Alentejano EPE e a Unidade Local de Saúde do Nordeste).

¹³ A variação face a 2010 foi de M€ -100,3, consequência da redução de preços pagos pelo Ministério da Saúde.



No que concerne aos custos com pessoal, tendo existido um reforço marginal em termos de efetivos (527 trabalhadores adicionais), tal não foi impedimento para que fosse alcançada uma redução importante, situada em -14,1% face a 2010.

A forte redução no volume de negócios, conforme acima já abordado, foi o principal fator que contribuiu para a evolução desfavorável da produtividade do universo dos hospitais EPE, calculado pelo VAB_{cf} per capita.

Quadro 3.2.3
Sector da Saúde
Indicadores de Gestão Operacional

	Milhares de euros							
	2011	2010	Variação		2011	2010	Variação	
			Absoluta	%	Univ. Comp.	Univ. Comp.	Absoluta	%
Volume de negócios	4.284.978	4.793.343	(508.366)	-10,6%	3.479.517	3.816.237	(336.719)	-8,8%
Custos com pessoal	2.388.446	2.780.580	(392.134)	-14,1%	1.954.130	2.222.488	(268.358)	-12,1%
VAB_{cf}	2.015.800	2.398.919	(383.119)	-16,0%	1.649.983	1.894.925	(244.942)	-12,9%
N.º médio de trabalhadores	92.709	92.182	527	0,6%	74.636	74.461	175	0,2%
VAB _{cf} per capita	21,7	26,0	(4,3)	-16,4%	22,1	25,4	(3,3)	-13,1%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

A dimensão diversa da estrutura patrimonial que apresentam as várias entidades que compõe o sector mostra, mais uma vez, a heterogeneidade que acima se aludiu. Desse modo observou-se que o ativo líquido varia entre os M€ 917,3 dos Hospitais da Universidade de Coimbra EPE e os M€ 15 do Hospital Santa Maria Maior, EPE.

As alterações ocorridas no património das entidades da Saúde derivam, genericamente, do efeito da faturação ainda por validar pela Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) e dos adiantamentos recebidos sobre a mesma, gerando por esta via um impacto quer no Ativo, quer no Passivo, nas rubricas de «Acréscimos de Proveitos» e «Adiantamento de Clientes», respetivamente.

Do crescimento registado no valor do ativo líquido, M€ 340,9¹⁴ está relacionado com a incorporação de novas entidades no sector. O restante deve-se, essencialmente, ao aumento da rubrica «Acréscimo de Proveitos».

Ao nível do passivo, o incremento resulta do aumento da dívida a fornecedores de curto prazo (+41,9%) e da dívida pelo adiantamento de Clientes (+40,6%). Neste ponto deverá ser igualmente referido que as dívidas de Clientes registaram um aumento considerável de M€ 259,0 (23,7%). Por conseguinte, essa realidade é espelhada nos indicadores económico-financeiros apresentados pelo sector.

¹⁴ Valor descontado das entidades que deixaram de fazer parte do sector.



Quadro 3.2.4
Sector da Saúde
Estrutura Patrimonial

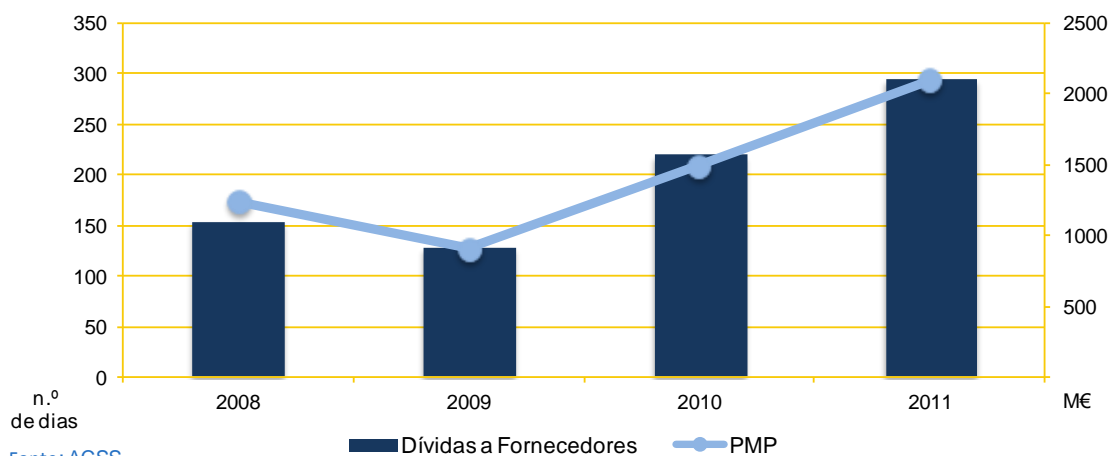
Milhares de euros

	2011	2010	Variação		2011	2010	Variação	
			Absoluta	%	Univ. Comp.	Univ. Comp.	Absoluta	%
Ativo líquido	6.711.278	5.905.684	805.593	13,6%	5.780.298	5.164.994	615.304	11,9%
Capital próprio	867.639	1.268.726	(401.087)	-31,6%	624.651	975.018	(350.367)	-35,9%
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo	5.843.638	4.636.958	1.206.680	26,0%	5.155.647	4.189.976	965.671	23,0%
Autonomia financeira (%)	12,9%	21,5%	-8,6 p.p.		10,8%	18,9%	-8,1 p.p.	
Solvabilidade (%)	14,8%	27,4%	-12,5 p.p.		12,1%	23,3%	-11,2 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	51,3%	77,5%	-26,2 p.p.		44,1%	70,0%	-25,9 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O prazo médio de pagamentos a fornecedores aplicado ao sector da Saúde tal como definido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, no âmbito do “Programa Pagar a Tempo e Horas”¹⁵, em paralelo com o saldo médio de dívidas a fornecedores é apresentado no **Gráfico 3.2.1**.

Gráfico 3.2.1
Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores



A evolução desfavorável que se registou em 2011, onde o prazo médio de pagamentos a fornecedores atingiu os 294 dias e um saldo médio de M€ 2.109,0, deriva não apenas das adversas condições macroeconómicas globais, com implicações no aumento das dívidas de Clientes (M€ 259,0), mas também associado à redução dos preços pagos em diversas linhas de atividade às várias entidades do sector pelos serviços prestados, de acordo com o contrato programa definido pelo Ministério da Saúde, tendo gerado por essa via uma diminuição nas receitas.

¹⁵ Despacho n.º 9870/2009 de 13 de Abril, correspondendo a um dos objetivos previstos no “Small Business Act” para a Europa, adotada pela Comissão Europeia em 25 de Junho de 2008.



3.3. Análise por sectores de Atividade¹⁶

3.3.1. Comunicação Social

Este sector integra a RTP – Rádio e Televisão de Portugal, SA e a LUSA – Agência de Notícias de Portugal, SA, sendo a sua evolução determinada quase exclusivamente pela primeira, dada a sua expressiva dimensão.

Em 2011, o resultado líquido do sector da comunicação social melhorou em M€ 3,8 face ao ano anterior, evolução explicada pelo ganho financeiro decorrente da variação positiva no justo valor de veículo financeiro detido pela RTP.

Quadro 3.3.1.1 Sector da Comunicação Social Evolução dos Resultados

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(75.231)	(97.566)	22.336	22,9%
Resultado operacional após subsídios	14.107	23.658	(9.550)	-40,4%
Resultado financeiro	6.818	(7.179)	13.997	195,0%
Resultado líquido	19.543	15.730	3.813	24,2%
EBITDA	21.943	31.739	(9.795)	-30,9%
Margem EBITDA	9,5%	15,5%	-6,0 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Em termos de desempenho operacional, deve ser salientada a variação do resultado operacional antes de subsídios que registou uma melhoria de 22,9% face a 2010. Tal resultou, por um lado do acréscimo no volume de negócios, que passou de M€ 204,5 para M€ 230,8, conforme se observa no quadro seguinte, face ao aumento da Contribuição do Audiovisual (CAV) recebida pela RTP¹⁷, e por outro, da redução nas rubricas fornecimentos e serviços externos e custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas.

No que respeita aos gastos com o pessoal, importa referir que descontando o efeito das indemnizações de rescisões por acordo mútuo, registou-se um decréscimo de 6,8% nesta rubrica, cumprindo com as disposições do Plano de Redução de Custos (PRC) implementado no SEE.

¹⁶ Não se efetua neste capítulo a análise das empresas consideradas em “Outros Sectores” por englobar um conjunto de entidades heterogéneo e disperso por diversas áreas.

¹⁷ A CAV sofreu, por força da Lei do Orçamento de Estado para 2011, um aumento de 29,3% relativamente ao valor vigente em 2010, de € 1,74/mês, em 2010, para € 2,25/mês em 2011.



Quadro 3.3.1.2
Sector da Comunicação Social
Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto nº de trabalhadores

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	230.789	204.527	26.262	12,8%
Gastos com Pessoal	119.228	115.336	3.892	3,4%
VABcf	162.798	156.933	5.865	3,7%
N.º médio de trabalhadores	2.427	2.546	(119)	-4,7%
VABcf per capita	67,1	61,6	5,4	8,8%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Quanto à evolução da situação patrimonial do sector, assinala-se o decréscimo de 10,1% no passivo, decorrente da diminuição dos financiamentos obtidos e das dívidas a fornecedores.

Quadro 3.3.1.3
Sector da Comunicação Social
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
Ativo	384.910	397.284	(12.374)	-3,1%
Capital próprio	(462.426)	(545.534)	83.108	15,2%
Interesses minoritários	-	-	-	-
Passivo	847.336	942.818	(95.482)	-10,1%
Autonomia financeira (%)	-120,1%	-137,3%	17,2 p.p.	
Solvabilidade (%)	-54,6%	-57,9%	3,3 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	-102,1%	34,8%	-136,9 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

No que respeita ao capital próprio, assinala-se uma melhoria de 15,2%, no essencial resultado do aumento do capital social realizado na RTP, no montante de M€ 66,2, conjugado com o resultado líquido registado pela empresa.

Em resultado da recuperação do capital próprio associada à redução do passivo, registou-se uma melhoria na débil estrutura financeira do sector em termos de autonomia financeira e solvabilidade.

3.3.2. Cultura

O sector da Cultura integra atualmente três entidades públicas empresariais gestoras de estruturas vocacionadas para o desenvolvimento de atividades artísticas cénicas e musicais:

- Teatro Nacional D. Maria II, EPE;

- Teatro Nacional de São João, EPE, que gere o Teatro Nacional de São João, o Teatro Carlos Alberto e o Mosteiro de São Bento da Vitória;
- OPART - Organismo de Produção Artística, EPE, que gere o Teatro Nacional de São Carlos e a Companhia Nacional de Bailado e integra, ainda, a Orquestra Sinfónica Portuguesa e o coro do Teatro Nacional de São Carlos.

Quadro 3.3.2.1 Sector da Cultura Evolução dos Resultados

Milhares de euros

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(24.308)	(25.546)	1.238	4,8%
Resultado operacional após subsídios	470	(428)	898	209,8%
Resultado financeiro	27	(2)	29	1370,3%
Resultado líquido	467	(457)	924	202,3%
EBITDA	1.281	416	864	207,6%
Margem EBITDA	19,0%	5,0%	14,0 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

No conjunto do sector verifica-se uma melhoria dos resultados operacionais após subsídios, que se traduziu num aumento de 209,8%, em parte, resultante da redução de gastos operacionais, em particular nos gastos com o pessoal (-14,6%) e fornecimentos e serviços externos (-6,7%), permitindo registar uma variação positiva do EBITDA (207,6%).

Quadro 3.3.2.2 Sector da Cultura Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto n.º de trabalhadores

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	6.749	8.364	(1.616)	-19,3%
Gastos com Pessoal	18.306	21.443	(3.136)	-14,6%
VABcf	21.386	22.436	(1.050)	-4,7%
N.º médio de trabalhadores	557	594	-38	-6,3%
VABcf per capita	38,4	37,8	0,7	1,7%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O contexto económico desfavorável refletiu-se negativamente na procura de atividades culturais, originando que o volume de negócios registasse um decréscimo de 19,3%.



A maior contribuição (64%) para o volume de negócios provém da atividade do TNDM II, tendo esta entidade absorvido apenas 2% dos subsídios atribuídos às empresas do sector. Assinala-se que em 2011 os subsídios à atividade foram reduzidos em 1,4%, face ao ano anterior.

No que concerne aos gastos com pessoal, a conjugação da redução do número de trabalhadores com a não atribuição dos subsídios de natal traduziu-se numa redução destes gastos em cerca de M€ 3,1 comparativamente com o período homólogo, atingindo o valor de M€ 18,3.

Quadro 3.3.2.3 Sector da Cultura Estrutura Patrimonial

Milhares de euros

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
Ativo	9.405	9.443	(38)	-0,4%
Capital próprio	471	125	346	277,5%
Interesses minoritários	0	0	-	-
Passivo	8.934	9.318	(384)	-4,1%
Autonomia financeira (%)	5,0%	1,3%	3,7 p.p.	
Solvabilidade (%)	5,3%	1,3%	3,9 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	109,3%	49,1%	60,2 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O rácio da estrutura patrimonial das empresas do sector da Cultura é influenciado negativamente pelo impacto da contabilização de provisão referente a um processo em contencioso¹⁸. A OPART revela necessidades de reestruturação financeira evidentes, pelo peso excessivo peso do passivo da sociedade, na estrutura do Balanço. O aumento dos capitais próprios deveu-se à melhoria significativa dos resultados líquidos neste período, que passaram a positivos e registaram um crescimento de 202,3%.

3.3.3. Gestão de Infraestruturas

Este sector é responsável pela promoção das condições de acessibilidade e mobilidade de pessoas e mercadorias no País, e de Portugal com o resto do mundo. Este conjunto integra empresas gestoras de infraestruturas aeroportuárias, portuárias, rodoviárias, ferroviárias e outras infraestruturas, e tem como objetivo permanente promover a coesão territorial, a melhoria da mobilidade, das acessibilidades nacionais e da conectividade internacional, atenuando a situação periférica do país e das suas regiões no contexto global.

¹⁸ Processo decorrente de relação jurídica, anterior à criação do OPART, entre o Teatro Nacional de S. Carlos e um antigo diretor musical da Orquestra Sinfónica Portuguesa. O OPART foi condenado em 1ª instância e por isso procedeu a realização de provisão.



Trata-se de um sector de elevada intensidade de capital, financeiramente alavancado e relativamente exposto às variações das procuras interna e externa e à conjuntura financeira, nacional e internacional.

O lucro apurado em 2011, no montante de M€ 23,7, representou um aumento de M€ 4,4 em relação ao ano anterior. Para esta evolução positiva contribuíram o sector das infraestruturas portuárias com um crescimento de 107,8% (M€ +18,4) e o sector das infraestruturas rodoviárias (integrando apenas a EP) cujo resultado líquido cresceu 40,3% (M€ +41,3). O sector das infraestruturas aéreas, não obstante continuar a apresentar lucro, bem como os sectores das infraestruturas ferroviárias e outras infraestruturas, com prejuízo, observaram variações negativas ao nível do resultado líquido.

A existência de resultado líquido muito favorável não deve dissociar-se da circunstância da contribuição do serviço rodoviário, enquanto rendimento da exploração da rede rodoviária, seja aplicada igualmente no financiamento da expansão dessa rede e, nessa medida, na ótica da EP e do contrato de concessão geral, à aquisição dos direitos de exploração futuros da rede. Neste sentido, não se trata de um resultado disponível para aplicação, encontrando-se imediatamente afeto ao autofinanciamento dos investimentos.

A evolução favorável do resultado líquido foi determinada pelo comportamento positivo do resultado operacional (M€ +202,3) cuja variação de 79,0% mais que compensou o agravamento do resultado financeiro (M€ -164,7).

Para esse desempenho, ao nível do resultado operacional do sector, devem ser destacadas a EP e a REFER, que apresentaram os maiores crescimentos, respetivamente de M€ 189,4 e de M€ 19,3. Em contrapartida, o sector das infraestruturas aéreas registou decréscimos no montante de M€ 28,1. Relativamente a este subsector, salientam-se as diminuições no resultado operacional de M€ 22,3 na ANA e de M€ 5,0 na NAV, permanecendo contudo ambas as empresas a registar resultados operacionais positivos.

O acréscimo do endividamento, associado ao aumento das taxas de juro suportadas, resultou na deterioração do resultado financeiro das empresas do sector em M€ -164,7, conforme já referido, representando um agravamento de 98,4% face a 2010. As empresas que mais contribuíram para o agravamento desse agregado foram a EP, com M€ -124,9, e a REFER, com M€ -30,8.



Quadro 3.3.3.1
Sector das Infraestruturas
Evolução dos Resultados

Milhares de euros

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	420.820	216.601	204.219	94,3%
Resultado operacional após subsídios	458.310	256.043	202.267	79,0%
Resultado financeiro	(332.105)	(167.387)	(164.718)	-98,4%
Resultado líquido	23.693	19.312	4.381	22,7%
EBITDA	798.455	608.717	189.738	31,2%
Margem EBITDA	27,3%	24,5%	2,8 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O aumento do EBITDA, e da correspondente margem, apontam para a ocorrência de ganhos de eficiência no sector das infraestruturas em 2011, conforme se pode observar a partir dos indicadores apresentados no quadro 3.3.3.1.

A melhoria do resultado operacional foi obtida através de um aumento significativo no volume de negócios (M€ +443,7)¹⁹ conjugado com a diminuição dos gastos com pessoal (M€ -10,3) e dos fornecimentos e serviços externos (M€ -40,8), dando continuidade ao Plano de Redução de Custos (PRC) no SEE.

O acréscimo significativo do volume de negócios traduziu-se num aumento do valor acrescentado gerado pelo sector, na ordem dos 16,4%. A conjugação desta variação com a diminuição de 8,3% do efetivo médio de trabalhadores consubstanciou-se na melhoria do rácio da produtividade média por trabalhador, originando um crescimento na ordem dos 26,9%.

Quadro 3.3.3.2
Sector das Infraestruturas
Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto nº de trabalhadores

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	2.925.959	2.482.252	443.707	17,9%
Gastos com Pessoal	436.464	446.761	(10.296)	-2,3%
VABcf	1.217.215	1.046.017	171.198	16,4%
N.º médio de trabalhadores	8.228	8.971	(743)	-8,3%
VABcf per capita	147,9	116,6	31,3	26,9%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

No que se refere à estrutura patrimonial, o ativo líquido do sector das infraestruturas aumentou em M€ 2.347,0, quando comparado com o ano de 2010, suportado, em grande parte, pelo

¹⁹ O aumento do volume de negócios deve-se, sobretudo, à variação dos rendimentos dos contratos de construção da EP no montante de M€ 416,1 (cerca de 93,8% da variação do sector). De acordo com a interpretação IFRIC 12 das normas contabilísticas internacionais para os contratos de concessão, a EP reconhece na Demonstração de Resultados, nas rubricas de gastos e de rendimentos, a totalidade das atividades de construção asseguradas por via direta ou subconcessionadas.



aumento do investimento em ativos intangíveis da EP (cerca de M€ 1.771,6) e, numa menor dimensão, pelo investimento em ILDs efetuado pela REFER (cerca de M€ 451,5).

Quadro 3.3.3.3 Sector das Infraestruturas Estrutura Patrimonial

Milhares de euros

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
Ativo	27.091.560	24.744.560	2.347.000	9,5%
Capital próprio	413.107	351.675	61.432	17,5%
Interesses minoritários	0	0	0	-
Passivo	26.678.453	24.392.885	2.285.567	9,4%
Autonomia financeira (%)	1,5%	1,4%	0,1 p.p.	
Solvabilidade (%)	1,5%	1,4%	0,1 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	121,6%	108,0%	13,5 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O acréscimo no capital próprio decorre, no essencial, de um aumento do capital estatutário da REFER, no montante de M€ 125 ocorrido no final de 2011, conjugado com o resultado líquido positivo obtido pela globalidade do sector. Parte deste incremento foi absorvido por reexpressões efetuadas sobre as contas da REFER (exercício de 2010) que se traduziram num agravamento dos resultados transitados.

Em consequência os rácios de autonomia financeira, solvabilidade e estrutura patrimonial registaram ligeiras melhorias face a 2010, tendo para tal contribuído a generalidade das empresas deste sector, com exceção da ANA, NAV, REFER, e EDIA, que viram o seu capital próprio reduzir face a 2010²⁰.

O crescimento do ativo do sector foi acompanhado por um aumento do passivo de M€ 2.285,6, fortemente impulsionado pelo acréscimo do endividamento da EP e da REFER.

3.3.4. Requalificação Urbana e Ambiental

No período em análise, o sector da Requalificação Urbana e Ambiental é constituído por nove empresas²¹, destacando-se o grupo Parque Expo, pelo peso relevante que a sua atividade assume no conjunto das empresas do sector²².

²⁰ Na ANA e NAV está relacionado com a distribuição de dividendos. Na REFER, tal deriva da atividade de investimento em infraestruturas de longa duração (ILD). Na EDIA resulta de um acumular de prejuízos.

²¹ Costa Polis, Polis Litoral da Ria de Aveiro, Polis Litoral Sudoeste, Viana Polis, Polis Litoral Norte, Polis Ria Formosa; Arco Ribeirinho, Frente Tejo e Parque Expo.

²² Neste sector estão incluídas empresas com um horizonte temporal definido, em função dos respetivos projetos de reabilitação urbana e ambiental.



Os resultados do sector são explicados, na sua quase totalidade, pelo grupo Parque Expo, pois as restantes empresas do sector apresentam resultados nulos, ou tendencialmente nulos, em face de recomendações²³ por parte da Comissão de Normalização Contabilística e dos órgãos de fiscalização destas empresas.

Assim, em 2011 o agravamento no resultado operacional deve-se à contabilização pelo Grupo Parque Expo de perdas por imparidade, constituição de provisões e reduções de justo valor relativas a propriedades de investimento.

Em termos de resultado financeiro, assistiu-se a um significativo agravamento do mesmo como consequência da variação desfavorável nas taxas de juro suportadas, não obstante a diminuição do endividamento bancário.

Como corolário, quer o EBITDA, quer o resultado líquido registaram uma significativa degradação de 2010 para 2011.

Quadro 3.3.4.1 Requalificação Urbana e Ambiental Evolução dos Resultados

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(7.014)	(733)	(6.281)	-857,2%
Resultado operacional após subsídios	(6.861)	(575)	(6.286)	-1093,4%
Resultado financeiro	(13.206)	(6.110)	(7.096)	-116,1%
Resultado líquido	(18.687)	(6.347)	(12.340)	-194,4%
EBITDA	(8.924)	(827)	(8.098)	-979,8%
Margem EBITDA	-24,8%	-2,4%	-22,4 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O volume de negócios neste sector (**Quadro 3.3.4.2**) é integralmente justificado pelo grupo Parque Expo, o qual registou um crescimento de 5,2% face ao ano de 2010. Este acréscimo teve origem, essencialmente, no aumento das vendas imobiliárias em cerca de M€ 6,8, que foi parcialmente absorvido pelo decréscimo das prestações de serviços em M€ 3,8, o qual integra a conceção de projetos.

²³ "Os critérios de contabilização que conduziram a um resultado líquido do exercício nulo, por diferimento dos saldos das rubricas de rendimentos e de gastos, os quais serão imputados aos investimentos promovidos pelas sociedades aquando da finalização dos mesmos".



Quadro 3.3.4.2
Requalificação Urbana e Ambiental
Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto nº de trabalhadores

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	35.984	34.200	1.784	5,2%
Gastos com Pessoal	12.534	14.330	(1.796)	-12,5%
VABcf	14.321	14.149	172	1,2%
N.º médio de trabalhadores	322	328	(6)	-1,8%
VABcf per capita	44,5	43,1	1,3	3,1%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Os gastos com pessoal registaram um decréscimo significativo face a 2010 (-12,5%), decorrente do efeito conjugado das reduções remuneratórias e da diminuição do número de efetivos ao serviço da empresa Parque Expo, que passou de 174 colaboradores em 2010 para 160 em 2011. Refira-se que se encontra prevista a extinção do grupo Parque Expo para o final do 1º semestre de 2013.

Quadro 3.3.4.3
Requalificação Urbana e Ambiental
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
Ativo	577.733	587.928	(10.195)	-1,7%
Capital próprio	180.391	150.271	30.120	20,0%
Interesses minoritários	0	0	-	-
Passivo	397.342	437.657	(40.315)	-9,2%
Autonomia financeira (%)	31,2%	25,6%	5,7 p.p.	
Solvabilidade (%)	45,4%	34,3%	11,1 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	68,0%	72,5%	-4,5 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Durante o ano de 2011 verificou-se o aumento de 20% do capital próprio nas empresas do sector, face ao aumento de capital social da Parque Expo, S.A., no montante de M€ 50, ocorrido no primeiro semestre de 2011.

Aquela entrada de capital permitiu à Parque Expo reduzir o endividamento bancário em cerca de M€ 36,0, o que contribuiu para a redução do passivo no sector, assinalada no quadro supra. Estas alterações permitiram uma melhoria nos rácios de autonomia financeira e solvabilidade do sector.



3.3.5. Serviços de Utilidade Pública

Este sector contava, em 2011, com participações diretas do Estado em sociedades *holding* que encabeçam dois grupos económicos: AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (8,82%) e CTT - Correios de Portugal, S.A. (100%).

Apesar do sector ser constituído apenas por aquelas duas entidades, em conjunto as mesmas integram participações de 54 empresas²⁴.

Quadro 3.3.5.1 Serviços de Utilidade Pública Evolução dos Resultados

Milhares de euros

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	348.150	229.758	118.391	51,5%
Resultado operacional após subsídios	348.150	229.758	118.391	51,5%
Resultado financeiro	(70.936)	(41.360)	(29.576)	-71,5%
Resultado líquido	146.315	135.764	10.551	7,8%
EBITDA	613.618	479.028	134.590	28,1%
Margem EBITDA	38,9%	31,8%	7,1 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

É notória a evolução favorável dos resultados operacionais do sector, contudo existiu uma deterioração dos resultados financeiros, essencialmente atribuível ao aumento dos *spreads* de financiamentos do Grupo AdP conjugada com o crescimento moderado (+1,8%) do passivo financeiro.

Os resultados líquidos de 2011 do grupo AdP, à semelhança de anos anteriores, estão influenciados positivamente pela circunstância do segmento “Água - produção e depuração” que contabiliza desvios tarifários significativos de M€ 112,3, quando em 2010 o valor era de M€ 37,3.

Deve ser destacado que o grupo CTT, apesar da quebra da atividade (-4,2% nos rendimentos operacionais), logrou apurar um lucro líquido consolidado de M€ 56,7 e um resultado operacional de M€ 60,5, ambos superiores aos atingidos no ano anterior.

De assinalar ainda, no sector, a diminuição dos gastos com o pessoal em 7,5%, a qual se deve não só às reduções remuneratórias efetuadas, mas também ao decréscimo do número médio de trabalhadores de 4,9%.

²⁴ AdP: 41 e CTT: 13.



Quadro 3.3.5.2
Serviços de Utilidade Pública
Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto n.º de trabalhadores

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	1.576.099	1.504.346	71.753	4,8%
Gastos com Pessoal	505.033	545.944	(40.911)	-7,5%
VABcf	1.052.117	959.695	92.423	9,6%
N.º médio de trabalhadores	19.723	20.736	(1.013)	-4,9%
VABcf per capita	53,3	46,3	7,1	15,3%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O ativo líquido consolidado do sector registou, em 2011, um acréscimo de M€ 237,1 (**Quadro 3.3.5.3**), refletindo, sobretudo, o esforço de investimento na AdP, cujos ativos intangíveis²⁵ cresceram M€ 221,4, aos quais corresponde um aumento de 4,8%.

Em contrapartida, o passivo do sector registou um aumento pouco expressivo, explicado pelo ligeiro acréscimo de 1,8% no endividamento da AdP.

Quadro 3.3.5.3
Serviços de Utilidade Pública
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
Ativo	8.551.329	8.314.223	237.106	2,9%
Capital próprio	1.291.796	1.164.935	126.861	10,9%
Interesses minoritários	279.765	235.604	44.161	18,7%
Passivo	7.259.533	7.149.288	110.245	1,5%
Autonomia financeira (%)	15,1%	14,0%	1,1 p.p.	
Solvabilidade (%)	17,8%	16,3%	1,5 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	103,5%	105,1%	-1,6 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O aumento registado nos capitais próprios ficou a dever-se principalmente à AdP (M€ +105,9), mas também aos CTT (M€ +21,0).

Sublinhe-se ainda que os rácios de autonomia financeira, solvabilidade e estrutura patrimonial se apresentam praticamente inalteráveis face aos valores de 2010.

Importa ainda sinalizar que as rubricas “Desvio tarifário ativo” (M€ 430,2) e “Desvio tarifário passivo” (M€ 112,5) registados no Balanço da AdP, representam as diferenças entre as tarifas e preços praticados face às que corresponderiam à recuperação dos gastos incorridos,

²⁵ Os ativos intangíveis da AdP correspondem quase integralmente ao direito de utilização de infraestruturas (IFRIC 12) que representa o custo de construção, modernização e renovação de infraestruturas, mas que para as empresas do Grupo corresponde ao valor do direito a utilizar essas infraestruturas durante os prazos das concessões e que se materializa na obtenção de réditos provenientes dos serviços prestados.



acrescidas da remuneração dos capitais próprios prevista nos contratos de concessão. As situações ativas respeitam a défices tarifários e as passivas a superávites tarifários, devendo a respetiva regularização ser, em princípio, compensada em tarifas futuras.

3.3.6. Transportes

O sector dos Transportes é constituído por sete empresas (a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA; a CP – Comboios de Portugal, EPE; o Metropolitano de Lisboa, EPE; a STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA; a Transtejo - Transportes do Tejo, SA; a MM - Metro do Mondego, SA e o MP - Metro do Porto, SA). O Estado detém a totalidade do capital de 5 das empresas e participações maioritárias na MM²⁶ e na MP²⁷.

No que respeita aos resultados operacionais após subsídios, o sector apresentou um valor negativo de M€ -840,9. Este montante revela um agravamento do prejuízo de exploração de M€ 285,9 face a 2010, explicado pela variação da rubrica de aumentos/reduções de justo valor (M€ -342,4), cuja contribuição para a formação do resultado operacional foi de M€ -620,7 em 2011²⁸. Nesse valor estão refletidos os impactos da reavaliação a justo valor de mercado de vários ativos detidos pelas empresas. Refira-se que, caso fosse expurgado o efeito dessa rubrica o resultado operacional do sector registaria uma melhoria de M€ 56,5 face a 2010.

Os resultados financeiros negativos, que ascenderam a M€ 626,1 em 2011, apresentam um agravamento de M€ 203,7 relativamente ao ano anterior, explicado maioritariamente pelo acréscimo de encargos financeiros na CP, na ML²⁹ e na MP, em consequência do acréscimo de passivo remunerado, das perdas associadas aos IGRF (nomeadamente *SWAPs*) e das crescentes dificuldades de refinanciamento, com impacto direto nas taxas de juro verificadas nas empresas do sector.

²⁶ Conjuntamente com a REFER e a CP, o Estado detém 58% do respetivo capital.

²⁷ O Estado é detentor de 60%, considerando 40% diretos e 20% pelas participações detidas pela CP e STCP.

²⁸ Em 2010 esse valor foi de M€ -277,5.

²⁹ A Metropolitano de Lisboa (ML) elabora e certifica as suas demonstrações financeiras segundo as normas internacionais de relato financeiro adotadas na União Europeia, de acordo com as quais a atividade de investimento em infraestruturas de longa duração é considerada de forma autónoma. No presente Relatório, com o objetivo de assegurar a harmonização e agregação da informação financeira com as demais empresas públicas, as demonstrações financeiras foram reconstituídas de modo a integrar aquela atividade.



Quadro 3.3.6.1 Transportes Evolução dos Resultados

Milhares de euros

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(1.023.250)	(698.136)	(325.114)	-46,57%
Resultado operacional após subsídios	(840.905)	(555.008)	(285.897)	-51,51%
Resultado financeiro	(626.080)	(422.358)	(203.722)	-48,23%
Resultado líquido	(1.467.280)	(977.635)	(489.645)	-50,1%
EBITDA	(636.717)	(348.980)	(287.737)	-82,45%
Margem EBITDA	-116,7%	-57,8%	-58,9 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

A deterioração conjugada dos resultados operacional e financeiro gerou um agravamento de M€ 489,6 no prejuízo registado pelo sector. Todas as empresas verificaram resultados líquidos negativos, sendo de salientar que cerca de 93% do prejuízo do sector (M€ -1.363,7) está concentrado na CP, ML e MP, que registaram perdas de M€ 289,0, M€ 677,5 e M€ 397,2, respetivamente.

O EBITDA agregado das empresas do sector ascendeu a M€ 636,7 negativos, acentuando a incapacidade de geração de meios líquidos.

Quadro 3.3.6.2 Transportes Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto nº de trabalhadores

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	545.654	603.740	(58.086)	-9,6%
Gastos com Pessoal	309.292	354.606	(45.314)	-12,8%
VABcf	314.351	253.200	61.151	24,2%
N.º médio de trabalhadores	9.431	9.924	-493	-5,0%
VABcf per capita	33,3	25,5	7,8	30,6%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O volume de negócios decresceu M€ 58,1, ou seja, uma variação negativa de 9,6% face a 2010, explicada, essencialmente, pela Metro do Porto (M€ -66,9) face à redução da atividade de investimento em ILDs. As demais empresas superaram ligeiramente os volumes de negócios em relação ao ano anterior.

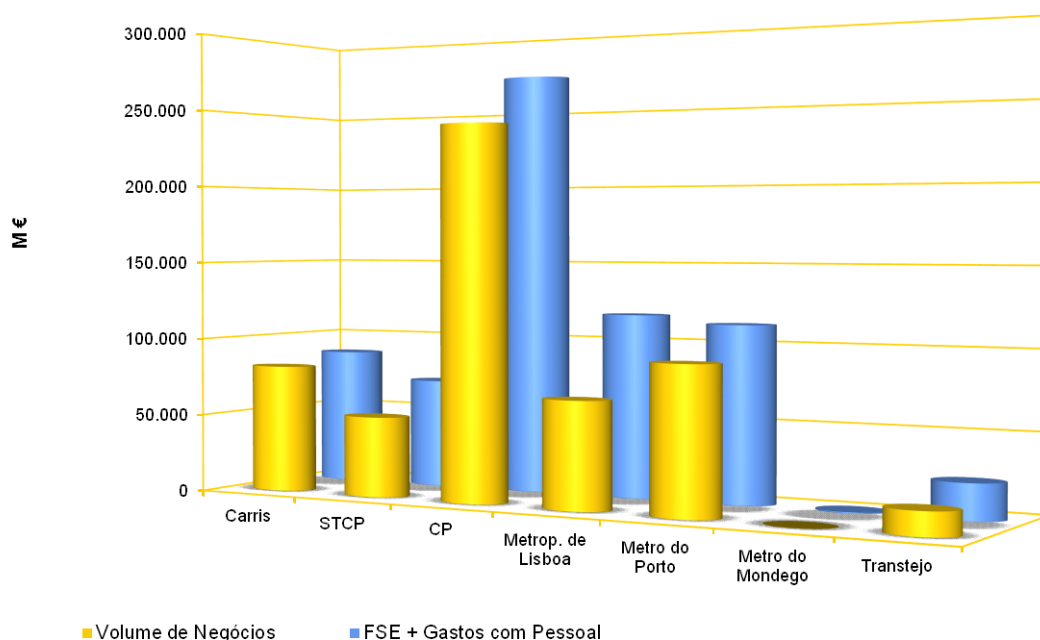
Ainda assim, mercê do aumento dos subsídios à exploração associado à redução dos gastos com fornecimentos e serviços externos, o VABcf no sector cresceu 24,2% (M€ +61,1), o que ligado a uma redução de 5% no efetivo médio (-493 trabalhadores) contribuiu para o aumento da produtividade em 30,6% medida pelo VABcf per capita.

Os gastos com pessoal também apresentaram uma diminuição de 12,8% (M€ 45,3) face a 2010, como consequência das reduções remuneratórias e da diminuição do número médio de trabalhadores.

Gráfico 3.3.6.1

Transportes

Os FSE e Gastos com Pessoal nas várias empresas face ao respectivo Volume de Negócios em 2011



Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

No gráfico anterior está evidenciada a insuficiência dos ganhos de exploração para cobrir os gastos operacionais relacionados com fornecimentos e serviços externos e pessoal. Não obstante esta realidade ser transversal ao sector, as insuficiências da MP e da ML resultam agravadas pela sua especificidade, de empresas que desenvolvem, simultaneamente, atividades de gestão de infraestruturas e de operador de transportes.

Quadro 3.3.6.3

Transportes

Estrutura Patrimonial

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
Ativo	7.806.777	7.770.534	36.243	0,5%
Capital próprio	(6.749.984)	(5.338.316)	(1.411.668)	-26,4%
Interesses minoritários	-	-	-	-
Passivo	14.556.761	13.108.850	1.447.911	11,0%
Autonomia financeira (%)	-86,5%	-68,7%	-17,8 p.p.	
Solvabilidade (%)	-46,4%	-40,7%	-5,6 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	68,9%	75,2%	-6,3 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas



Relativamente à estrutura patrimonial, o ativo líquido do sector dos transportes manteve-se praticamente inalterado face a 2010.

Os capitais próprios do sector tiveram uma variação negativa de 26,4% (M€ -1.411,7), a qual é generalizada a todas as empresas, com a exceção do MM. As deteriorações mais significativas ocorrerem no ML (M€ -667,0), MP (M€ -344,4) e na CP (M€ -301,4).

O crescimento global do passivo do sector foi de 11,0%, ascendendo ao valor de M€ 14.556,8. Este crescimento traduziu-se no aumento do passivo, quer não corrente (M€ 918,4), quer corrente (M€ 529,5). A ML, a CP e a MP, no conjunto, detêm 90,6% do passivo não corrente do sector e 81,4% do passivo corrente.

A deterioração dos capitais próprios explica a diminuição do rácio da estrutura patrimonial do sector, e determina a degradação patente nos rácios de autonomia financeira e solvabilidade do sector.

3.3.7. Parpública

A atividade da Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A. (Parpública) tem sido focada, desde a sua constituição, na gestão de participações sociais que integrem o seu património e na intervenção no desenvolvimento de processos de privatização no quadro da Lei Quadro das Privatizações³⁰, bem como na gestão de ativos imobiliários do Estado.

Sendo uma sociedade gestora de participações sociais com uma significativa carteira de ativos financeiros cotados em mercado regulamentado. As suas demonstrações financeiras refletem essencialmente os efeitos das variações do valor de mercado desses mesmos ativos, muitas vezes com oscilações materialmente relevantes. A singularidade desta situação aconselha o destaque da empresa do universo das EPNF e a análise separada da sua evolução económica e financeira.

O Grupo Parpública encontra-se organizado em *sub-holdings*, com destaque para, a Parcaixa (49%), a AdP (72,2%), a ANA (68,6%), a TAP (100%) e a Sagestamo (100%). A Parpública detinha em 31 de dezembro de 2011 participações em sociedades com relevante interesse económico, tais como na EDP e a REN, entretanto alienadas conforme acordos de venda celebrados no final de dezembro de 2011 e em fevereiro de 2012, respetivamente, restando apenas na posse da Parpública participações residuais (4,1% e 9,9%, respetivamente). A Capitalpor (100%), destinada a agrupar as participações sujeitas à Lei nº 11/90, foi objeto de fusão com a Parpública com referência a 1 de janeiro de 2011.

³⁰ Lei n.º 11/90, de 5 de Abril.



O universo Parpública, refletido nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2011, engloba 70 entidades subsidiárias (controladas) e 17 associadas (influência significativa).

Em 2011 o passivo de financiamento nominal da Parpública (*holding*) registou um crescimento de 7% devido à assunção pela empresa-mãe de uma linha de papel comercial grupado detida pela Sagestamo.

A evolução dos resultados do grupo Parpública constante do quadro seguinte decorre, por um lado, da gestão de participações financeiras e, por outro, da gestão do património imobiliário.

Quadro 3.3.7.1 Parpública Evolução dos Resultados

Milhares de euros

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	659.723	521.339	138.384	26,5%
Resultado operacional após subsídios	670.294	536.106	134.188	25,0%
Resultado financeiro	(414.418)	(310.793)	(103.625)	-33,3%
Resultado líquido	60.661	94.982	(34.321)	-36,1%
EBITDA	1.053.673	930.765	122.908	13,2%
Margem EBITDA	27,0%	26,0%	1,1 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatório e contas consolidado

O exercício económico pautou-se por uma quebra dos resultados líquidos do grupo, devido ao agravamento em M€ 103,6 no resultado financeiro. O EBITDA e os resultados operacionais registaram comportamentos favoráveis, com crescimentos de 13,2% e 25,0%, respetivamente.

O segmento de águas e resíduos (Grupo AdP), o mais representativo em valores de ativos (38,5%), detém um passivo significativo (39,8% do total do Grupo Parpública). Assim, também parte significativa do EBITDA consolidado da Parpública advém do grupo AdP cujos resultados incorporam uma componente positiva de défices tarifários por realizar.

As atividades aeronáuticas (TAP e ANA) representam 16,7% dos ativos do grupo, mas o respetivo capital próprio situa-se em apenas 1,2% (M€ 3 253), denotando uma excessiva descapitalização, pelo facto do Grupo TAP apresentar capitais próprios negativos. Este segmento compreende empresas incluídas no programa de privatizações definido pelo Governo, pelo que os respetivos ativos estão classificados como “*detidos para venda*” e os resultados obtidos são considerados em “*unidades operacionais descontinuadas*”.

Relativamente ao segmento de gestão e promoção imobiliária, há a referir uma elevada contração do mercado. O património imobiliário (M€ 1 626,7) registou um decréscimo de M€ -117,4. Refira-se que, cerca de 46% deste património destina-se à reconversão urbanística, 34% encontra-se arrendado ou para arrendamento, e 19% está disponível para venda. Este segmento representa 9,8% dos ativos do grupo.

A atividade de gestão de participações gerou 27,4% do EBITDA³¹ do grupo e representa 44,6% do capital próprio consolidado. Este segmento inclui as participações da EDP e REN cuja concretização das operações de privatização em 2012 reduzirá substancialmente a importância deste segmento dentro do grupo.

Os indicadores de gestão operacional evidenciam um considerável aumento no volume de negócios do grupo (+9,0%). Os gastos com o pessoal registaram um decréscimo superior ao do volume de emprego em consequência das políticas de contenção salariais aplicadas no SEE. Por outro lado, sublinha-se igualmente o incremento verificado no VAB_{cf} *per capita*, decorrente do acréscimo do volume de negócios associado à redução do número médio de trabalhadores.

Quadro 3.3.7.2 Parpública Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto n.º de trabalhadores

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	3.899.491	3.577.489	322.002	9,0%
Gastos com Pessoal	810.420	881.306	(70.886)	-8,0%
VAB_{cf}	1.675.173	1.573.836	101.337	6,4%
N.º médio de trabalhadores	20.109	20.387	(278)	-1,4%
VAB _{cf} per capita	83,3	77,2	6,1	7,9%

Fonte: SIRIEF / Relatório e contas consolidado

Os indicadores económico-financeiros evidenciados no quadro seguinte refletem a estabilidade da solvabilidade e da autonomia financeira.

De notar que, tendo em conta as características dos contratos de concessão do grupo AdP, estão reconhecidos no ativo líquido do grupo Parpública ativos intangíveis relativos a direitos de utilização de infraestruturas, no montante de M€ 4.800.

³¹ Em 2010, a percentagem foi de 25,1.



Quadro 3.3.7.3
Parública
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
Ativo	19.484.715	18.763.481	721.234	3,8%
Capital próprio	3.252.145	3.134.629	117.516	3,7%
Interesses minoritários	625.460	551.594	73.866	13,4%
Passivo	16.232.571	15.628.856	603.715	3,9%
Autonomia financeira (%)	16,7%	16,7%	0,0 p.p.	
Solvabilidade (%)	20,0%	20,1%	-0,1 p.p.	
Estrutura patrimonial (%)	76,5%	97,7%	-21,2 p.p.	

Fonte: SIRIEF / Relatório e contas consolidado



4. EMPRESAS PÚBLICAS FINANCEIRAS

Tendo por base o quadro legal e o referencial contabilístico das sociedades financeiras, poder-se-ia integrar neste grupo, para além do Grupo Caixa Geral de Depósitos, S.A., a SOFID, Sociedade Financeira para o Desenvolvimento, S.A, cuja atividade visa garantir apoio financeiro às empresas que atuam em mercados emergentes e estejam em processo de internacionalização direcionado para o desenvolvimento sustentado de países menos desenvolvidos, e a PME – Investimentos – Sociedade de Investimentos, SA cuja missão é promover a dinamização e o alargamento da oferta de financiamento a PME, designadamente através da gestão de instrumentos de refinanciamento e de partilha de risco. Contudo, a exiguidade, em termos comparativos, dos volumes de atividade e dos patrimónios de ambas, não aconselha o tratamento integrado destas entidades com o Grupo Caixa Geral de Depósitos.

4.1. Grupo Caixa Geral de Depósitos

O Grupo CGD conservou em 2011 posições de liderança nas suas principais áreas de atuação, designadamente no crédito concedido e nos depósitos de clientes, mas também na atividade seguradora e na gestão de ativos. Em 31 de dezembro de 2011, com um capital social de M€ 5.150 e um ativo líquido consolidado de M€ 120.565, o grupo é liderado pela CGD, SA, sociedade inteiramente detida diretamente pelo Estado.

Quadro 4.1.1
Grupo CGD
Ativo Líquido Consolidado

Empresas do Grupo	2011	
	Valor	Estrutura
Caixa Geral de Depósitos	89.698	74,4%
Caixa - Seguros e Saúde	10.676	8,9%
Banco Caixa Geral (Espanha)	5.488	4,6%
BNU - Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	2.730	2,3%
Caixa - Banco de Investimento	1.980	1,6%
Caixa Leasing e Factoring	3.066	2,5%
Banco Comercial Investimento (Moçambique)	1.367	1,1%
Banco Comercial Atlântico (Cabo Verde)	604	0,5%
Mercantile Lisbon Bank Holdings (África do Sul)	590	0,5%
Partang (Banco Totta Angola)	1.084	0,9%
Outras empresas do Grupo	3.282	2,7%
Ativo Líquido Consolidado	120.565	100,0%

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2011

Em 2011 a quota de mercado do Grupo CGD na concessão de crédito a clientes foi de 20,9% e na captação de depósitos de 27,5% do mercado nacional, ocupando, em ambos os casos, o 1.º lugar. Nos seguros, a quota de mercado do ano de 2011 atingiu 33,4%, distribuído pelos ramos

Vida e Não-Vida, com 37,2% e 26,5% respetivamente, sendo igualmente líder do mercado português.

A carteira de instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, incluía, no final de 2011, um conjunto relevante de participações, algumas com forte influência no mercado de capitais, designadamente a ZON Multimédia (10,73%), a Portugal Telecom (6,11%), a Galp Energia (1,00%), La Seda Barcelona (14,24%) e o Banco Comercial Português (2,57%).

O número de agências bancárias do grupo passou de 1.326 em 2010 para 1.352 em 2011, sendo o acréscimo justificado pela expansão no estrangeiro.

O número total de empregados do ascendeu em 2011 a 23.205, registando um acréscimo de 4,0% relativamente ao ano anterior, exclusivamente devido ao aumento de 502 efetivos noutras instituições bancárias, uma vez que, relativamente à CGD-Portugal, seguradoras, sociedades financeiras e outras atividades, verificou-se uma redução de -380 efetivos.

Os resultados por segmentos de negócio divulgados (**Quadro 4.1.2**), revelam que os resultados da atividade bancária (comercial e de investimento) sofreram um decréscimo bastante expressivo, à semelhança do ocorrido noutras instituições do sector.

Os restantes segmentos, designadamente as atividades internacional, seguradora, saúde e outros obtiveram resultados positivos, mas inferiores aos obtidos de 2010, à exceção da atividade outros em que os mesmos cresceram de forma significativa.

Quadro 4.1.2
Grupo CGD
Resultados por segmentos

Milhões de euros

Segmentos de negócio	2011		2010		Variação	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Absoluta	%
Banca comercial nacional	(546)	111,7%	81	32,0%	(627)	-769,6%
Banca de investimento	(0)	0,0%	34	13,4%	(34)	-100,1%
Actividade internacional	10	-2,0%	81	31,7%	(71)	-87,6%
Seguros e saúde	5	-1,0%	34	13,4%	(29)	-85,5%
Outros	42	-8,7%	24	9,5%	18	74,5%
Resultado Líquido Consolidado atribuível ao accionista da CGD	(488)	100,0%	255	100,0%	(743)	-291,6%

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2011

a) Atividade Bancária

O desempenho da atividade bancária do Grupo CGD estendeu-se por 4 áreas de atuação: a banca comercial (inclui a banca de retalho em Portugal e a atividade internacional), a banca de investimento, a gestão de ativos e o crédito especializado (*leasing* e *factoring*).

Apesar da conjuntura económica e financeira desfavorável, o segmento da banca de retalho (atividade bancária junto de particulares, empresários em nome individual e micro empresas) registou um incremento significativo (+46,8% no produto dessa atividade), enquanto a banca comercial (atividades creditícia e de captação de recursos junto de grandes empresas e PME), em consequência da referida conjuntura desfavorável, apresentou um decréscimo de 80% no produto da sua atividade, evidenciando até uma margem financeira negativa.

O sector de *corporate finance* manteve um acentuado dinamismo (o seu produto cresceu +9,8%), bem como a gestão de ativos.

No Grupo CGD, o saldo consolidado do crédito a clientes totalizou M€ 81.629 (-3,4% do que no exercício anterior). O segmento de crédito a particulares, destinado à habitação, decresceu -1,5% e o crédito às empresas teve uma redução percentual superior (-7,5%). Em qualquer dos dois segmentos, o crédito vencido sofreu aumentos significativos (+7,6% no sector particulares-habitação e +48,5% no sector empresarial).

O crédito concedido ao sector público administrativo representava 4,3% do total de crédito concedido em 2010, passando a representar 5,4% em 2011.

No que respeita à captação de depósitos de clientes, salienta-se um acréscimo de +11,9% relativamente ao ano anterior.

Quadro 4.1.3 Grupo CGD Saldo de Crédito a Clientes

Segmentos	2011		Variação 11/10 (%)
	Valor	Estrutura	
Particulares	40.149	49,2%	-1,5%
Empresas	37.091	45,4%	-7,5%
Sector Público Administrativo	4.390	5,4%	19,9%
Total	81.629	100,0%	-3,4%

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2011

b) Atividade seguradora e de saúde

A atividade seguradora do Grupo CGD é exercida, essencialmente, através de 4 companhias de seguros. O Grupo desenvolve ainda um conjunto de atividades complementares aos seguros, designadamente na área da saúde.

O exercício de 2011 caracterizou-se por uma diminuição de -8,8% (M€ -54,2) no produto da atividade do sector segurador.

A *holding* do grupo para o sector (Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA) evidencia em 2011 uma situação líquida de M€ 744,1 (M€ 1.063,6 no ano anterior) e um ativo de M€ 13 457,6 (M€ 15.964,5 no ano anterior), denotando assim uma clara desvalorização.

O resultado líquido consolidado da *holding* foi de M€ +6,2 dos quais M€ +35,3 do sector segurador e M€ -29,1 do sector da saúde. Este sector reduziu o seu resultado negativo que em 2010 foi de M€ -48,1.

c) Situação económica e financeira

O resultado líquido consolidado do exercício (M€ -429,2, dos quais M€ -488,4 atribuíveis ao Estado, acionista único da CGD) (**Quadro 4.1.4**) registou um agravamento substancial (M€ -732,9) exclusivamente em consequência do reforço das provisões, líquidas de anulações, e do aumento das imparidades de créditos e outros ativos, cujo impacto negativo global no resultado líquido de 2011 atingiu os M€ -1.673,7, ou seja mais M€ 898,8 do que no exercício anterior.

Quadro 4.1.4
Grupo CGD
CGD, S.A. - Evolução dos Resultados Consolidados

Milhões de euros

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
Margem financeira alargada	1.832	1.613	219	13,6%
Margem complementar	695	978	(283)	-28,9%
Margem técnica - actividade seguradora	505	509	(4)	-0,8%
Produto da actividade	3.032	3.099	(68)	-2,2%
Custos operativos	1.903	1.961	(58)	-3,0%
Provisões e imparidades	1.674	775	899	116,0%
Resultados em empresas associadas	9	7	2	33,6%
Impostos correntes e diferidos	(106)	67	(173)	-259,4%
Resultado Líquido Consolidado	(429)	304	(733)	-241,3%
Atribuível a interesses minoritários	59	49	10	21,3%
Atribuível ao accionista da CGD	(488)	255	(743)	-291,6%

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2011

Sublinhe-se a redução dos gastos globais com o pessoal (-4,4%) e *per capita* (-4,9%), pese embora se tenha registado um aumento do número de efetivos (+122) e do número de agências bancárias (+26) (**Quadro 4.1.5**).



Quadro 4.1.5
Grupo CGD
Indicadores de Gestão Operacional

Milhões de euros, excepto n.º de agências e n.º de trabalhadores

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
Gastos com Pessoal	996	1.041	(45)	-4,4%
N.º de Agências	1.352	1.326	26	2,0%
Portugal	861	864	(3)	-0,3%
Estrangeiro	491	462	29	6,3%
Produto da actividade	3.032	3.099	(68)	-2,2%
N.º de Trabalhadores	23.205	23.083	122	0,5%
Instituições bancárias	15.408	15.069	339	2,2%
Seguradoras	3.463	3.559	(96)	-2,7%
Outras actividades	4.334	4.455	(121)	-2,7%
Gastos com pessoal <i>per capita</i>	0,0429	0,0451	(0,002)	-4,9%
Produto da actividade <i>per capita</i>	0,1307	0,1343	(0,004)	-2,7%

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2011

Conforme se observa no **Quadro 4.1.6**, o ativo líquido consolidado do Grupo ascendeu a M€ 120.565 representando um decréscimo de -4,1% relativamente ao período anterior.

O Balanço consolidado apresenta uma diminuição de -31,0% nos capitais próprios que atingiram em 31 de dezembro de 2011 o montante de M€ 5.337,3, registando uma redução de M€ -2 397,7. Esta significativa quebra de valor do Grupo CGD está associada ao agravamento em 2011 da reserva de justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda (M€ -937,4) e ao resultado consolidado negativo de M€ -488,4.

Contudo, o *Core Capital* apenas se reduziu em -3,75%, sendo que os rácios *Core Tier I* e *Tier I* evoluíram favoravelmente e o rácio de solvabilidade registou uma ligeira quebra.

Quadro 4.1.6
Grupo CGD
Estrutura Patrimonial

Milhões de euros

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
Ativo	120.565	125.757	(5.192)	-4,1%
Capitais próprios	5.337	7.735	(2.398)	-31,0%
Recursos alheios	86.448	82.284	4.164	5,1%
Exigibilidades diversas	28.778	35.738	(6.960)	-19,5%
TIER 1 (Banco de Portugal)	9,0%	8,9%	-	-
Solvabilidade (Banco de Portugal)	11,6%	12,3%	-	-
Rácio do crédito com incumprimento	4,3%	3,1%	-	-

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2011



5. INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DO SEE

Notas prévias:

- A abordagem do investimento e do financiamento do SEE teve por base a execução financeira expressa nas demonstrações de fluxos de caixa;
- Deste modo, os valores indicados para as diversas rubricas diferem dos mencionados noutros pontos do relatório, que refletem uma ótica de compromisso;
- As rubricas de acréscimo e redução do endividamento referem-se ao saldo líquido entre recebimento e pagamento de empréstimos, não englobando, por isso, a evolução da dívida não remunerada.

5.1. Investimento direto do SEE

Em 2011, o valor global de despesas de investimento realizadas pelas EPNF ascendeu a M€ 3.856,3 (**Quadro 5.1.1**), montante que reduziu M€ 625,1 (-13,9%) face a 2010.

Quadro 5.1.1
Financiamento do Investimento das EPNF

Milhares de euros

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
. Investimento total	3.856.342	4.481.496	-625.154	-13,9%
Ativos fixos tangíveis	843.004	1.099.537	-256.533	-23,3%
Ativos fixos intangíveis	1.358.651	1.448.396	-89.744	-6,2%
Propriedades de investimento	571.732	765.073	-193.341	-25,3%
Investimentos Financeiros	699.238	1.003.768	-304.530	-30,3%
Outros ativos	383.717	164.723	218.994	132,9%
. Financiamento do Investimento	3.856.342	4.481.496	-625.154	-13,9%
Recursos próprios	1.155.358	496.839	658.519	132,5%
Desinvestimento	775.966	146.660	629.306	429,1%
Recebimento de dividendos	219.718	208.845	10.873	5,2%
Outros fundos próprios	159.674	141.334	18.340	13,0%
Subsídios ao Investimento	513.402	1.104.287	-590.885	-53,5%
Dotações de capital	132.543	381.801	-249.257	-65,3%
Empréstimos	2.055.039	2.498.570	-443.531	-17,8%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

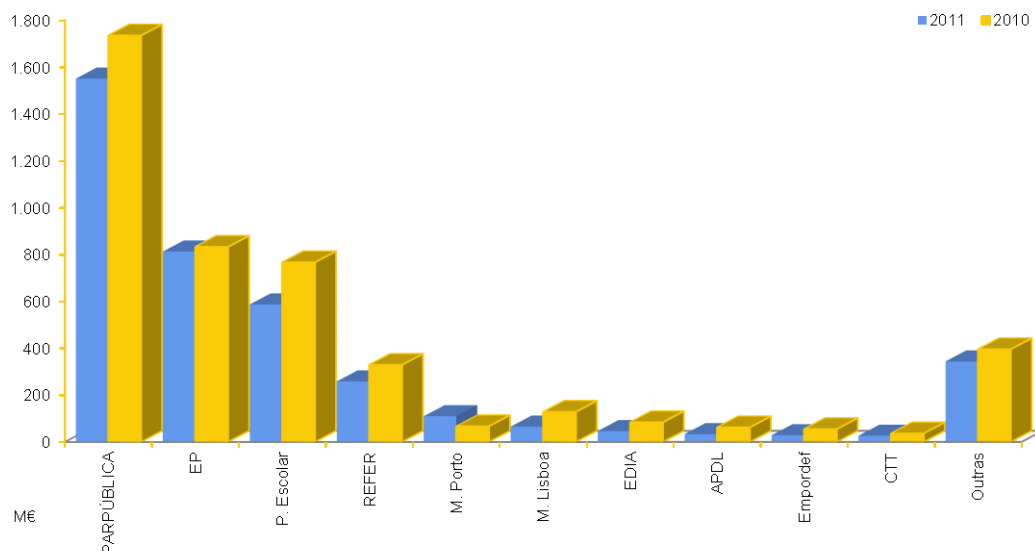
À exceção da rubrica residual de outros ativos, aquela diminuição foi acompanhada pela generalidade dos diversos grupos de ativo:

- Os desembolsos efetuados com ativos fixos tangíveis sofreram um decréscimo de M€ 256,5, devido, no essencial, à redução da atividade de investimento nas empresas Metropolitano de Lisboa, REFER, AdP e Empordef.

- A diminuição do investimento em ativos fixos intangíveis de M€ 89,7 é explicada pela redução nos intangíveis contabilizados pela EP, EDIA e AdP;
- O dispêndio em ativos assimiláveis a propriedades de investimento, decresceu M€ 193,3 em consequência da redução no investimento decorrente do programa de modernização do parque escolar destinado ao ensino secundário;
- O decréscimo no investimento em ativos financeiros (M€ -304,5), foi impulsionado pelo menor volume de operações financeiras realizadas pelo grupo Parpública.

Do total de pagamentos de investimento efetuados pelas EPNF, cerca de 91% foram assegurados, em 2011, por 10 empresas (**Gráfico 5.1.1**).

Gráfico 5.1.1
Financiamento do Investimento das EPNF (em Ativos Tangíveis, Intangíveis e Financeiros)



Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

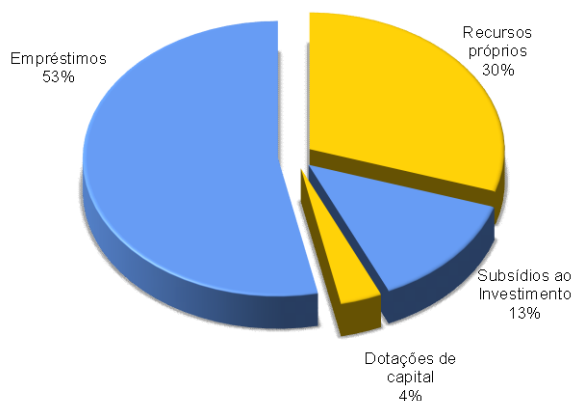
A estrutura de financiamento do investimento alterou-se significativamente face a 2010, traduzindo, por força das medidas de controlo da despesa e de acréscimo do endividamento, implementadas no âmbito do SEE, a diminuição do esforço financeiro do Estado (com subsídios e dotações de capital) e a redução do recurso a empréstimos bancários, assim:

- As dotações de capital viram a sua contribuição para o financiamento do investimento das EPNF reduzir-se em M€ -249,3 (-95.3%);
- Os subsídios ao investimento, no montante de M€ 513,4, representaram uma redução para menos de metade face a 2010;
- Os empréstimos contraídos, ainda que continuam a ser a parcela com maior significado no financiamento do investimento, registaram uma desaceleração significativa face ao

passado, apresentando uma diminuição de M€ 443,5 (-17,8%) por comparação com ano anterior.

Em contrapartida, a utilização de recursos próprios assinalou um crescimento de M€ 658,5 (+132,5%), essencialmente suportado pelo desinvestimento que superou em M€ 629,3 (+429,1%) o valor de 2010.

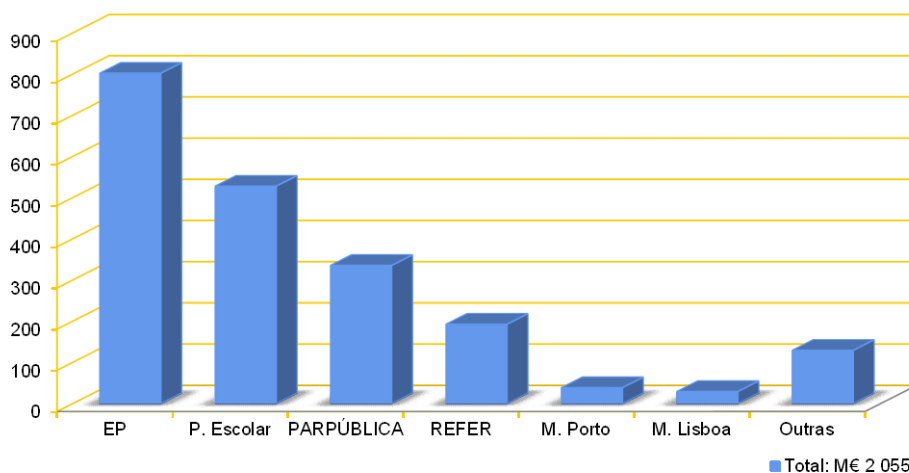
Gráfico 5.1.2
Financiamento do Investimento das EPNF - 2011



Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O **Gráfico 5.1.3** identifica as empresas que mais contribuíram para o volume de empréstimos contraídos para financiar as despesas de investimento em 2011, determinado, em grande medida, pela EP (para assegurar o investimento de responsabilidade da empresa e pagamentos no âmbito das concessões rodoviárias), pela Parque Escolar (no âmbito do programa de modernização do parque escolar destinado ao ensino secundário), pela Parpública (para financiamento de entidades participadas), e pela REFER (para investimento em infraestruturas ferroviárias).

Gráfico 5.1.3
Financiamento do Investimento das EPNF (por Empréstimos)



Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

5.2. Financiamento Global das EPNF

As necessidades de financiamento das EPNF, excluindo a renovação de empréstimos, ascenderam a M€ 6.639,5 (**Quadro 5.2.1**), montante que representa um decréscimo de M€ -1.246,3 (-15,8%) em relação às necessidades geradas no exercício de 2010. Contribuíram para essa variação a redução observada na generalidade das rubricas, sendo de destacar os défices operacionais menores e a redução do investimento.

Exceção para os juros e encargos da dívida cuja necessidade de financiamento registou um aumento de M€ 423,6 (+40,9%).

Quadro 5.2.1
Financiamento Global das EPNF
Necessidades e Fontes de Financiamento (sem renovação de empréstimos)

Milhares de euros

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
Necessidades de financiamento	6.639.456	7.885.772	-1.246.316	-15,8%
Défices operacionais antes de subsídios	591.157	934.564	-343.406	-36,7%
Investimento	3.856.342	4.481.496	-625.154	-13,9%
Juros e outros encargos da dívida	1.458.604	1.035.023	423.581	40,9%
Redução de endividamento	270.880	310.530	-39.650	-12,8%
Acréscimo das disponibilidades	212.410	517.959	-305.548	-59,0%
Outras necessidades de financiamento	250.062	606.199	-356.138	-58,7%
Fontes de Financiamento	6.639.456	7.885.772	-1.246.316	-15,8%
Recursos próprios	3.249.234	2.437.998	811.236	33,3%
Excedentes operacionais antes de subsídios	1.025.897	544.485	481.412	88,4%
Desinvestimento	775.966	146.660	629.306	429,1%
Outras fontes	454.776	560.551	-105.775	-18,9%
Utilização de disponibilidades	992.595	1.186.302	-193.707	-16,3%
Subsídios	858.133	1.450.632	-592.499	-40,8%
À exploração	344.731	346.345	-1.614	-0,5%
Ao investimento	513.402	1.104.287	-590.885	-53,5%
Dotações de capital	132.543	381.801	-249.257	-65,3%
Acréscimo do endividamento (empréstimos)	2.399.546	3.615.342	-1.215.796	-33,6%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

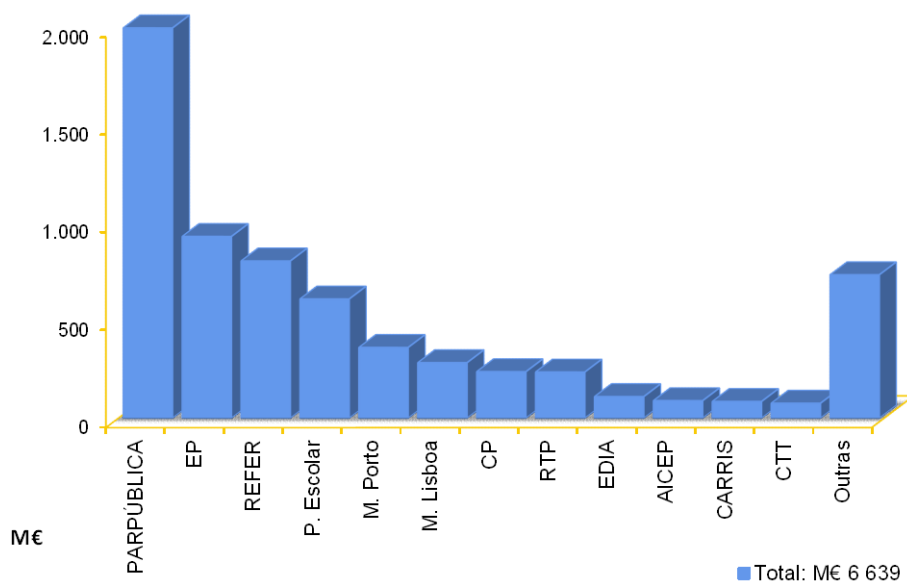
Não sendo o universo das EPNF um conjunto homogéneo, é importante evidenciar as diferenças existentes entre sectores e empresas e a forte influência que algumas empresas exercem no comportamento do agregado.

Assim, em 2011, o conjunto formado por 12 empresas, constantes do **Gráfico 5.2.1.**, representava 89% das necessidades de financiamento globais das EPNF, excluindo a renovação de empréstimos.



Gráfico 5.2.1

**Financiamento Global das EPNF / Necessidades de Financiamento por Empresas
(sem renovação de empréstimos)**

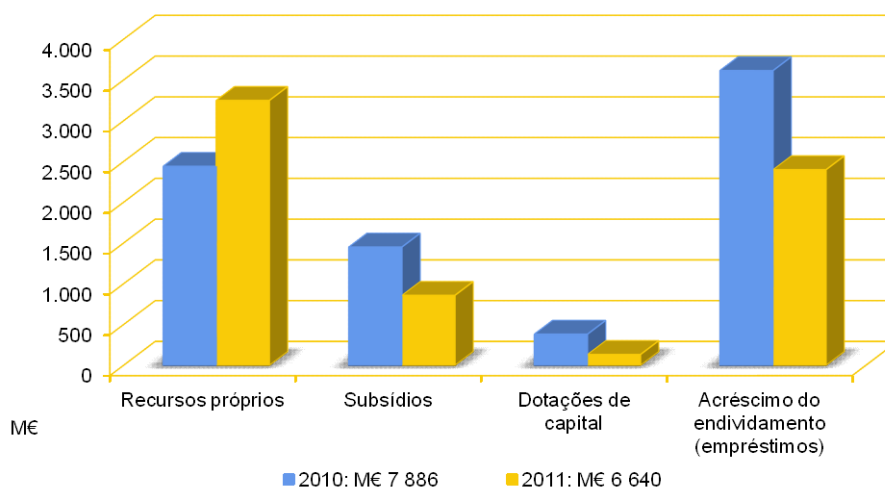


Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

A par da redução nas necessidades de financiamento no SEE (-15,8%), já referida, assistiu-se a uma diminuição nos encargos do Estado com subsídios (indenizações compensatórias) e dotações de capital, e no recurso ao endividamento. Em contrapartida a utilização de recursos próprios assinalou um acréscimo de M€ 811,2 (+33,3%).

Gráfico 5.2.2

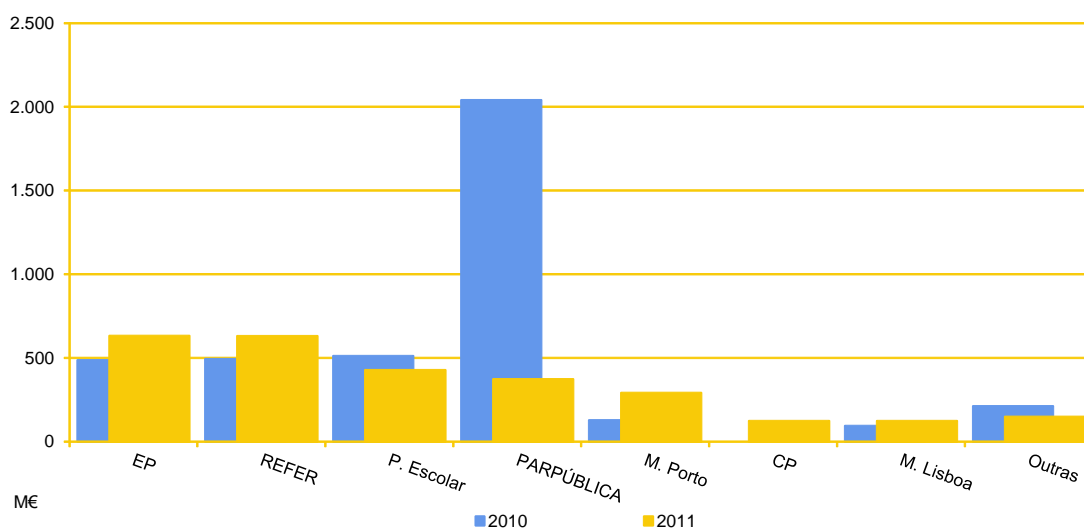
**Financiamento Global das EPNF / Fontes de Financiamento
(sem renovação de empréstimos)**



Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Em 2011, 94,6% do acréscimo líquido total do endividamento teve origem em 7 empresas (Gráfico 5.2.3), sendo de sublinhar que, deste montante, 46% é atribuível às empresas EP e REFER.

Gráfico 5.2.3
Acréscimo Líquido do Endividamento das Empresas
(sem renovação de empréstimos)



Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

A renovação de empréstimos (Quadro 5.2.2) é uma componente importante das necessidades globais de financiamento das EPNF. Em resultado da diminuição das operações de consolidação de passivos e, à semelhança do ocorrido em 2010, assistiu-se, em 2011, ao aumento do endividamento financeiro de curto prazo e ao consequente incremento do montante de empréstimos renovados, que ascendeu a M€ 5.667,4 em 2011 face aos M€ 5.425,5 de 2010.

As necessidades de financiamento das EPNF, incluindo a renovação de empréstimos, atingiram, em 2011, o total de M€ 12.306,8, valor que corresponde a um aumento de cerca de M€ 1.004,4, face a 2010.

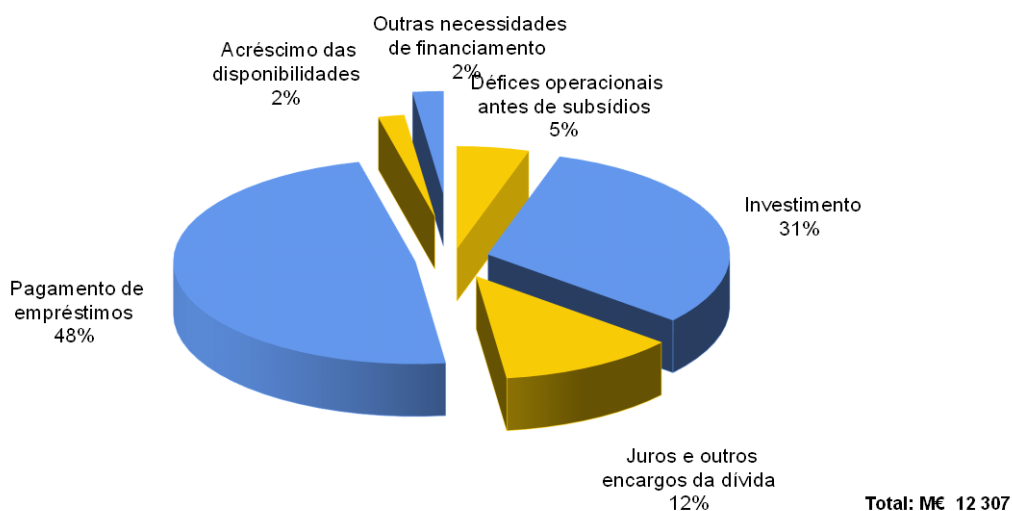
Quadro 5.2.2.
Necessidades de Financiamento (com renovação de empréstimos)

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
Sem Renovação de empréstimos	6.639.456	7.885.772	-1.246.316	-15,8%
Renovação de empréstimos	5.667.385	5.425.487	241.897	4,5%
Com Renovação de empréstimos	12.306.840	13.311.259	-1.004.419	-7,5%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Em resultado, o pagamento de empréstimos (**Gráfico 5.2.4**) representou 48% das necessidades totais de financiamento, continuando a evidenciar a pressão que os elevados níveis de endividamento exercem sobre as atividades das EPNF.

Gráfico 5.2.4
Necessidades de Financiamento (com renovação de empréstimos)



Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

5.3. Limite ao endividamento das EPNF

No âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento para 2010/2013 (PEC) foi definido um conjunto extraordinário de medidas para o SEE, com vista ao aumento da eficiência, transparência e à geração de menores encargos futuros para o Estado.

No sentido de promover uma redução do crescimento do nível de endividamento, foram fixados limites máximos para a variação do endividamento das EPNF: 7% em 2010, 6% em 2011, 5% em 2012 e 4% em 2013. Os limites impostos resultam num crescimento médio anual de cerca de 5,5%, durante o período em que vigora o PEC.

O universo das EPNF registaram, em termos globais, um acréscimo do endividamento de M€ 82,2, a que corresponde uma variação percentual de 0,3%.



Quadro 5.3.1 Endividamento da EPNF

Milhares de euros

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
Parpública	8.166.274	10.188.780	-2.022.506	-19,9%
AdP	2.977.901	2.925.433	52.468	1,8%
ANA	516.929	496.250	20.679	4,2%
RTP ⁽¹⁾	421.272	616.621	-195.349	-31,7%
Parque Expo	250.317	288.805	-38.488	-13,3%
APL	133.019	144.791	-11.772	-8,1%
Viana Polis ⁽¹⁾	19.139	24.455	-5.316	-21,7%
ANAM	202.989	206.598	-3.610	-1,7%
CTT	11.109	14.279	-3.170	-22,2%
NAV	14.813	17.310	-2.497	-14,4%
APA	22.995	24.880	-1.885	-7,6%
EGREP	362.945	362.952	-6	0,0%
Empordef	153.405	151.867	1.539	1,0%
Saúde	478.985	463.095	15.890	3,4%
APDL	20.000	0	20.000	-
Carris	692.463	672.438	20.025	3,0%
EDIA	658.587	633.662	24.925	3,9%
Transtejo	149.454	121.363	28.091	23,1%
STCP	347.572	276.241	71.330	25,8%
Metropolitano de Lisboa ⁽¹⁾	3.969.279	3.809.640	159.639	4,2%
CP	3.522.394	3.324.450	197.944	6,0%
Metro do Porto ⁽¹⁾	2.632.531	2.340.395	292.137	12,5%
Parque Escolar ⁽¹⁾	1.077.000	665.929	411.071	61,7%
REFER ⁽¹⁾	6.540.080	6.020.790	519.290	8,6%
EP ⁽¹⁾	2.635.790	2.005.349	630.441	31,4%
Outros	4.691	30.246	-25.555	-84,5%
TOTAL⁽²⁾	32.487.103	32.404.933	82.170	0,3%
Total das empresas que consolidam ⁽¹⁾	17.295.092	15.483.179	1.811.913	11,7%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas.

⁽¹⁾ - Entidades classificadas pela autoridade estatística nacional como integrantes das Administrações Públicas, em contas nacionais, de acordo com o sistema europeu de contas nacionais e regionais - SEC 95.

⁽²⁾ Total sem o valor da ANA e AdP, pois estes dados já estão reflectidos nas contas consolidadas da Parpública.



6. ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO

A abordagem relativa ao esforço financeiro do Estado centra-se, essencialmente, na execução do Capítulo 60.º do Orçamento de Estado de 2011, excluindo, designadamente:

- As dotações atribuídas no âmbito do PIDDAC relativas à parcela de cofinanciamento em projetos de investimento visando a construção/beneficiação de infraestruturas pertencentes ao domínio público;
- Os montantes pagos ao abrigo de contratos-programa, em contrapartida da prestação de serviços, através dos ministérios que tutelam os respetivos sectores de atividade.

No âmbito deste capítulo, apresenta-se a informação referente ao esforço financeiro do Estado relativo às empresas do SEE, mas também, são referenciadas as compensações financeiras atribuídas a empresas privadas que asseguram a prestação de serviço público.

O montante de apoios financeiros prestados pelo Estado às EPNF, em 2011, através de indemnizações compensatórias, dotações de capital, empréstimos e pela assunção de passivos, excluindo a execução de garantias, ascendeu a M€ 6.305,4, o que corresponde a um acréscimo (538,3%) relativamente ao ano transato. A este valor acresce o aumento de capital da BPN (EPF), no montante de M€ 600,0 e os apoios financeiros a empresas privadas em contrapartida da prestação de serviços públicos, ascendendo os apoios financeiros do Estado a M€ 6.947,3, o que se traduz num decréscimo (336,8%) face a 2010.

Quadro 6.1
Esforço Financeiro do Estado (sem garantias)

Sectores	2011	2010	Milhares de euros	
			Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas não Financeiras	6.305.449	987.785	5.317.664	538,3%
Comunicação Social	344.311	285.902	58.409	20,4%
Cultura	56.185	56.664	(479)	-0,8%
Gestão de Infraestruturas	3.934.552	211.979	3.722.573	1756,1%
Aéreas	0	0	0	-
Ferroviários	2.143.052	43.379	2.099.673	4840,3%
Portuárias	0	1.100	(1.100)	-
Rodoviárias	1.705.000	130.000	1.575.000	1211,5%
Outras Infraestruturas	86.500	37.500	49.000	130,7%
Requalificação Urbana e Ambiental	38.198	27.926	10.272	36,8%
Saúde	0	52.000	(52.000)	-100,0%
Transportes	1.794.858	229.446	1.565.412	682,3%
Outros sectores	137.345	123.868	13.477	10,9%
Empresas Públicas Financeiras	600.000	550.000	50.000	9,1%
Total Empresas Públicas	6.905.449	1.537.785	5.367.664	349,1%
Empresas Privadas	41.856	52.589	-10.733	-20,4%
Total	6.947.305	1.590.374	5.356.931	336,8%

Obs: Critério execução OE, incluindo as operações a concretizar no período complementar

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças



6.1. Indemnizações Compensatórias / Subsídios

As EPNF registaram, em 2011, um decréscimo nos subsídios na ordem dos 2,7% face ao ano anterior, com destaque para o sector da Comunicação Social cuja diminuição das indemnizações compensatórias atribuídas à RTP decresceram 25% (M€ -36,4). Contrariamente, o sector dos Transportes observou um acréscimo de 13,6% (M€ 27,2). Quanto às compensações financeiras atribuídas a empresas privadas, verificou-se uma redução de 20,4% (M€ -10,7).

Quadro 6.1.1
Indemnizações Compensatórias/Subsídios

	2011	2010	Milhares de euros Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas não Financeiras	430.066	441.960	-11.894	-2,7%
Comunicação Social	128.111	163.602	(35.491)	-21,7%
RTP	109.470	145.866	(36.396)	-25,0%
Lusa	18.641	17.736	905	5,1%
Cultura	27.736	29.368	(1.632)	-5,6%
Teatro Nacional D. Maria II	4.134	5.175	(1.041)	-20,1%
Teatro Nacional de S. João	4.780	4.900	(120)	-2,4%
OPART	18.822	19.293	(471)	-2,4%
Gestão de Infraestruturas	44.280	43.379	901	2,1%
Infraestruturas Ferroviárias	44.280	43.379	901	2,1%
REFER	44.280	43.379	901	2,1%
Transportes	227.289	200.111	27.178	13,6%
Transportes Rodoviários	84.678	80.099	4.579	5,7%
Carris	61.358	58.651	2.707	4,6%
S.T.C.P.	22.456	20.661	1.795	8,7%
Serviços Municipais - transportes	864	786	78	9,9%
Transportes Ferroviários	106.114	82.867	23.247	28,1%
C.P.	42.381	38.522	3.859	10,0%
Metro de Lisboa	47.746	31.142	16.604	53,3%
Metro do Porto	15.987	13.203	2.784	21,1%
Transportes Fluviais	11.851	12.216	(365)	-3,0%
Soflusa	4.910	5.062	(152)	-3,0%
Transtejo	6.941	7.154	(213)	-3,0%
Transportes Aéreos	24.646	24.929	(283)	-1,1%
SATA Internacional	16.054	17.211	(1.157)	-6,7%
SATA Air Açores	2.561	822	1.739	211,6%
TAP	6.031	6.896	(865)	-12,5%
Outros Sectores	2.650	5.500	(2.850)	-51,8%
INCM-Imprensa Nacional Casa da Moeda	2.650	5.500	(2.850)	-51,8%
Empresas Privadas	41.856	52.588	(10.732)	-20,4%
AEROVIP	2.477	2.249	228	10,1%
Fertagus	2.228	10.851	(8.623)	-79,5%
Rodoviária Lisboa	2.069	6.218	(4.149)	-66,7%
Scotturb – Transportes Urbanos	29	86	(57)	-66,3%
TST - Transportes Sul do Tejo	1.454	4.361	(2.907)	-66,7%
Vimeca	1.462	4.404	(2.942)	-66,8%
PT	0	3.713	(3.713)	-
MTS	12.504	8.465	4.039	47,7%
Rodoviários Privados	19.621	12.230	7.391	60,4%
Outros	12	11	1	9,1%
Total	471.922	494.548	(22.626)	-4,6%

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças



6.2. Dotações de Capital

Em 2010 verificou-se um decréscimo de 19,4% nas dotações de capital, face ao exercício anterior.

Quadro 6.2.1
Dotações de Capital / Prémios de Emissão

	2011	2010	Milhares de euros	
			Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas Não Financeiras	214.448	461.102	-246.654	-53,5%
Comunicação Social	66.200	120.300	(54.100)	-45,0%
RTP	66.200	120.300	(54.100)	-45,0%
Gestão de Infraestruturas	4.000	135.100	(131.100)	-97,0%
Infraestruturas Portuárias	0	1.100	(1.100)	-
APSS	0	1.100	(1.100)	-
Infraestruturas Rodoviárias	0	130.000	(130.000)	-
EP - Estradas de Portugal	0	130.000	(130.000)	-
Outras Infraestruturas	4.000	4.000	0	0,0%
SIMAB	4.000	4.000	0	0,0%
Requalificação Urbana e Ambiental	35.000	20.000	15.000	75,0%
Parque Expo	35.000	15.000	20.000	-
Arco Ribeirinho Sul	0	5.000	(5.000)	-
Saúde	0	52.000	(52.000)	-100,0%
Centro Hospitalar Barreiro Montijo	0	3.000	(3.000)	-100,0%
Centro Hospitalar de Coimbra	0	2.500	(2.500)	-100,0%
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes Alto Douro	0	1.000	(1.000)	-100,0%
Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia/Espinho	0	2.500	(2.500)	-100,0%
Centro Hospitalar do Porto	0	1.378	(1.378)	-100,0%
Centro Hospitalar de Tâmega e Sousa	0	2.000	(2.000)	-100,0%
Centro Hospitalar Póvoa Varzim/Vila do Conde	0	1.000	(1.000)	-100,0%
Hospitais da Universidade de Coimbra	0	7.000	(7.000)	-100,0%
Hospital Curry Cabral	0	2.000	(2.000)	-
Hospital de Faro	0	2.500	(2.500)	-100,0%
Hospital Distrital da Figueira da Foz	0	1.000	(1.000)	-
Hospital Espírito Santo de Évora	0	2.500	(2.500)	-100,0%
Hospital Garcia de Orta	0	2.000	(2.000)	-100,0%
Hospital Litoral Alentejano	0	4.500	(4.500)	-
Hospital Prof. Dr. Fernando Fonseca	0	4.000	(4.000)	-100,0%
Unidade Local de Saúde do Alto Minho	0	3.000	(3.000)	-100,0%
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo	0	3.000	(3.000)	-100,0%
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco	0	4.000	(4.000)	-
Unidade Local de Saúde da Guarda	0	3.000	(3.000)	-100,0%
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano	0	122	(122)	-100,0%
Transportes	0	30.120	(30.120)	-
Metropolitano de Lisboa	0	30.120	(30.120)	-
Outros Sectores	108.687	102.683	(9.941)	-9,7%
EMPORDEF	0	16.200	(16.200)	-
Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos SNS	0	50.000	(50.000)	-
Fundo de Estabilização da Zona Euro	251	462	(211)	-
Fundo Jessica	13.000	0	13.000	-
Fundo Português de Apoio ao Inv. em Moçambique	0	9.367	(9.367)	-
Fundo Recuperação Empresas - FCR	13.080	19.154	(6.074)	-31,7%
GeRAP	0	1.500	(1.500)	-
IHRU	82.356	0	82.356	-
SPMS	0	6.000	(6.000)	-
Empresas Sediadas no Estrangeiro	561	899	(338)	-37,6%
Portugal Venture Capital Initiative	561	899	(338)	-37,6%
Empresas Públicas Financeiras	600.000	550.000	50.000	9,1%
BNP *	600.000	0	600.000	-
CGD	0	550.000	(550.000)	-100,0%
Total	814.448	1.011.102	(196.654)	-19,4%

Obs: Critério execução do OE, incluindo as operações concretizadas no período complementar de execução do OE.

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

(*) O montante relativo a 2011 corresponde a uma prestação acessória de capital, com carácter de prestação suplementar.



6.3. Empréstimos

Os empréstimos do Estado às empresas do SEE visam cobrir necessidades de financiamento extraordinárias e são concedidos em condições financeiras que têm em conta o custo do endividamento do Estado.

Em 2011, na sequência da dificuldade de acesso ao crédito bancário a que acresce a reclassificação de algumas empresas do SEE que passaram a integrar o perímetro das Administrações Públicas em Contas Nacionais³² (as denominadas EPR), parte dos empréstimos que venceram não foram renovados pela banca comercial tendo as empresas recorrido a empréstimos do Estado, concedidos pela DGTF, para assegurar o pagamento atempado da dívida.

Assim, enquanto em 2010 os empréstimos do Estado às empresas públicas foram de apenas M€ 74,8, em 2011, a falta de liquidez e a dificuldade de acesso à banca comercial implicaram o crescimento dos mesmos para M€ 5.660,6, essencialmente pelos financiamentos atribuídos às empresas do sector dos transportes (MP, CP e ML) e das infraestruturas (REFER e EP), que absorveram 93,7% do total, conforme **Quadro 6.3.1.**, abaixo.

Quadro 6.3.1
Empréstimos concedidos no ano pelo Estado

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas Não Financeiras	5.175	4.827	348	7,2%
Comunicação Social				
RTP	150.000	0	150.000	-
Cultura	28.449	27.297	1.152	4,2%
OPART ¹	18.374	17.570	804	4,6%
Teatro Nacional D.Maria II ¹	5.175	4.827	348	7,2%
Teatro Nacional S.João ¹	4.900	4.900	0	0,0%
Gestão Infraestruturas	3.886.272	33.500	3.852.772	11500,8%
Infraestruturas Ferroviárias				
REFER ¹	2.098.772	0	2.098.772	-
Infraestruturas Rodoviárias				
Estradas de Portugal ¹	1.705.000	0	1.705.000	-
Outras Infraestruturas				
EDIA ²	82.500	33.500	49.000	146,3%
Requalificação Urbana	6.403	0	6.403	-
Frente Tejo ²	3.583	0	3.583	-
Viana Polis	2.820	0	2.820	-
Transportes	1.568.432	0	1.568.432	-
Metro do Porto	593.000	0	593.000	-
CP ²	250.000	0	250.000	-
Metropolitano de Lisboa ¹	655.932	0	655.932	-
Transtejo ²	16.500	0	16.500	-
Carris ¹	53.000	0	53.000	-
Outros Sectores	21.000	15.000	6.000	40,0%
EMA ²	8.000	5.000	3.000	60,0%
ENVC ²	13.000	5.000	8.000	160,0%
GERAP ²	0	5.000	-5.000	-100,0%

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

(1) - Totalidade ou parte do valor corresponde a empréstimo de curto prazo, por adiantamento de I.C.

(2) - Empréstimo de curto prazo - Sem adiantamento de I.C.

³² De acordo com os critérios definidos pelo Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 95).



6.4. Assunção de Passivos e de Responsabilidades

No ano de 2011, os passivos assumidos pelo Estado no quadro de processos liquidação não têm expressão significativa, devendo-se apenas assinalar o passivo da Polis Albufeira, SA no montante de M€ 0,38.

Quadro 6.4.1

Assunção de Passivos e de Outras responsabilidades financeiras

Milhares de euros

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas Não Financeiras	378	7.926	-7.548	-95,2%
Polis Vila do Conde, SA (em liquidação)	0	4.554	-4.554	-100,0%
Cacém Polis, SA (em liquidação)	0	2.286	-2.286	-100,0%
Polis Albufeira, SA (em liquidação)	378	0	378	-
Polis Guarda, SA (em liquidação)	0	1.086	-1.086	-100,0%

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

Saliente-se ainda que a RTP recebeu fundos no montante de M€ 348,2 no âmbito do Orçamento de Estado 2012, para solver responsabilidades relativas a empréstimos contratados em anos anteriores.

6.5. Garantias Concedidas

Em 2011 foram concedidas garantias do Estado a operações financeiras de empresas públicas no montante de cerca de M€ 6.551,3, em particular, da CGD, do BPN e da Parpública.

Relativamente a 2010, observou-se um aumento significativo do montante envolvido nas operações garantidas, conforme apresentado no [Quadro 6.5.1](#), em grande medida explicada pela concessão de garantia à CGD no montante total de M€ 4.600,0.

Nos termos da Lei n.º 60-A/2008, de 20 de outubro, que estabeleceu a possibilidade de concessão extraordinária de garantias pessoais pelo Estado, no âmbito do sistema financeiro, foram concedidas, em 2011, duas garantias pessoais do Estado à Caixa Geral de Depósitos, no montante de M€ 1.800, autorizada pelo Despacho do SETF de 26 de maio de 2011, e no montante de M€ 2.800, autorizada pelo Despacho da SETF, de 15 de dezembro de 2011.



Quadro 6.5.1
Garantias Concedidas

Milhares de euros

	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Empresas Públicas Não Financeiras	951.278	14,5%	1.199.350	54,5%
Gestão de Infraestruturas	110.278	1,7%	94.350	4,3%
Infraestruturas Portuárias	70.000	1,1%	0	0,0%
APDL	70.000	1,1%	0	0,0%
Outras Infraestruturas	40.278	0,6%	94.350	4,3%
MARL	40.278	0,6%	0	0,0%
EDIA	0	0,0%	94.350	4,3%
Serviços de Utilidade Pública	46.000	0,7%	0	0,0%
EDA	46.000	0,7%	0	0,0%
Transportes	175.000	2,7%	255.000	11,6%
Carris	0	0,0%	120.000	5,5%
MP	100.000	1,5%	50.000	2,3%
ML	75.000	1,1%	85.000	3,9%
Outros Sectores	620.000	9,5%	850.000	38,6%
Parque Escolar	0	0,0%	850.000	38,6%
Parpública	620.000	9,5%	0	0,0%
Empresas Públicas Financeiras	5.600.000	85,5%	1.000.000	45,5%
CGD	4.600.000	70,2%	0	0,0%
BPN	1.000.000	15,3%	1.000.000	45,5%
TOTAL	6.551.278	100,0%	2.199.350	100,0%

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

A garantia concedida ao BPN teve enquadramento na Lei n.º 62-A/2008, de 11 de novembro, que procedeu à nacionalização de todas as ações representativas do capital social daquela instituição financeira, atribuindo à CGD a sua gestão, e destinou-se a um novo Programa de Emissões de Papel Comercial, do BPN – Banco Português de Negócios SA (BPN), até ao montante de M€ 1.000,0, a ser integral e exclusivamente colocado junto da CGD, que visou substituir as operações de assistência de liquidez verificadas na gestão corrente do BPN, conferindo uma maior eficiência na gestão daquele apoio, quer para aquele banco, quer para a CGD.

As garantias às empresas públicas não financeiras visaram facilitar ou criar melhores condições para a obtenção de fundos nos mercados financeiros, tendo em vista o financiamento dos planos de investimento dessas empresas de elevado interesse público, de montante significativo e de longa duração, nomeadamente com a construção/beneficiação de infraestruturas.



Quadro 6.5.2
Total das Garantias Prestadas pelo Estado
(Stock das responsabilidades assumidas)

Milhares de euros

Beneficiária	Em 31-12-2011	Em 31-12-2010	Variação	
			Absoluta	%
1 - Empresas Públicas Não Financeiras	12.914.677	12.312.305	602.372	4,9%
Gestão de Infraestruturas	4.028.514	4.377.364	(348.850)	-8,0%
Infraestruturas Aéreas	153.479	157.220	(3.741)	-2,4%
ANAM	153.479	157.220		
Infraestruturas Ferroviárias	3.034.007	3.398.079	(364.072)	-10,7%
GIL	59.752	69.782	(10.030)	-14,4%
REFER	2.974.255	3.328.297	(354.042)	-10,6%
Infraestruturas Portuárias	41.548	25.011	16.537	66,1%
APA	21.548	22.619	(1.071)	-4,7%
APDL	20.000	0	20.000	-
APS	0	2.392	(2.392)	-100,0%
Infraestruturas Rodoviárias	200.659	200.659	0	-
EP	200.659	200.659		
Outras Infraestruturas	598.821	596.395	2.426	0,4%
EDIA	558.543	596.395	(37.852)	-6,3%
MARL	40.278	0	40.278	-
Indústria	6.357	13.468	(7.111)	-52,8%
SPE	6.357	13.468		
Requalificação Urbana e Ambiental	49.284	73.966	(24.682)	-33,4%
Parque Expo 98	49.284	73.966		
Serviços de Utilidade Pública	1.219.000	1.219.378	(378)	0,0%
AdP	1.219.000	1.219.000	0	0,0%
PT	0	378	(378)	-100,0%
Transportes	6.001.308	6.027.914	(26.606)	-0,4%
CARRIS	429.800	499.200	(69.400)	-13,9%
CP	1.147.752	1.117.936	29.816	2,7%
MP	1.137.167	1.049.816	87.351	8,3%
ML	3.011.589	3.028.954	(17.365)	-0,6%
STCP	220.000	275.000	(55.000)	-20,0%
TAP	0	2.008	(2.008)	-100,0%
TRANSTEJO	55.000	55.000	0	0,0%
Outros Sectores	1.610.216	600.216	1.010.000	168,3%
Imobiliária Grão-Pará	216	216	0	0,0%
Parque Escolar	1.000.000	600.000	400.000	66,7%
Parpública	610.000	0	610.000	-
2 - Empresas Públicas Financeiras	9.100.000	4.750.000	4.350.000	91,6%
BPN e Participadas	4.500.000	3.500.000	1.000.000	28,6%
CGD	4.600.000	1.250.000	3.350.000	268,0%
3 - Empresas Sediadas no Estrangeiro	823	2.468	(1.645)	-66,7%
HCB	823	2.468		

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

No final de 2011, as responsabilidades efetivas do Estado por garantias prestadas a empréstimos contraídos por EPNF atingia o montante de M€ 12.914,7 e representavam 40% do passivo financeiro total, como resulta da análise do [Quadro 6.5.3](#).



Quadro 6.5.3

Importância das Garantias Prestadas pelo Estado no Total do Passivo Financeiro (EPNF) em 2011
(Stock das responsabilidades assumidas)

Milhares de euros

2011	Dívida garantida	(1) %	Dívida não garantida	(2) %	Passivo financeiro (3)
Empresas Públicas Não Financeiras					
Comunicação Social	0	0%	422.908	100%	422.908
LUSA	0		1.637		1.637
RTP ⁽⁴⁾	0		421.272		421.272
Cultura	0		0		0
Gestão de Infraestruturas	3.928.484	37%	6.816.718	63%	10.745.202
Infraestruturas Aéreas	153.479	21%	581.251	79%	734.730
ANA	0		516.929		516.929
ANAM	153.479		49.510		202.989
NAV	0		14.813		14.813
Infraestruturas Portuárias	41.548	24%	134.466	76%	176.014
APA	21.548		1.447		22.995
APL	0		133.019		133.019
APDL	20.000		0		20.000
Infraestruturas Ferroviárias	2.974.255	45%	3.565.825	55%	6.540.080
REFER ⁽⁴⁾	2.974.255		3.565.825		6.540.080
Infraestruturas Rodoviárias	200.659	8%	2.435.131	92%	2.635.790
EP ⁽⁴⁾	200.659		2.435.131		2.635.790
Outras Infraestruturas	558.543	85%	100.044	15%	658.587
EDIA	558.543		100.044		658.587
Docapesca	0		0		0
Requalificação Urbana	49.284	18%	220.172	82%	269.456
Viana Polis ⁽⁴⁾	0		19.139		19.139
Parque Expo 98	49.284		201.033		250.317
Sector da Saúde	0		478.985		478.985
Serviços de Utilidade Pública	1.219.000	41%	1.770.010	59%	2.989.010
AdP	1.219.000		1.758.901		2.977.901
CTT	0		11.109		11.109
Transportes	6.001.308	53%	5.313.116	47%	11.314.424
Carris	429.800		262.663		692.463
STCP	220.000		127.572		347.572
CP	1.147.752		2.374.642		3.522.394
Metropolitano de Lisboa ⁽⁴⁾	3.011.589		957.690		3.969.279
Metro do Porto ⁽⁴⁾	1.137.167		1.495.364		2.632.531
Metro do Mondego	0		730		730
Transtejo	55.000		94.454		149.454
Parapública	610.000	7%	7.556.274	93%	8.166.274
Outros	1.106.601	69%	593.422	31%	1.593.422
EGREP	0		362.945		362.945
Empordef	0		153.405		153.405
Parque Escolar ⁽⁴⁾	1.000.000		77.000		1.077.000
Total das EPNF	12.914.677	40%	19.570.174	60%	32.487.103
Total das empresas que consolidam⁽⁴⁾	8.323.670	48%	8.971.422	52%	17.295.092

(1) - % da Dívida garantida pelo Estado face ao Passivo Financeiro (Empréstimos bancários)

(2) - % da Dívida não garantida face ao Passivo Financeiro (Empréstimos bancários)

(3) - Passivo financeiro total sem o valor da ANA e AdP, pois estes dados já estão reflectidos nas contas consolidadas da Parapública.

(4) - Entidades classificadas pela autoridade estatística nacional como integrantes das Administrações Públicas, em contas nacionais, de acordo com o sistema europeu de contas nacionais e regionais - SEC 95.

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

Em 2011 e em termos acumulados, de entre as EPNF, os sectores com maior apoio prestado pelo Estado ao nível das garantias são efetivamente os sectores das Infraestruturas e dos Transportes. Este grupo de empresas, no conjunto, absorve 76,9% das garantias prestadas e representam 69,0% do passivo remunerado considerado.

Relativamente, à importância das garantias do Estado³³, no respetivo passivo financeiro das empresas, merece destaque particular, o apoio à Parque Escolar (cujo valor da garantia corresponde a 93% do total do passivo financeiro), EDIA (85%), Carris (62%), ML (76%) e STCP (63%).

³³ Para valores acima dos 200 milhões de euros.



Face ao ano anterior, a estrutura de apoio do Estado, no âmbito das garantias prestadas nos diferentes sectores não registou uma alteração significativa.

De salientar que em 2011, cerca de 53% do universo do passivo remunerado corresponde ao endividamento do conjunto das empresas que integram o perímetro das Administrações Públicas em contas nacionais. Neste subconjunto de entidades, do total da dívida remunerada, 48% possui garantia prestada pelo Estado.

Quadro 6.5.4

Importância das Garantias Prestadas pelo Estado no Total do Passivo Financeiro (EPNF) em 2010 (Stock das responsabilidades assumidas)

Milhares de euros

2010	Dívida garantida	(1) %	Dívida não garantida	(2) %	Passivo financeiro ⁽³⁾
Empresas Públicas Não Financeiras					
Comunicação Social	0	0%	621.787	100%	621.787
LUSA	0		5.166		5.166
RTP ⁽⁴⁾	0		616.621		616.621
Cultura	0		0		0
Gestão de Infraestruturas	4.307.582	45%	5.249.349	55%	9.556.931
Infraestruturas Aéreas	157.220	22%	562.938	78%	720.158
ANA	0		496.250		496.250
ANAM	157.220		49.378		206.598
NAV	0		17.310		17.310
Infraestruturas Portuárias	25.011	14%	147.862	86%	172.873
APA	22.619		2.261		24.880
APL	0		144.791		144.791
APS	2.392		1		2.393
APSS	0		810		810
Infraestruturas Ferroviárias	3.328.297	55%	2.692.493	45%	6.020.790
REFER ⁽⁴⁾	3.328.297		2.692.493		6.020.790
Infraestruturas Rodoviárias	200.659	10%	1.804.690	90%	2.005.349
EP ⁽⁴⁾	200.659		1.804.690		2.005.349
Outras Infraestruturas	596.395	94%	41.367	6%	637.762
Docapesca	0		4.100		4.100
EDIA	596.395		37.267		633.662
Requalificação Urbana	73.966	24%	239.294	76%	313.260
Viana Polis ⁽⁴⁾	0		24.455		24.455
Parque Expo 98	73.966		214.839		288.805
Sector da Saúde	0		0		463.095
Serviços de Utilidade Pública	1.219.000	41%	1.720.712	59%	2.939.712
AdP	1.219.000		1.706.433		2.925.433
CTT			14.279		14.279
Transportes	6.025.906	57%	4.519.662	43%	10.545.568
Carris	499.200		173.238		672.438
STCP	275.000		1.241		276.241
CP	1.117.936		2.206.514		3.324.450
Metropolitano de Lisboa ⁽⁴⁾	3.028.954		780.686		3.809.640
Metro do Porto ⁽⁴⁾	1.049.816		1.290.579		2.340.395
Metro do Mondego	0		1.041		1.041
Transtejo	55.000		66.363		121.363
Parública	0	0%	10.188.780	100%	10.188.780
Outros	685.851	58%	580.871	42%	1.180.871
EDM	0		124		124
EGREP	0		362.952		362.952
Empordef	0		151.867		151.867
Parque Escolar ⁽⁴⁾	600.000		65.929		665.929
Total das EPNF	12.312.305	38%	20.076.017	62%	32.388.322
Total das empresas que consolidam⁽⁴⁾	8.207.726	53%	7.275.453	47%	15.483.179

(1) - % da Dívida garantida pelo Estado face ao Passivo Financeiro (Empréstimos bancários)

(2) - % da Dívida não garantida face ao Passivo Financeiro (Empréstimos bancários)

(3) - Passivo financeiro total sem o valor da ANA e AdP, pois estes dados já estão reflectidos nas contas consolidadas da Parública.

(4) - Entidades classificadas pela autoridade estatística nacional como integrantes das Administrações Públicas, em contas nacionais, de acordo com o sistema europeu de contas nacionais e regionais - SEC 95.

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

Para além das garantias financeiras atrás referidas, o Estado garante ainda o pagamento da justa indemnização em casos de expropriações, no quadro do Código das Expropriações, ficando com o direito de regresso sobre a entidade expropriante quando, em execução daquela garantia, satisfaça o pagamento da indemnização devida em sua substituição.

Neste âmbito, o Estado procedeu, no exercício de 2011, ao pagamento da quantia de cerca de M€ 0,5, relativamente a indemnização devidas por empresas que integram o SEE.

Quadro 6.5.5

Execução de garantias prestadas no âmbito do Código das Expropriações

Milhares de euros

	2011	2010	Varição Absoluta
Empresas Públicas Não Financeiras	504	1.863	-1.359
VianaPolis, SA	0	185	-185
ChavesPolis SA (em liquidação)	504	1.678	-1.174

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças

6.6. Transmissão de Património de Sociedades Extintas

No decurso de 2011, a DGTF assegurou o acompanhamento dos processos de liquidação de 15 sociedades, das quais 10 correspondem a sociedades constituídas no quadro do Programa Polis, tendo-se procedido ao encerramento, de quatro processos de liquidação, três dos quais respeitantes a sociedades enquadradas no referido Programa.

Em sede de partilha do património residual das liquidações concluídas naquele exercício, transitou para o Estado, a quantia de USD 116.395,17 por conta do saldo de liquidação do FICREM, Fundo de Investimento de Capital de Risco em Empresas de Moçambique e, ainda, as responsabilidades contingentes de processos judiciais pendentes movidos contra a sociedade Polis Albufeira - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, SA (em Liquidação), na proporção do capital detido pelo Estado (60,0%).

6.7. Dividendos / Remuneração do Capital Estatutário

O montante global dos dividendos pagos ao Estado pelas empresas públicas registou um decréscimo de 47,6% (M€ -218,2), determinado, essencialmente, pela diminuição do valor distribuído pelas entidades públicas financeiras (CGD) e pela Parpública. Em sentido contrário, as empresas do sector das Infraestruturas distribuíram dividendos de montante superior a 2010.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direção-Geral do Tesouro e Finanças

Quadro 6.7.1

Dividendos / Remunerações do Capital Estatutário

Milhares de Euros

	2011	2010	Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas Não Financeiras	80.920	118.538	(37.618)	-31,7%
Comunicação Social	129	94	35	37,2%
Lusa	129	94		
Gestão de Infraestruturas	30.637	13.412	17.225	128,4%
Aéreas	11.767	6.858	4.909	71,6%
ANA	9.752	6.858	2.894	42,2%
NAV	2.015	0	2.015	-
Portuárias	10.823	6.554	4.269	65,1%
APDL	4.329	3.286	1.043	31,7%
APSS	2.352	962	1.390	144,5%
APS	4.142	2.306	1.836	79,6%
Rodoviárias	8.047	0	8.047	-
EP	8.047	0	8.047	-
Serviços de Utilidade Pública	30.175	18.786	11.389	60,6%
AdP	1.870	1.737	133	7,7%
CTT	28.305	17.049	11.256	66,0%
PARPÚBLICA	19.625	85.600	(65.975)	-77,1%
Outros Sectores	354	646	(292)	-45,2%
ASTRA ZENECA	5	0	5	-
EDM	103	322	(219)	-68,0%
INOVCAPITAL	0	38	(38)	-
LISNAVE	245	285	(40)	-14,0%
Portugal Telecom	1	1	0	-
Empresas Públicas Financeiras	0	136.125	(136.125)	-100,0%
CGD	0	136.125		
Total Empresas Públicas	80.920	254.663	(173.743)	-68,2%
Outras Entidades Públicas Não Financeiras	533	483	50	10,4%
IHRU	533	483		
Outras Entidades Públicas Financeiras	158.698	203.227	(44.529)	-21,9%
Banco de Portugal	158.698	203.227		
Total Empresas Públicas e Banco de Portugal	240.151	458.373	(218.222)	-47,6%

Obs: Valores entregues ao Tesouro em cada ano indicado

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças



7. Responsabilidades Contingentes

A informação recolhida junto das empresas do SEE teve em consideração a definição de “Responsabilidade Contingente” comumente aceite e coerente com as normas de contabilidade do SNC, presentemente em vigor.

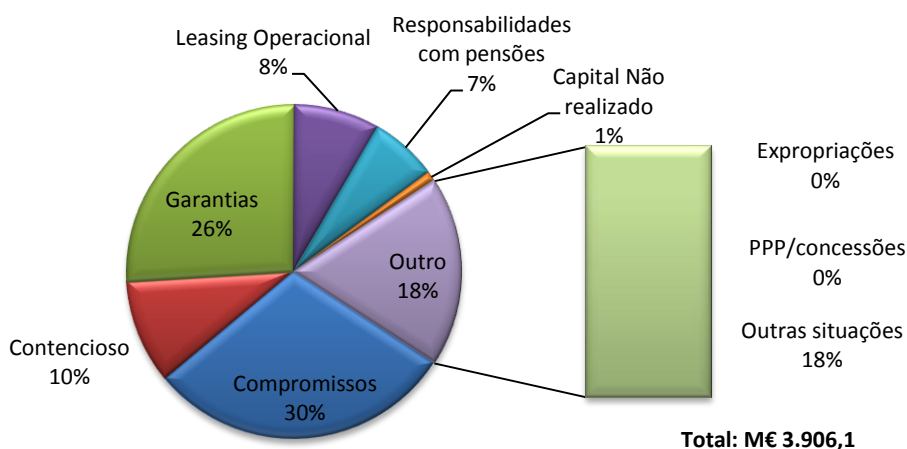
Para efeito de análise das responsabilidades contingentes tipificaram-se 5 grandes categorias: (1) Garantias concedidas a terceiros; (2) Parcerias Público-Privadas (PPP)/Concessões - Contingências financeiras e legais decorrentes de Concessões e PPPs, não expressas nas contas da empresa, tais como reequilíbrios, contrapartidas e subsídios financeiros; (3) Contencioso - Processos em contencioso donde possam resultar responsabilidades para a empresa; (4) *Leasing* operacional; (5) Capital Subscrito e não Realizado.

No entanto, verificou-se que a categoria “Capital Subscrito e não Realizado” não tem expressão, tendo surgido, em seu lugar, a categoria “Compromissos Assumidos”, relativa às responsabilidades contratuais já assumidas.

A maioria das responsabilidades contingentes, correspondendo a M€ 2.802,3 (cerca de 71,7% do total no valor de M€ 3.906,1), reside em quatro empresas, sendo elas a Parque Escolar (com 29,2%) e a Parpública, a TAP³⁴ e a AdP com cerca de 14% cada.

As responsabilidades contingentes são dominadas, principalmente, pelos compromissos e garantias, correspondendo, respetivamente, a M€ 1.163,8 (29,8%) e M€ 1.015,0 (26,0%).

Gráfico 7.1
Montante de Responsabilidades Contingentes



Fonte: Empresas

³⁴ Incluída nesta análise por fazer parte da carteira das participações da Parpública.



O elevado número de responsabilidades contingentes pendentes de resolução de processo em contencioso, conduz a que 76,8% das ocorrências não tenham um horizonte temporal definido para a sua resolução.

No que refere aos compromissos assumidos, a sua maioria é representada pelo *Outros Sectores*, sendo a Parque Escolar responsável pela totalidade.

Quadro 7.1 Compromissos por Sector

Milhares de euros

Compromissos	Qt.	Montante	%
1.3.1. Infraestruturas Aéreas	2	154	0%
1.5. Saúde	4	1.486	0%
1.6. Serviços de Utilidade Pública	1	25.000	2%
1.9. Outros Sectores	2	1.137.246	98%
Total	9	1.163.886	100%

Fonte: Empresas

A desagregação das garantias concedidas por sector revela que 50% do seu montante está concentrado no sector dos Serviços de Utilidade Pública, com particular destaque para a AdP (nomeadamente sob a forma de fianças, garantias e cartas de conforto).

Quadro 7.2 Garantias Concedidas por Sector

Milhares de euros

Garantias	Qt.	Montante	%
1.1. Comunicação Social	9	11.049	1%
1.3.1. Infraestruturas Aéreas	3	729	0%
1.3.2. Infraestruturas Ferroviárias	5	4.212	0%
1.3.3. Infraestruturas Portuárias	10	20.753	2%
1.3.4. Infraestruturas Rodoviárias	7	154.170	15%
1.4. Requalificação Urbana e Ambiental	28	9.793	1%
1.5. Saúde	1	22	0%
1.6. Serviços de Utilidade Pública	7	511.294	50%
1.7. Transportes	101	171.295	17%
1.8. Parpública	1	2.213	0%
1.9. Outros Sectores	45	129.485	13%
Total	217	1.015.014	100%

Fonte: Empresas

As empresas que apresentam maior montante no que respeita à categoria de “Contencioso”, são a TAP³⁵, a Metro do Porto e a Metropolitano de Lisboa, devendo-se os elevados montantes

³⁵ Empresa detida a 100% pela Parpública.



a contingências tributárias e a processos relacionados com expropriações, resultantes da realização de Investimentos de Longa duração (ILD).

Quadro 7.3

Processo em Contencioso por Sector

Milhares de euros

Contencioso	Qt.	Montante	%
1.1. Comunicação Social	1	100	0%
1.3.1. Infraestruturas Aéreas	93	19.579	5%
1.3.2. Infraestruturas Ferroviárias	2	531	0%
1.3.3. Infraestruturas Portuárias	2	-	0%
1.3.5. Outras Infraestruturas	17	24.681	6%
1.4. Requalificação Urbana e Ambiental	34	19.979	5%
1.5. Saúde	111	26.631	7%
1.6. Serviços de Utilidade Pública	9	-	0%
1.7. Transportes	135	294.464	75%
1.9. Outros Sectores	33	6.355	2%
Total Geral	437	392.219	100%

Fonte: Empresas

O *Leasing* operacional encontra-se concentrado no sector dos Transportes, nomeadamente na TAP, em que a aquisição de algumas aeronaves foi feita com recurso a este instrumento financeiro.

Quadro 7.4

Leasing Operacional Contratado

Milhares de euros

Leasing Operacional	Qt.	Montante	%
1.3.1. Infraestruturas Aéreas	1	6	0%
1.3.2. Infraestruturas Ferroviárias	11	-	0%
1.3.3. Infraestruturas Portuárias	1	124	0%
1.3.4. Infraestruturas Rodoviárias	2	5.170	2%
1.4. Requalificação Urbana e Ambiental	3	8	0%
1.5. Saúde	26	1.616	1%
1.6. Serviços de Utilidade Pública	1	19.809	6%
1.7. Transportes	3	294.088	91%
1.8. Parapública	1	195	0%
1.9. Outros Sectores	17	2.021	1%
Total Geral	66	323.037	100%

Fonte: Empresas



8. Instrumentos de Gestão Risco Financeiro

Em 2009, foi emitido o Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, definindo um conjunto de instruções a observar pelas EPNF visando mitigar os efeitos da volatilidade dos mercados financeiros sobre a situação das empresas, estabelecendo, nomeadamente, a obrigatoriedade de adoção de medidas de avaliação do risco financeiro e mitigação do mesmo pelas empresas, a consolidação do passivo remunerado, a minimização das garantias reais, bem como das *covenants* associadas aos contratos e a obrigatoriedade de divulgação da informação nos Relatórios e Contas Anuais.

Considerando a necessidade de aferir os montantes envolvidos neste tipo de investimentos, foi emitido o Despacho n.º 896/2011-SETF, de 9 de junho, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, determinando o envio à DGTF de informação detalhada sobre os Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro (IGRF) contratados pelo SEE.

À data de 31 de dezembro de 2011 apenas 15 empresas, repartidas por 5 sectores de atividade, recorriam à contratação de Instrumentos de Gestão Risco Financeiro:

Quadro 8.1
IGRF Contratados por Sector

Milhares de euros			
Empresa	Nº Operações	Valor contratual	%
ANA	1	30.000	0,2%
Refer	15	3.100.000	20,7%
APL	1	21.500	0,1%
EP	1	125.000	0,8%
Subtotal Infraestruturas	18	3.276.500	21,9%
Carris	4	505.000	3,4%
CP	10	1.749.363	11,7%
Metro Porto	15	1.557.592	10,4%
STCP	2	50.000	0,3%
Transtejo	2	55.000	0,4%
TAP	5	115.663	0,8%
Metropolitano Lisboa	76	6.391.278	42,7%
Subtotal Transportes	114	10.423.896	69,7%
ADP	6	295.000	2,0%
Subtotal Serv. Utilidade Pública	6	295.000	2,0%
Egrop	1	360.000	2,4%
SIMAB	4	49.100	0,3%
Subtotal Outros Setores	5	409.100	2,7%
Parública	5	550.000	3,7%
Total Geral	148	14.954.496	100,0%

Fonte: Empresas

No quadro abaixo evidencia-se o peso do Valor de Mercado à data de 31 de dezembro *Mark to Market* (MtM) dos IGRF contratados, face ao Endividamento das empresas. Destas,



destacam-se a Parpública e a REFER que, apesar do elevado montante de operações contratadas, apresentam MtM com variações de 0,1% e -1,0%, respetivamente. A 31 de dezembro, o único IGRF contratado pela EGREP assume um justo valor negativo que representa 47,6% do endividamento remunerado da mesma.

Quadro 8.2

Endividamento da Empresa e Valor de Mercado dos IGRF

Milhares de euros

	Endividamento 2011	IGRF - MtM 2011	%
ANA - Aeroportos de Portugal SA	516.929	-2.874	-0,6%
REFER - Rede Ferroviária Nacional EP	6.540.080	-63.544	-1,0%
APL - Administração do Porto de Lisboa SA	133.019	-3.288	-2,5%
EP - Estradas de Portugal SA	2.635.790	-11.892	-0,5%
Subtotal Infraestruturas	9.825.818	-81.599	-0,8%
Companhia Carris de Ferro de Lisboa SA	692.463	-95.323	-13,8%
CP-Caminhos de Ferro Portugueses EP	3.522.394	-146.094	-4,1%
Metro do Porto SA	2.340.395	-656.500	-28,1%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto SA	352.970	-70.387	-19,9%
TRANSTEJO-Transportes do Tejo SA	131.496	-5.015	-3,8%
TAP SA	1.083.720	-1.212	-0,1%
Metropolitano de Lisboa EP	396.279	-893.646	-225,5%
Subtotal Transportes	8.519.718	-1.868.176	-21,9%
ADP	600.000	-104.013	-17,3%
Subtotal Serv. Utilidade Pública	600.000	-104.013	-17,3%
Egref	362.945	-172.727	-47,6%
SIMAB	95.629	-2.352	-2,5%
Subtotal Outros Setores	458.574	-175.079	-38,2%
Parpública-Participações Públicas SGPS SA	5.123.495	3.773	0,1%
Parpública	5.123.495	3.773	0,1%
Total Geral	24.527.605	-2.225.095	-9,1%

Fonte: Empresas

Nota: Os valores de endividamento correspondem às empresas em termos individuais, pelo que podem diferir de valores apresentados em outros capítulos, na qual algumas empresas apresentam contas consolidadas.

Apesar do objetivo da contratação dos IGRF ser a cobertura do risco financeiro, verifica-se, quer em 2010, quer em 2011, que, em consequência do baixo valor das taxas de juro, os IGRF apresentam um valor de mercado cada vez mais negativo.

As empresas assinalaram quatro grandes categorias de objetivos na contratação de IGRF: (1) **Cobertura** de operações contratadas, visando nomeadamente a minimização da exposição ao risco da Taxa de juro; (2) **Reestruturação** as que visam reajustar as condições de IGRF anteriormente contratados; (3) **Diversificação** as que se referem a operações contratadas que têm por finalidade o ajuste da carteira de passivos como um todo, sem suporte direto num passivo contratado, e (4) **Otimização** dos encargos financeiros com risco – contratação de IGRF que, expondo a empresa a um risco adicional, têm suporte numa operação contratada e procuram otimizar os encargos financeiros a pagar.



Quadro 8.3
IGRF Contratados por Objectivo

Milhares de euros

Objectivo	Nº	Valor Contratual	%
Cobertura	102	10.427.401	70%
Reestruturação	25	1.769.504	12%
Diversificação	16	1.857.592	12%
Par pública - Obrigações Convertíveis	2	0	0%
Opt. de Enc. Fin.com risco	3	900.000	6%
Total Geral	148	14.954.496	100%

Fonte: Empresas

Numa análise sumária da origem da contraparte, verifica-se que mais de 68% das operações são contratadas com bancos de origem estrangeira.

Foi, ainda, solicitada a apresentação da análise de sensibilidade dos IGRF contratados à variação das taxas de juro. No entanto, nem todas as empresas tiveram capacidade de apresentar essa análise. De qualquer forma, foi possível apurar que a variação positiva de 1% da Euribor teria um impacto, em cerca de 5/7 da carteira (em termos de valor nominal contratado), de mais M€ 660,1. No entanto, uma variação negativa de 1% da Euribor teria como impacto um agravamento de M€ 808,3 no valor da carteira.

Quadro 8.4
Análise de sensibilidade à variação da taxa de juro a 31 de dezembro de 2012

Milhares de euros

Empresa	MtM Dez 2011	-1%	+1%
APL	-3.288	0	0
AdP	-104.013	0	0
Egrop	-172.727	-65.833	58.996
Carris	-95.323	-63.958	15.755
CP	-146.094	-27.253	25.628
Metro Porto	-656.500	-279.672	308.771
Refer	-63.544	0	0
STCP	-70.387	-6.300	23.441
Transtejo	-5.015	-1.893	1.705
TAP	-1.212	2.923	407
ANA	-2.874	-2.191	1.970
Par pública	3.773	3.080	-2.590
EP	-11.892	0	0
Metropolitano Lisboa	-893.646	-366.486	225.383
SIMAB	-2.352	-692	677
Total Geral	-2.225.095,31	-808.273,91	660.141,76

Fonte: Empresas

Nos anos compreendidos entre 2007 e 2009 ocorreu a contratação de metade dos IGRF existentes à data de 31.12.2011, representando 67% do valor de mercado negativo.

Em 2010, o valor de mercado dos IGRF foi negativamente afetado pelos níveis historicamente baixos das taxas de juro. Apesar da ligeira inversão das taxas de juro em 2011, a elevada



volatilidade dos mercados financeiros penalizou fortemente o valor de mercado dos IGRF, nomeadamente os contratados pelo Metropolitano de Lisboa e Metro do Porto, cuja variação de valor de mercado em 2011 explica 92% da variação total negativa ocorrida.

Quadro 8.5

Valor de Mercado do IGRF Contratados (Evolução 2009-2012)

Milhares de euros

Empresa	MtM Dez 2009	MtM Dez 2010	MtM Dez2011	Var. 2011
APL	-3.326	-3.180	-3.288	-108
AdP	-2.390	-4.012	-104.013	-100.002
Egrop	0	-129.226	-172.727	-43.501
Carris	-87.499	-82.927	-95.323	-12.396
CP	-185.554	-163.471	-146.094	17.377
Metro Porto	-344.597	-514.282	-656.500	-142.218
Refer	-72.557	-59.333	-63.544	-4.211
STCP	-16.197	-36.287	-70.387	-34.100
Transtejo	-2.777	-3.456	-5.015	-1.559
TAP	-104	-1.415	-1.212	203
ANA	-612	-1.192	-2.874	-1.683
Parpública	-6.109	-123.312	3.773	127.085
EP	0	-10.581	-11.892	-1.311
Metropolitano Lisboa	-246.499	-417.762	-893.646	-475.884
SIMAB	0	-3.924	-2.352	1.572
Total Geral	-968.220	-1.550.436	-2.225.095	-674.660

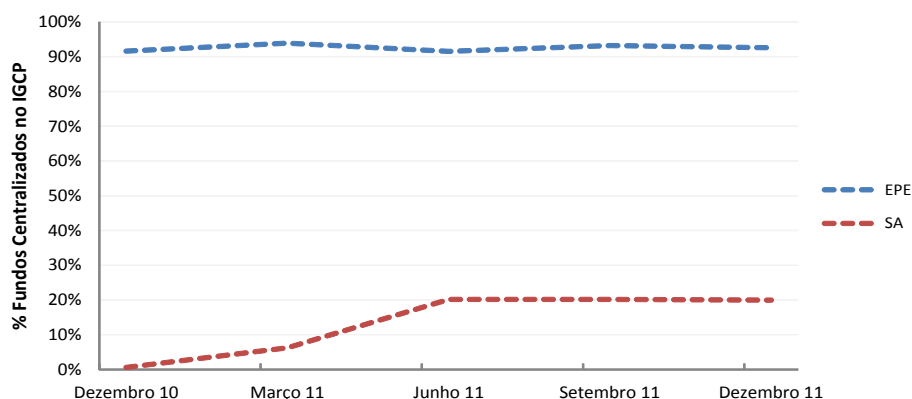
Fonte: Empresas

9. Princípio da Unidade da Tesouraria do Estado

O Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 previu pela primeira vez a obrigatoriedade de todas as empresas públicas não financeiras (EPNF), Sociedades Anónimas (SA) ou Entidades Públicas Empresariais (EPE), manterem as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP. Esta orientação foi concretizada, em final de 2010, pelo artigo 77.º da Lei do OE para 2011. Salienta-se o facto de as EPE estarem obrigadas ao cumprimento do Princípio da Unidade da Tesouraria do Estado (UTE) desde 2005.

No âmbito do desenvolvimento do acompanhamento das empresas com vista à avaliação do cumprimento do Princípio da UTE, passou a ser recolhida através da plataforma SIRIEF, de forma sistemática, informação junto das EPNF detidas diretamente pela DGTF³⁶.

Gráfico 9.1
Cumprimento do Princípio da UTE por Tipo de Empresa



Fonte: SIRIEF

As EPE apresentam uma taxa de cumprimento do princípio da UTE relativamente estável, na ordem dos 93%.

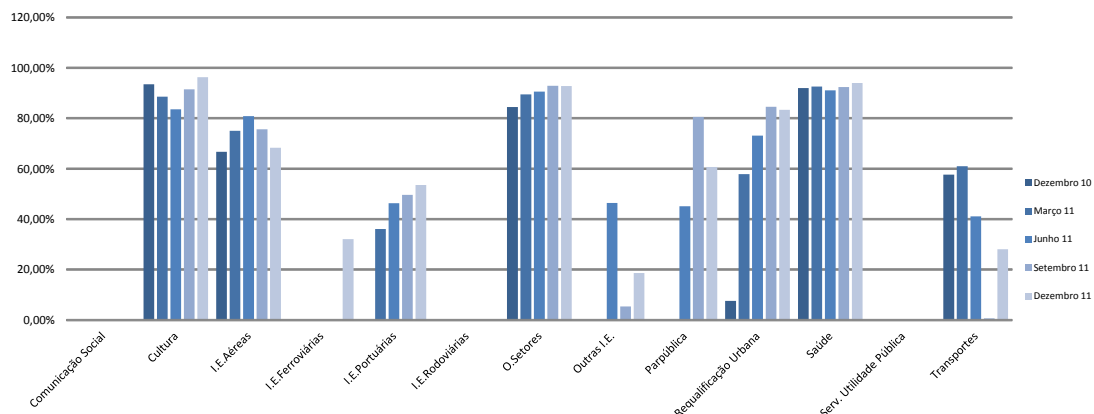
Em 2011, as SA apresentaram uma evolução favorável na taxa de cumprimento representando 19% os fundos depositados no IGCP.

Os sectores mais expressivos em termos de cumprimento do princípio da UTE são os da Saúde, da Cultura e de *Outros*, onde a Parque Escolar, EPE e a AICEP, EPE assumem um peso significativo.

³⁶ Foram excluídas do universo analisado o CH Leiria Pombal (ex H Santo André), o CH Universitário de Coimbra (ex CH de Coimbra e H da Universidade de Coimbra), o CH Tondela-Viseu (ex H São Teotónio), a ULS Nordeste (ex CH Nordeste) e o CH Lisboa Ocidental.



Gráfico 9.2
Cumprimento do Princípio da UTE por Sector de Atividade



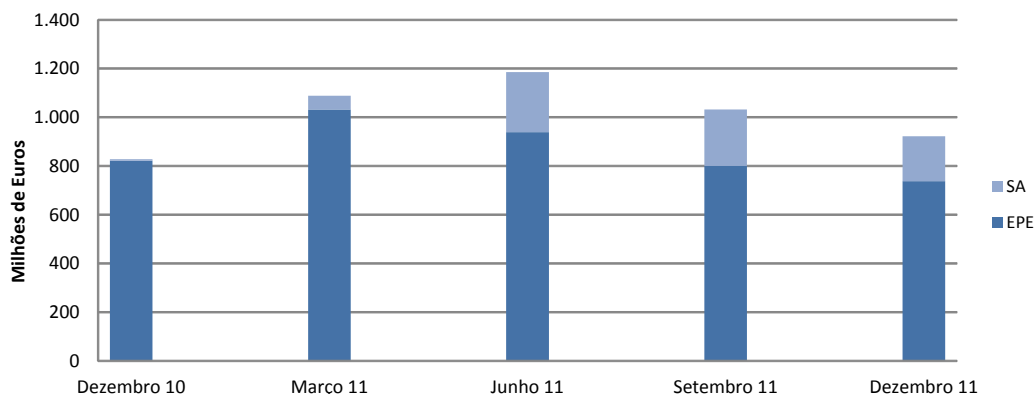
Fonte: SIRIEF

Destaque-se o sector da Comunicação Social e os Serviços de Utilidade Pública, que reportaram não deter disponibilidades ou aplicações financeiras constituídas junto do IGCP.

De notar o sector dos Transportes que, face à sua situação económico-financeira, apresenta reduzidas disponibilidades, ou mesmo negativas, consequência do recurso a contas correntes caucionadas.

Ainda assim, estando as empresas autorizadas, de forma geral, a contrair endividamento junto da banca e recorrendo a serviços bancários mais complexos, a evolução da centralização dos fundos revela-se positiva.

Gráfico 9.3
Fundos Centralizados no IGCP por tipo de Empresa



Fonte: SIRIEF

Os depósitos das EPNF SA, no IGCP, cresceram de apenas M€ 5 no início de 2011 para M€ 184 em 31 de dezembro. Apesar da evolução positiva, o impacto não foi o esperado em consequência da diminuição generalizada das disponibilidades no SEE.

10. PESO DO SEE NA ECONOMIA

No presente ponto é apresentada uma breve análise do peso do SEE na economia, através da evolução verificada nos últimos anos, tanto em termos de criação de valor, medido através do rácio VAB_{pm}/PIB_{pm} , como em termos de emprego, medido através do rácio Emprego SEE/Total do Emprego na economia.

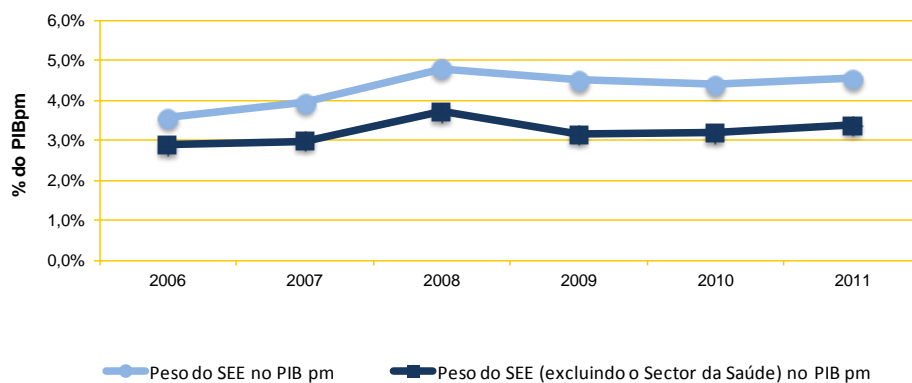
Saliente-se que, devido a alterações no universo considerado e à revisão do método de apuramento do PIB pelo INE, os valores agora publicados não são comparáveis com os incluídos em relatórios divulgados em anos anteriores. Deverá ser igualmente levado em consideração que o VAB utilizado ao longo do presente ponto se encontra valorizado a preços de mercado, diferindo do utilizado nos restantes pontos, que se encontra valorizado a custo de fatores.

De referir, também, que o universo das empresas que integram o sector da Saúde tem vindo ao longo dos últimos anos a sofrer alterações no âmbito da empresarialização dos hospitais do Sector Público Administrativo, e mais recentemente, da fusão entre hospitais EPE e hospitais SPA.

10.1. Peso no Produto Interno Bruto

Em 2011 o peso do SEE na economia, medido pelo rácio $VAB_{pm,SEE}/PIB_{pm}$, foi de 4,5%, regista uma subida de 0,1p.p. face a 2010, igualando assim a percentagem verificada em 2009 (**Gráfico 10.1.1**). Se excluirmos as empresas do sector da Saúde, tem vindo a registar-se um ligeiro acréscimo ao longo dos 3 últimos anos (3,1% em 2009, 3,2% em 2010 e 3,4% em 2011).

Gráfico 10.1.1
Peso do SEE no PIBpm

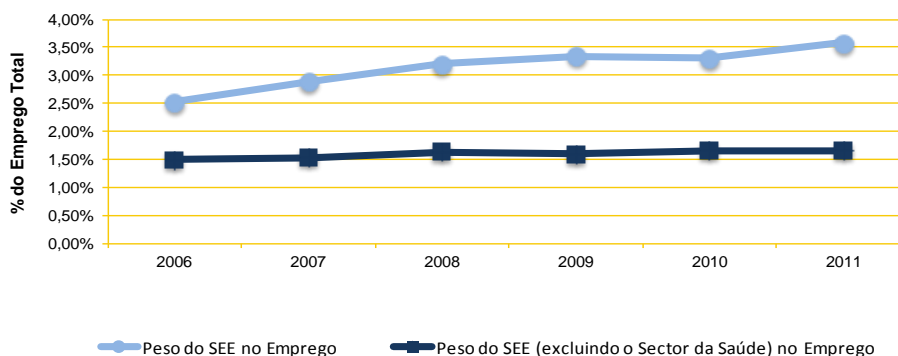


10.2. Peso no Emprego

O número médio de trabalhadores do SEE revelou um crescimento de 5,2% relativamente ao exercício anterior, na medida em que passaram a fazer parte da carteira de participações do Estado, hospitais que anteriormente faziam parte do SPA, pela via da criação de Centros Hospitalares, EPE, o que explica o reforço da importância relativa do SEE medida pelo rácio EmpregoSEE /EmpregoTotal que passou de 3,3% para 3,6%.

Sem considerar o sector da Saúde, o número de trabalhadores do SEE registou uma diminuição de 2,8%, mantendo o seu peso relativo face ao total, em 1,66%.

Gráfico 10.2.1
Peso do SEE no Emprego



10.3. Produtividade relativa do SEE

O indicador de produtividade relativa (peso do SEE no PIB / peso do SEE no Emprego), observou uma redução de 7,7%, conforme quadro seguinte. Sem contar com o sector da saúde a produtividade registou um acréscimo de 6,3%.

Quadro 10.3.1 Produtividade Relativa no SEE

Produtividade relativa SEE	2011	2010	Variação
Peso no PIB (p.p.)			
SEE	4,5%	4,6%	(0,0)
SEE sem sector Saúde	3,4%	3,2%	0,2
Peso no Emprego			
SEE	3,6%	3,3%	0,3
SEE sem sector Saúde	1,7%	1,7%	0,0
Produtividade (%)			
SEE	1,27	1,38	-7,7%
SEE sem sector Saúde	2,04	1,92	6,3%

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças



11. ANEXOS

11.1. Empresas Públicas em 2010 e 2011

Euros

Empresas	Participações DGTF			
	2011		2010	
	Valor Nominal Global	%	Valor Nominal Global	%
1. Empresas Públicas não Financeiras	10.181.805.176		10.000.523.576	
1.1. Comunicação Social	1.080.543.340		1.014.343.340	
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	2.670.000	50,14	2.670.000	50,14
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA	1.077.873.340	100,00	1.011.673.340	100,00
1.2. Cultura	7.500.000		7.500.000	
OPART - Organismo de Produção Artística, EPE	4.000.000	100,00	4.000.000	100,00
Teatro Nacional D. Maria II, EPE	1.000.000	100,00	1.000.000	100,00
Teatro Nacional S. João EPE	2.500.000	100,00	2.500.000	100,00
1.3. Gestão de Infraestruturas	1.491.317.450		1.369.617.450	
1.3.1. Infraestruturas Aéreas	97.686.300		100.986.300	
ANA - Aeroportos de Portugal, SA	62.889.520	31,44	62.889.520	31,44
ANAM-Aeroportos e Navegação Aérea Madeira, SA	6.750.000	10,00	6.750.000	10,00
EDAB-Emp ^a de Desenv. do Aeroporto de Beja, SA	-	-	3.300.000	82,50
NAER-Novo Aeroporto, SA	3.046.780	5,59	3.046.780	5,59
Navegação Aérea de Portugal-NAV Portugal, EPE	25.000.000	100,00	25.000.000	100,00
1.3.2. Infraestruturas Ferroviárias	431.700.000		306.700.000	
Rave - Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA	1.500.000	60,00	1.500.000	60,00
REFER-Rede Ferroviária Nacional, EPE	430.200.000	100,00	305.200.000	100,00
1.3.3. Infraestruturas Portuárias	236.135.000		236.135.000	
APA - Admn. Porto Aveiro, SA	30.000.000	100,00	30.000.000	100,00
APDL-Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA	51.035.000	100,00	51.035.000	100,00
APL-Administração do Porto de Lisboa, SA	60.000.000	100,00	60.000.000	100,00
APS-Administração do Porto de Sines, SA	80.000.000	100,00	80.000.000	100,00
APSS-Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA	15.100.000	100,00	15.100.000	100,00
1.3.4. Infraestruturas Rodoviárias	330.000.000		330.000.000	
EP - Estradas de Portugal, SA	330.000.000	100,00	330.000.000	100,00
1.3.5. Outras Infraestruturas	395.796.150		395.796.150	
Docapesca-Portos e Lotas, SA	8.528.400	100,00	8.528.400	100,00
EDIA-Empresa Desenv. Infraest Alqueva, SA	387.267.750	100,00	387.267.750	100,00
1.4. Requalificação Urbana	170.806.636		175.806.636	
Arco Ribeirinho Sul, SA	5.000.000	100,00	5.000.000	100,00
CostaPolis-Soc.Des.Programa Polis Costa Caparica, SA	19.155.886	59,99	19.155.886	59,99
Frente Tejo, SA	-	-	5.000.000	100,00
Parque Expo 98, SA	82.454.750	99,77	82.454.750	99,43
Polis Litoral Norte, SA	13.833.000	53,00	13.833.000	53,00
Polis Litoral Ria de Aveiro, SA	17.192.000	56,00	17.192.000	56,00
Polis Litoral Sudoeste, SA	9.996.000	51,00	9.996.000	51,00
PolisLitoral Ria Formosa, SA	14.175.000	63,00	14.175.000	63,00
VianaPolis-Soc.Des.Progra. Polis Viana do Castelo, SA	9.000.000	60,00	9.000.000	60,00

(continua)



Euros

Empresas	Participações DGTF			
	2011		2010	
	Valor Nominal Global	%	Valor Nominal Global	%
1.5. Saúde	1.853.162.225		1.853.162.225	
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE	40.930.000	100,00	40.930.000	100,00
Centro Hospitalar Cova da Beira, EPE	24.920.930	100,00	24.920.930	100,00
Centro Hospitalar de Coimbra, EPE	-	-	28.050.000	100,00
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, EPE	29.930.000	100,00	29.930.000	100,00
Centro Hospitalar de Leiria-Pombal, EPE	29.930.000	100,00	-	-
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	92.822.302	100,00	92.822.302	100,00
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE	126.860.000	100,00	126.860.000	100,00
Centro Hospitalar de São João, EPE	112.000.000	100,00	-	-
Centro Hospitalar de Setúbal, EPE	66.992.791	100,00	66.992.791	100,00
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	58.753.000	100,00	58.753.000	100,00
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	49.582.000	100,00	49.582.000	100,00
Centro Hospitalar do Alto Ave, EPE	43.930.000	100,00	43.930.000	100,00
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE	40.284.651	100,00	-	-
Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, EPE	38.012.791	100,00	38.012.791	100,00
Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE	26.642.791	100,00	26.642.791	100,00
Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE	36.854.419	100,00	36.854.419	100,00
Centro Hospitalar do Nordeste, EPE	-	-	34.940.000	100,00
Centro Hospitalar do Porto, EPE	142.704.000	100,00	142.704.000	100,00
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, EPE	59.080.000	100,00	59.080.000	100,00
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	50.279.540	100,00	-	-
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	162.930.000	100,00	162.930.000	100,00
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE	39.900.000	100,00	-	-
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE	13.750.602	100,00	13.750.602	100,00
Hospitais da Universidade de Coimbra, EPE	-	-	22.229.540	100,00
Hospital de Curry Cabral, EPE	2.500.000	100,00	2.500.000	0,00
Hospital de Faro, EPE	22.422.097	100,00	22.422.097	100,00
Hospital de Magalhães Lemos, EPE	20.000.000	100,00	20.000.000	100,00
Hospital de São João, EPE	-	-	112.000.000	100,00
Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE	20.950.000	100,00	20.950.000	100,00
Hospital Distrital de Santarém, EPE	39.592.791	100,00	39.592.791	100,00
Hospital do Espírito Santo de Évora, EPE	24.102.535	100,00	24.102.535	100,00
Hospital do Litoral Alentejano, EPE	7.000.000	100,00	7.000.000	0,00
Hospital Garcia da Orta, EPE	60.419.535	100,00	60.419.535	100,00
Hospital Infante D. Pedro, EPE	-	-	40.284.651	100,00
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE	18.200.000	100,00	18.200.000	100,00
Hospital Santa Maria Maior, EPE	15.689.302	100,00	15.689.302	100,00
Hospital Santo André, EPE	-	-	29.930.000	100,00
Hospital São Teotónio, EPE	-	-	39.900.000	100,00
IPO - Coimbra, EPE	19.950.000	100,00	19.950.000	100,00
IPO - Lisboa, EPE	49.880.000	100,00	49.880.000	100,00
IPO - Porto, EPE	39.900.000	100,00	39.900.000	100,00
Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE	13.877.236	100,00	13.877.236	100,00
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	12.516.000	100,00	12.516.000	0,00
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	33.854.419	100,00	33.854.419	100,00
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	48.870.523	100,00	48.870.523	100,00
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	59.408.063	100,00	59.408.063	100,00
Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE	34.940.000	100,00	-	-
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	21.999.907	100,00	21.999.907	100,00



(continua)

Euros

Empresas	Participações DGTF			
	2011		2010	
	Valor Nominal Global	%	Valor Nominal Global	%
1.6. Serviços de Utilidade Pública	125.656.425		125.656.425	
AdP-Águas de Portugal, SA	38.331.410	8,82	38.331.410	8,82
CTT-Correios de Portugal, SA	87.325.000	100,00	87.325.000	100,00
Portugal Telecom, SGPS, SA	15	0,00	15	0,00
1.7. Transportes	2.898.818.020		2.898.818.020	
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	163.532.270	100,00	163.532.270	100,00
CP-Comboios de Portugal, EPE	1.995.317.000	100,00	1.995.317.000	100,00
Metro do Mondego, SA	569.750	53,00	569.750	53,00
Metro do Porto, SA	3.000.000	40,00	3.000.000	40,00
Metro-Metropolitano de Lisboa, EPE	603.750.000	100,00	603.750.000	100,00
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	79.649.000	100,00	79.649.000	100,00
TRANSTEJO-Transportes do Tejo, SA	53.000.000	100,00	53.000.000	100,00
1.8. Parpública	2.000.000.000		2.000.000.000	
Parpública-Participações Públicas, SGPS, SA	2.000.000.000	100	2.000.000.000	100,00
1.9. Outros Sectores	554.001.094		555.619.494	
Agência Nacional de Compras Públicas, EPE	8.000.000	100,00	8.000.000	100,00
AICEP - Agência para Investimento Comércio Externo de Portugal, EPE	114.927.980	100,00	114.927.980	100,00
EGREP - Entid.Gest.Reservas Estratég Prod.Petrolíf.EPE	250.000	100,00	250.000	100,00
EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SGPS,SA	30.000.000	100,00	30.000.000	100,00
EMA - Empresa de Meios Aéreos, SA	66.000.000	100,00	66.000.000	100,00
Empordef-Empresa Portuguesa de Defesa SGPS,SA	174.275.000	100,00	174.275.000	100,00
ENATUR-Empresa Nacional de Turismo, SA	-	-	1.618.400	20,23
FRME-Fundo p ^a . Revit. Modern.Tecido Emp. ,SGPS, SA	46.971.559	64,96	46.971.559	64,96
GeRAP - Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Admin. Put	12.000.000	100,00	12.000.000	100,00
INOV Capital,SA	4.133.750	15,03	4.133.750	15,03
Parque Escolar, EPE	91.342.806	100,00	91.342.806	100,00
SIEV - Sistema de Identificação Electrónica de Veículos, SA	100.000	100,00	100.000	100,00
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE	6.000.000	100,00	6.000.000	100,00
2. Empresas Públicas Financeiras	5.160.132.750		5.060.132.750	
Caixa Geral de Depósitos, SA	5.150.000.000	100,00	5.050.000.000	100,00
PME Investimento,SA	4.133.750	15,03	4.133.750	15,03
SOFID - Soc. Para o Financiamento Desenvolvimento Instituição Fin	5.999.000	59,99	5.999.000	59,99
3. Empresas Sediadas no Estrangeiro	713.298		462.494	
Fundo de Estabilização da Zona Euro, SA	713.298	2,51	462.494	2,51
4. Total	15.342.651.239		15.061.118.835	

Fonte: Direção Geral do Tesouro e Finanças

Nota: A 31 de dezembro de 2011, a Parpública apresentava uma carteira de participações em empresas do grupo e associadas no valor de M€ 3.828,5.



11.2. Outras Participações (carteira acessória*)

Euros

Empresas	Participações DGTF			
	2011		2010	
	Valor Nominal Global	%	Valor Nominal Global	%
Empresas Públicas não Financeiras				
Indústria	261.484		2.188.754	
Companhia Minas de Penedono, SA	74.820	25,00	74.820	25,00
DILOP - Alimentos do Sul, SA	0	0,00	58.800	19,60
DILOP - Charcutaria Cozidos e Fumados, SA	0	0,00	31.355	19,60
DILOP - Produtos Alimentares, SA	0	0,00	1.772.200	19,60
DILOP - Transportes, SA	0	0,00	64.915	19,60
EFACEC - Int. Financing, SGPS, SA	38.174	5,00	38.174	5,00
Lisnave - Estaleiros Navais, SA	148.330	2,97	148.330	2,97
Sociedade Aguas da Curia, SA	160	0,01	160	0,01
Outros sectores	32.254.886		28.547.681,56	
Caso - Centro de Abate de Suínos do Oeste, Lda	0	0,00	293.293	19,60
CIMPOFIM - Projectos Técnicos e Financeiros, SA	648.435	18,70	648.435	18,70
CNEMA - Centro Nacion. Expos. Mercados Agrícolas, SA	30.000	0,91	30.000	0,91
Estrela, SGPS, SA	187	0,00	187	0,00
Comundo - Consorcio Mundial Export. Importação, SA	17	0,00	17	0,00
Coop. Cultural Recreativa Gafanha da Nazaré, CRL	3	0,00	3	0,00
ENI - Gestão de Planos Sociais, SA	200.000	100,00	200.000	100,00
Gestinsua - Aquisições Alienações Patrim.Imob. Mobil., SA	8.750	17,50	8.750	17,50
Imobiliária Construtora Grão-Pará, SA	20	0,00	20	0,00
Matur - Soc. de Empreendim. Turísticos da Madeira, SA	20	0,00	20	0,00
NET - Novas Empresas e Tecnologias, SA	17.458	3,50	17.430	7,39
Parquiverca - Coop. Abastecimento Alimentar, SCARL	50	0,00	50	0,00
PROPNERY - Propriedades e Equipamentos, SA	2.118.255	41,82	2.118.255	43,70
SANJIMO - Soc. Imobiliária, SA	4.930	7,97	4.930	7,97
SIMAB - Soc.Inst. Mercados Abastecedores, SA	29.145.891	100,00	25.145.887	100,00
Soc. Imagem Real, Lda	288	0,00	288	0,00
Sociedade Pereira Pinto, Lda - Farmácia Central de Carcavelos	4.750	95,00	4.750	95,00
Sociedade Turística da Penina, SA	15	0,00	15	0,00
Sonagi - Soc. Nacional Gestão Investimento, SA	500	0,01	500	0,01
SPE - Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, SA	466	0,00	0	0,00
SPIDOURO - Soc. Prom. Inv. Douro Trás-os-Montes, SA	74.850	8,30	74.850	8,30
ZON Multimédia, SGPS, SA	1	0,00	1	0,00
Empresas Públicas Financeiras	380.000.000		380.000.000	
Banco Português de Negócios, SA**	380.000.000	100,00	380.000.000	100,00
Empresas Sediadas na Estrangeiro	12.669.380		12.663.922	
IPE MACAU - Invest. e Participações Empresarias, SARL***	96.789	100,00	93.670	100,00
Portugal Venture Capital Initiative, SA	12.500.000	11,23	12.500.000	11,23
WTC MACAU - World Trade Center Macau, SARL***	72.591,42	2,50	70.252	2,50
Total	425.185.750		423.400.357	

Fonte: Direção Geral do Tesouro e Finanças

(*) Empresas nas quais a posição accionista do Estado não lhe confere uma posição de influência dominante na gestão - empresas participadas. Incluem-se também empresas, que embora detidas maioritariamente, a sua manutenção na posse do Estado é encarada como transitória.

(**) Empresa nacionalizada em Novembro de 2008 através da Lei nº 62-A/2008 de 11 de Novembro.

(***) Foi considerado o câmbio a 31.12.2011



11.3. Empresas em liquidação

Euros

Empresas	Participação DGTf			
	2011		2010	
	Valor Nominal Global	%	Valor Nominal Global	%
ANOP, Agência Noticiosa Portuguesa, EP	1.241.383	0,0%	1.241.383	0,0%
AveiroPolis-Soc.Desenvolv.Programa Polis em Aveiro, SA	5.700.000	60,0%	5.700.000	60,0%
CacémPolis-Soc.Des.Progr. Polis em Cacém, SA	0	0,0%	9.375.000	60,0%
EUT - Empreendimentos Urbanos e Turismo, Lda *	69.134	0,0%	69.134	24,1%
FICREM-Fundo Inv. Capital de Risco Emp. Moçambique	0	0,0%	374.195	5,1%
GaiaPolis-Soc. Desenv. Programa Polis em Gaia,SA	5.778.000	60,0%	5.778.000	60,0%
Martins & Rebelo - Indústrias Lácteas e Alimentares, Lda *	4.651.824	37,3%	4.651.824	37,3%
Metalúrgica Casal, SA *	5	0,0%	5	0,2%
METANOVA - Comércio e Gestão de Imóveis, SA *	37.410	10,0%	37.410	10,0%
PolisAlbufeira-Soc.Des.Progr.Polis em Albufeira, SA	0	0,0%	5.100.000	60,0%
PolisCastelo Branco-Soc.Des.Progr.Polis Castelo Br., SA	5.880.000	60,0%	5.880.000	60,0%
PolisCovilhã-Soc.Desenv.Progr. Polis na Covilhã, SA	4.591.000	60,0%	4.591.000	60,0%
PolisVila Real-Soc. Des. Progr. Polis em Vila Real, SA	0	0,0%	4.650.000	60,0%
SetúbalPolis-Soc.Des.Progr. Polis em Setúbal, SA	3.830.000	60,0%	3.830.000	60,0%
Silopor-Empresa Silos Portuários, SA	46.388.204	100,0%	46.388.204	100,0%
TomarPolis-Soc.Desenvolv.Progr.Polis em Tomar, SA	1.459.000	60,0%	1.459.000	60,0%
ViseuPolis-Soc.Desenvolv.Progr.Polis em Viseu, SA	9.600.000	60,0%	9.600.000	60,0%
EDAB-Empresa do Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, SA	3.300.000	82,5%	0	0,0%
Sociedade Frente Tejo	5.000.000	100,0%	0	0,0%
Total	97.525.960		108.725.155	

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

* Liquidação no quadro de processo de falência/insolvência.

Obs: Para aferição da data da conclusão da liquidação considerou-se a data da aprovação da conta final de liquidação.



11.4. Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2011

Milhares de euros

RUBRICAS	Comunicação Social	Cultura	Gestão de Infraestruturas							Requalificação Urbana e Ambiental	Serviços de Utilidade Pública	Transportes	PARPÚBLICA	Outros Sectores
			Transportes				SOMA	Outras Infraestruturas	Total					
			Infra-estr. Aéreas	Infra-estr. Portuárias	Infra-estr. Ferroviárias	Infra-estr. Rodoviárias								
Vendas e Serviços Prestados	230.788,7	6.748,7	568.062,5	144.028,8	130.731,4	2.045.736,4	2.888.559,0	37.400,3	2.925.959,4	35.983,8	1.576.099,0	545.653,8	3.899.491,0	267.114,6
Subsídios à exploração	89.338,0	24.777,4	0,9	1.195,7	36.000,0	0,0	37.196,6	293,8	37.490,3	152,3	0,0	182.345,5	10.571,0	56,6
Ganhos / perdas imputados às subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,0	0,0	12,3	0,0	0,0	0,0	12,3	(64,2)	(51,9)	0,0	84,6	(2.432,4)	199.968,0	3.995,2
Variação nos inventários da produção	0,0	92,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	44.987,5	44.987,5	0,0	0,0	(0,3)	8.323,0	(59,3)
Trabalhos para a própria entidade	0,0	0,0	3.742,6	629,7	1.817,0	0,0	6.189,3	2.961,4	9.150,7	2.014,0	0,0	6.045,0	33.238,0	8.709,6
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(105.448,8)	(33,8)	(2.623,2)	(2.242,9)	(34.947,9)	(1.264.941,3)	(1.304.755,3)	(2.454,4)	(1.307.209,7)	(5.367,3)	(51.253,0)	(47.440,7)	(331.502,0)	(10.454,4)
Fornecimentos e Serviços Externos	(51.879,8)	(10.198,5)	(130.721,5)	(30.018,1)	(99.091,3)	(177.804,4)	(437.635,3)	(55.528,0)	(493.163,3)	(18.462,0)	(472.728,6)	(372.252,0)	(1.944.948,0)	(109.179,8)
Gastos Com o Pessoal	(119.227,5)	(18.306,3)	(212.142,1)	(49.475,3)	(125.597,4)	(33.542,8)	(420.757,6)	(15.706,8)	(436.464,3)	(12.534,2)	(505.032,7)	(309.292,2)	(810.420,0)	(87.802,4)
Ajustamentos de inventários	0,0	(0,6)	5,2	(26,7)	0,0	0,0	(21,6)	(5,2)	(26,8)	0,0	(6.385,7)	(57,4)	(67.087,0)	(4.685,5)
Imparidade de dívidas a receber	(629,1)	(11,0)	(1.498,3)	(4.922,7)	0,0	0,0	(6.421,0)	(201,3)	(6.622,3)	0,0	(2.422,2)	(2.028,6)	(10.178,0)	(722,2)
Provisões	(31.919,1)	(1.531,2)	(928,1)	(1.498,5)	(667,6)	(25.316,3)	(28.410,5)	(1.593,8)	(30.004,4)	(3.422,7)	(8.636,2)	(78.695,1)	8.041,0	5.014,1
Imparidade de ativos não depreciáveis / amortizáveis	0,0	0,0	(51.442,4)	0,0	(4.566,1)	0,0	(56.008,5)	(50,0)	(56.058,5)	0,0	(1.942,5)	(2.389,7)	72.011,0	(2.183,8)
Aumentos / Reduções de justo valor	0,0	0,0	0,0	(108,1)	0,0	0,0	(108,1)	0,0	(108,1)	(2.747,8)	0,2	(620.695,1)	(94.917,0)	(3.247,8)
Outros Rendimentos e Ganhos	16.705,3	223,7	22.317,8	57.348,4	14.698,7	57.848,5	152.213,4	3.870,6	156.084,0	4.527,6	117.641,7	75.650,9	154.975,0	39.948,6
Outros Gastos e Perdas	(5.784,3)	(479,7)	(25.759,1)	(9.560,9)	(4.264,1)	(4.106,7)	(43.690,9)	(1.816,6)	(45.507,5)	(9.068,1)	(31.806,0)	(11.128,8)	(73.893,0)	(22.375,2)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	21.943,3	1.280,7	169.026,6	105.349,2	(85.887,3)	597.873,4	786.361,9	12.093,2	798.455,1	(8.924,4)	613.618,5	(636.716,9)	1.053.673,0	84.128,1
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	(11.746,5)	(811,0)	(92.792,6)	(60.110,9)	(3.651,0)	(160.001,8)	(316.556,3)	(9.748,8)	(326.305,1)	(1.197,2)	(265.468,8)	(203.054,9)	(377.622,0)	(99.950,8)
Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis	3.910,5	0,0	(198,4)	2.145,5	0,0	0,0	1.947,1	(15.786,9)	(13.839,8)	3.260,3	0,0	(1.133,2)	(5.757,0)	0,0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	14.107,3	469,7	76.035,6	47.383,8	(89.538,4)	437.871,6	471.752,7	(13.442,4)	458.310,2	(6.861,3)	348.149,6	(840.904,9)	670.294,0	(15.822,6)
Juros e Gastos Similares Suportados	(34.772,2)	(6,1)	(18.411,4)	(7.041,8)	(310.627,0)	(229.928,2)	(566.008,4)	(9.914,7)	(575.923,1)	(14.149,7)	(128.862,8)	(645.636,2)	(415.840,0)	(45.541,7)
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	41.590,5	33,4	1.220,7	1.286,4	238.356,8	138,4	241.002,3	2.816,2	243.818,5	944,0	57.926,9	19.555,8	1.422,0	12.720,3
Resultado antes de impostos	20.925,6	497,0	58.844,9	41.628,5	(161.808,6)	208.081,8	146.746,6	(20.541,0)	126.205,6	(20.067,0)	277.213,8	(1.466.985,4)	255.876,0	(48.644,1)
Imposto sobre o rendimento do período	(1.383,0)	(29,8)	(31.696,6)	(6.116,8)	(429,7)	(64.309,9)	(102.552,9)	40,8	(102.512,2)	1.379,7	(80.083,2)	(294,7)	(90.211,0)	(3.545,1)
Resultado líquido do período (Antes de inter. Minoritários)	19.542,6	467,2	27.148,3	35.511,7	(162.238,3)	143.771,9	44.193,6	(20.500,2)	23.693,4	(18.687,2)	197.130,6	(1.467.280,1)	165.665,0	(52.189,1)
Interesses minoritários	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50.815,9	0,0	105.004,0	0,0
Resultado líquido do período (Após inter. Minoritários)	19.542,6	467,2	27.148,3	35.511,7	(162.238,3)	143.771,9	44.193,6	(20.500,2)	23.693,4	(18.687,2)	146.314,7	(1.467.280,1)	60.661,0	(52.189,1)

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças



11.5. Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2010

Milhares de euros

RUBRICAS	Comunicação Social	Cultura	Gestão de Infraestruturas							Requalificação Urbana e Ambiental	Serviços de Utilidade Pública	Transportes	PARPÚBLICA	Outros Sectores
			Transportes				SOMA	Outras Infraestruturas	Total					
			Infra-estr. Aéreas	Infra-estr. Portuárias	Infra-estr. Ferroviárias	Infra-estr. Rodoviárias								
Vendas e Serviços Prestados	204.526,8	8.364,2	540.221,6	139.323,0	136.968,8	1.629.601,3	2.446.114,7	36.137,2	2.482.251,9	34.200,0	1.504.345,6	603.739,8	3.577.489,0	231.850,6
Subsídios à exploração	121.223,8	25.118,2	190,0	3.182,9	35.850,6	185,8	39.409,3	32,2	39.441,5	158,0	0,0	143.128,3	14.767,0	2.508,5
Ganhos / perdas imputados às subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,0	0,0	0,0	0,0	(18,2)	0,0	(18,2)	(48,3)	(66,5)	0,0	18,2	(31.318,6)	226.319,0	4.347,3
Variação nos inventários da produção	0,0	(75,3)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	59.696,0	59.696,0	0,0	0,0	(27,0)	(1.974,0)	378,2
Trabalhos para a própria entidade	0,0	0,0	7.869,2	184,9	3.420,0	0,0	11.474,2	3.510,9	14.985,1	1.760,0	685,1	4.735,1	38.142,0	13.320,1
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(114.341,2)	(41,4)	(2.268,0)	(867,8)	(38.834,2)	(971.778,7)	(1.013.748,8)	(2.610,3)	(1.016.359,0)	(1.269,0)	(47.286,2)	(44.800,4)	(289.675,0)	(7.622,2)
Fornecimentos e Serviços Externos	(54.476,5)	(10.929,4)	(134.804,9)	(38.081,6)	(125.279,1)	(167.915,5)	(466.081,0)	(67.917,7)	(533.998,7)	(20.699,9)	(498.049,7)	(453.575,7)	(1.764.913,0)	(113.176,5)
Gastos Com o Pessoal	(115.335,8)	(21.442,5)	(213.620,7)	(57.839,8)	(118.996,9)	(38.724,8)	(429.182,2)	(17.578,3)	(446.760,5)	(14.330,6)	(545.943,8)	(354.606,3)	(881.306,0)	(95.961,7)
Ajustamentos de inventários	(59,2)	(21,8)	1.634,7	(0,2)	0,0	0,0	1.634,5	(4,2)	1.630,3	0,0	(5.463,9)	(433,2)	(10.163,0)	0,0
Imparidade de dívidas a receber	(274,4)	(19,4)	(562,4)	(1.316,8)	0,0	(4.225,8)	(6.105,0)	(157,5)	(6.262,5)	0,0	(211,4)	(2.740,3)	(802,0)	(1.245,5)
Provisões	(6.435,7)	(373,4)	92,2	(909,1)	(3.674,7)	(75.877,4)	(80.369,0)	(876,6)	(81.245,6)	584,0	14.892,9	(7.552,4)	28.187,0	(2.693,6)
Imparidade de ativos não depreciáveis / amortizáveis	0,0	0,0	0,0	0,0	(5.316,9)	0,0	(5.316,9)	(50,0)	(5.366,9)	0,0	(2.669,1)	1.626,5	(231.768,0)	(434,9)
Aumentos / Reduções de justo valor	0,0	0,0	0,3	145,5	0,0	0,0	145,8	0,0	145,8	(1.866,0)	4,1	(278.316,5)	159.738,0	(1.338,0)
Outros Rendimentos e Ganhos	2.379,6	384,9	16.008,5	47.207,4	14.066,8	63.651,6	140.934,2	6.367,9	147.302,1	5.141,3	98.886,0	82.938,9	165.177,0	44.395,1
Outros Gastos e Perdas	(5.469,0)	(547,7)	(27.185,8)	(9.434,2)	(2.395,2)	(6.192,7)	(45.207,9)	(1.467,8)	(46.675,7)	(4.504,4)	(40.179,7)	(11.777,7)	(98.453,0)	(30.303,5)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	31.738,6	416,3	187.574,8	81.594,3	(104.209,0)	428.723,7	593.683,8	15.033,5	608.717,4	(826,7)	479.028,2	(348.979,6)	930.765,0	44.024,1
Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	(11.844,2)	(844,2)	(83.401,3)	(57.545,0)	(4.457,3)	(180.216,1)	(325.619,8)	(9.712,3)	(335.332,1)	(1.798,0)	(249.269,9)	(201.990,7)	(375.005,0)	(64.700,7)
Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis	3.763,2	0,0	0,0	(316,8)	0,0	0,0	(316,8)	(17.025,6)	(17.342,4)	2.050,0	0,0	(4.037,5)	(19.654,0)	(1.080,4)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	23.657,6	(427,9)	104.173,5	23.732,5	(108.666,3)	248.507,5	267.747,3	(11.704,4)	256.042,9	(574,6)	229.758,3	(555.007,9)	536.106,0	(21.757,0)
Juros e Gastos Similares Suportados	(28.960,5)	(6,6)	(18.691,9)	(5.176,6)	(272.763,7)	(105.032,1)	(401.664,3)	(3.279,3)	(404.943,6)	(7.562,5)	(62.083,6)	(442.176,6)	(314.344,0)	(21.902,0)
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	21.781,9	4,4	1.114,9	2.117,9	231.300,9	156,6	234.690,3	2.866,8	237.557,1	1.452,7	20.723,8	19.818,6	3.551,0	4.290,9
Resultado antes de impostos	16.478,9	(430,0)	86.596,4	20.673,8	(150.129,0)	143.632,0	100.773,2	(12.116,9)	88.656,3	(6.684,4)	188.398,4	(977.365,9)	225.313,0	(39.368,2)
Imposto sobre o rendimento do período	(749,2)	(26,5)	(24.152,4)	(3.585,1)	(306,2)	(41.126,4)	(69.170,1)	(174,0)	(69.344,0)	337,3	(35.083,9)	(269,5)	(70.030,0)	(2.434,3)
Resultado líquido do período (Antes de inter. Minoritários)	15.729,7	(456,5)	62.444,0	17.088,8	(150.435,2)	102.505,6	31.603,2	(12.290,9)	19.312,3	(6.347,1)	153.314,5	(977.635,5)	155.283,0	(41.802,5)
Interesses minoritários	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	17.550,6	0,0	60.301,0	0,0
Resultado líquido do período (Após inter. Minoritários)	15.729,7	(456,5)	62.444,0	17.088,8	(150.435,2)	102.505,6	31.603,2	(12.290,9)	19.312,3	(6.347,1)	135.764,0	(977.635,5)	94.982,0	(41.802,5)

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças



11.6. Balanço das EPNF por sectores – 2011

Milhares de euros

RUBRICAS	Comunicação Social	Cultura	Gestão de Infraestruturas						Outras Infraestruturas	Total	Requalificação Urbana e Ambiental	Serviços de Utilidade Pública	Transportes	PARPÚBLICA	Outros Sectores
			Transportes												
			intra-estr. Aéreas	intra-estr. Portuárias	intra-estr. Ferroviárias	intra-estr. Rodoviárias	SOMA								
Total do ativo	384.910	9.405	1.709.771	1.634.306	5.195.513	17.595.968	26.135.558	956.001	27.091.560	577.735	8.551.329	7.806.777	19.484.715	3.872.442	
Ativo não corrente	290.094	3.367	1.394.484	1.519.860	176.899	17.006.684	20.097.927	439.994	20.537.921	448.203	6.968.915	7.290.526	10.946.660	2.926.377	
Ativos fixos tangíveis	178.886	3.337	995.177	1.368.344	37.858	27.032	2.428.411	34.407	2.462.818	318.122	1.077.813	4.799.578	1.115.111	726.416	
Propriedades de investimento	162	0	0	75.090	0	137	75.227	137	75.364	47.948	3.894	5.118	459.358	2.038.967	
Goodwill	0	0	0	0	0	0	0	272	272	0	25.529	0	114.593	0	
Ativos intangíveis	104.796	30	257.452	54.296	120.781	16.926.639	17.359.169	369.571	17.728.740	35	4.810.155	2.219.365	4.792.297	11.107	
Ativos biológicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	21.552	0	
Particip. financeiras - equivalência patrimonial	0	0	0	0	15.973	0	15.973	205	16.177	542	553	30.655	522.612	36.924	
Participações financeiras - outros métodos	492	0	95.341	146	2.287	0	97.774	276	98.050	0	110.737	27.907	1.038.908	78.591	
Accionistas / sócios	0	0	15.000	0	0	0	15.000	0	15.000	0	0	0	0	6.167	
Outros ativos financeiros	5.271	0	461	434	0	0	895	0	895	81.497	578.838	207.904	1.984.499	22.554	
Ativos por impostos diferidos	487	0	31.053	21.550	0	52.876	105.479	35.127	140.606	59	361.396	0	897.730	5.653	
Ativo corrente	94.817	6.038	315.287	114.446	5.018.614	589.285	6.037.632	516.007	6.553.639	129.532	1.582.414	516.251	8.538.055	946.065	
Inventários	37.979	366	877	931	30.202	0	32.011	384.327	416.338	15.657	14.021	12.271	1.172.709	391.604	
Ativos biológicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.859	0	
Clientes	13.573	396	70.329	32.520	69.378	22.586	194.813	2.766	197.579	18.471	573.209	30.777	482.226	46.940	
Adiantamentos a fornecedores	266	0	63	42	9	1.650	1.764	1.433	3.198	2	0	1.335	2.664	284	
Estado e outros entes públicos	1.151	86	3.405	1.198	3.501	479.479	487.581	1.014	488.595	384	14.205	31.950	39.171	9.730	
Accionistas / sócios	0	0	2.500	0	0	0	2.500	1	2.501	0	0	1.249	0	0	
Outras contas a receber	36.671	1.889	33.682	16.244	4.876.114	84.167	5.010.207	118.828	5.129.035	30.180	262.951	122.880	279.995	27.287	
Diferimentos	1.668	359	44.542	1.377	6.904	1.004	53.827	559	54.385	1.189	5.495	79.242	12.417	8.435	
Ativos financeiros detidos para negociação	0	0	150	5.804	15.400	0	21.354	0	21.354	0	0	19.393	0	2.600	
Outros ativos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7.743	0	38.488	10.697	8.930	
Ativos não correntes detidos para venda	1.720	0	0	0	32	3	35	0	35	0	0	31.410	6.014.893	60	
Caixa e depósitos bancários	1.788	2.942	159.739	56.329	17.075	397	233.540	7.079	240.619	55.906	712.533	147.255	520.424	450.194	
Total do capital próprio	(462.426)	471	590.634	1.176.927	(1.789.458)	778.495	756.599	(343.492)	413.107	180.391	1.291.796	(6.749.984)	3.252.145	933.795	
Capital realizado	1.083.198	7.500	347.000	236.135	432.700	330.000	1.345.835	395.720	1.741.555	202.620	521.825	2.903.823	1.027.151	530.396	
Ações (quotas) próprias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Outros instrumentos de capital próprio	123.679	0	0	4.500	0	0	4.500	0	4.500	35.599	0	0	0	0	
Prémios de emissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	162	0	0	0	74.426	
Reservas legais	1.123	11	46.408	15.040	0	56.265	117.713	101	117.814	1.147	26.734	131	724.491	28.400	
Outras reservas	9.802	3.952	145.635	466.097	0	135.251	746.983	9.203	756.186	0	10.556	(1.447)	94.717	7.842	
Resultados transitados	(1.700.839)	(11.619)	18.247	39.122	(2.060.611)	61.961	(1.941.282)	(830.664)	(2.771.946)	(114.556)	223.111	(9.891.379)	1.199.306	(269.803)	
Ajustamentos em ativos financeiros	(29)	0	(1.142)	0	0	51.246	50.104	483	50.587	0	24.865	(372.111)	(479.642)	(6.960)	
Excedentes de revalorização	840	0	0	0	0	0	0	49	49	0	58.625	332.728	0	48.579	
Outras variações no capital próprio	257	160	7.339	380.522	691	0	388.552	102.116	490.668	74.105	0	1.745.551	0	571.526	
Resultado líquido do período	19.543	467	27.148	35.512	(162.238)	143.772	44.194	(20.500)	23.693	(18.687)	146.315	(1.467.280)	60.662	(51.941)	
Interesses minoritários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	279.765	0	625.460	1.330	
Total do passivo	847.336	8.934	1.119.137	457.379	6.984.971	16.817.473	25.378.959	1.299.493	26.678.453	397.343	7.259.533	14.556.761	16.232.571	2.938.647	
Passivo não corrente	166.326	3.210	839.875	363.139	6.147.149	16.068.945	23.419.108	1.132.522	24.551.630	124.588	5.919.274	11.772.919	9.717.612	1.643.533	
Provisões	42.508	3.210	5.410	5.150	12.097	830.046	852.703	22.168	874.871	51.022	36.141	355.218	32.590	15.069	
Financiamentos obtidos	65.731	0	695.976	130.020	6.135.052	2.030.659	8.991.706	550.941	9.542.647	72.092	2.371.008	9.097.875	6.441.603	1.387.973	
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	54.644	0	108.287	41.284	0	0	149.571	5.718	155.289	0	321.431	395.067	41.898	13.957	
Passivos por impostos diferidos	168	0	10.213	141.037	0	11.555	162.805	36.845	199.649	0	314.701	19.134	365.276	216.814	
Outras contas a pagar	3.275	0	19.989	45.649	0	13.196.685	13.262.323	516.850	13.779.173	1.473	2.875.994	1.905.625	2.836.245	9.720	
Passivo corrente	681.010	5.725	279.262	94.240	837.822	748.528	1.959.851	166.972	2.126.823	272.755	1.340.259	2.783.841	6.514.959	1.295.114	
Fornecedores	30.903	785	29.339	6.398	229.155	14.438	279.330	9.032	288.362	20.983	205.712	137.613	60.189	207.729	
Adiantamentos de clientes	157.529	0	32	236	0	662	930	1	931	0	2.866	644	1.820	13.840	
Estado e outros entes públicos	11.069	1.507	23.909	7.510	350	18.340	50.109	2.148	52.258	2.063	36.582	10.290	75.107	8.555	
Accionistas / sócios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.111	18	2.022	
Financiamentos obtidos	357.177	0	38.755	45.994	405.029	605.131	1.094.909	109.898	1.204.807	197.364	618.003	2.216.548	1.724.671	205.449	
Outras contas a pagar	27.565	2.154	72.679	22.491	1.706	100.505	197.380	31.841	229.221	49.913	471.162	239.531	1.398.970	232.660	
Diferimentos	1.649	1.278	114.549	11.611	122.639	9.452	258.250	14.051	272.301	2.433	5.935	18.755	28.546	624.858	
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	78.944	0	78.944	0	78.944	0	0	150.806	3.221.972	0	
Outros passivos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.543	3.666	0	
Passivos não correntes detidos para venda	95.118	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Total de Capital Próprio + Passivo	384.910	9.405	1.709.771	1.634.306	5.195.513	17.595.968	26.135.558	956.001	27.091.560	577.734	8.551.329	7.806.777	19.484.716	3.872.442	

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças



11.7. Balanço das EPNF por sectores – 2010

Milhares de euros

RUBRICAS	Comunicação Social	Cultura	Gestão de Infraestruturas						Outras Infraestruturas	Total	Requalificação Urbana e Ambiental	Serviços de Utilidade Pública	Transportes	PARPÚBLICA	Outros Sectores
			Transportes												
			intra-estr. Aéreas	intra-estr. Portuárias	intra-estr. Ferroviárias	intra-estr. Rodoviárias	SOMA								
Total do ativo	397.284	9.443	1.766.591	1.570.628	4.778.871	15.720.996	23.837.086	907.474	24.744.560	587.928	8.314.223	7.770.534	18.763.481	3.435.786	
Ativo não corrente	291.199	3.671	1.466.709	1.458.852	176.396	15.221.051	18.323.007	445.008	18.768.015	414.887	6.607.564	7.338.508	15.320.901	2.450.847	
Ativos fixos tangíveis	184.554	3.635	1.027.421	1.357.885	40.377	27.349	2.453.032	43.010	2.496.042	285.038	1.096.751	4.878.667	3.144.987	1.032.911	
Propriedades de investimento	0	0	0	72.683	0	142	72.826	146	72.972	50.738	4.824	5.125	468.509	1.270.439	
Goodwill	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27.471	328	327.728	0	
Ativos intangíveis	100.971	36	252.499	4.759	118.362	15.155.072	15.530.692	366.269	15.896.961	3.281	4.587.832	2.224.613	4.764.834	12.473	
Ativos biológicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	23.109	0	
Participações financeiras - método da equivalência p	0	0	0	0	15.371	0	15.371	297	15.668	788	586	26.873	3.051.672	34.578	
Participações financeiras - outros métodos	437	0	146.807	146	2.287	0	149.240	326	149.566	0	106.877	28.230	1.329.630	69.430	
Accionistas / sócios	0	0	15.000	0	0	0	15.000	0	15.000	0	0	0	0	6.376	
Outros ativos financeiros	5.237	0	472	1.481	0	0	1.953	0	1.953	74.962	438.453	174.673	1.432.799	11.908	
Ativos por impostos diferidos	1	0	24.509	21.897	0	38.487	84.894	34.960	119.853	80	344.771	0	777.633	12.731	
Ativo corrente	106.085	5.772	299.882	111.777	4.602.475	499.945	5.514.079	462.466	5.976.545	173.041	1.706.659	432.026	3.442.580	984.939	
Inventários	43.419	267	1.130	809	45.067	0	47.006	353.905	400.912	10.854	14.613	12.241	1.456.646	396.794	
Ativos biológicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.733	0	
Clientes	13.661	672	65.374	29.642	93.379	14.771	203.166	2.074	205.240	30.375	462.849	23.446	613.469	46.164	
Adiantamentos a fornecedores	263	0	85	1	6	2.110	2.203	1.558	3.761	1	0	1.409	12.635	370	
Estado e outros entes públicos	1.070	88	4.353	1.512	3.406	355.134	364.406	1.066	365.472	293	15.192	22.274	43.094	18.144	
Accionistas / sócios	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	75	365	0	0	
Outras contas a receber	26.836	219	70.593	11.242	4.424.567	92.671	4.599.072	87.927	4.686.999	32.335	227.815	130.627	374.928	55.175	
Diferimentos	1.665	502	14.617	1.448	43	8.400	24.508	492	25.000	28.964	5.978	58.148	26.205	10.277	
Ativos financeiros detidos para negociação	1.070	0	0	5.804	29.949	0	35.753	0	35.753	0	21.222	50.618	0	33.243	
Outros ativos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40.399	10.926	10.000	
Ativos não correntes detidos para venda	2.522	0	0	0	32	62	94	0	94	0	0	19.528	0	809	
Caixa e depósitos bancários	15.579	4.024	143.728	61.319	6.027	26.798	237.871	15.442	253.314	70.220	958.914	72.971	901.944	413.962	
Total do capital próprio	(545.534)	125	625.647	1.155.889	(1.752.219)	644.974	674.290	(322.616)	351.675	150.270	1.164.935	(5.338.316)	3.134.629	1.081.286	
Capital realizado	1.016.998	7.500	351.000	236.135	307.700	330.000	1.224.835	395.720	1.620.555	148.349	521.825	2.903.823	1.027.151	538.396	
Acções (quotas) próprias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Outros instrumentos de capital próprio	123.679	0	16.827	4.500	0	0	21.327	0	21.327	32.379	0	0	0	0	
Prémios de emissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	162	0	0	0	74.426	
Reservas legais	337	6	43.586	13.332	0	51.140	108.057	101	108.158	1.125	22.585	129	725.084	25.787	
Outras reservas	9.802	3.952	132.118	462.311	0	86.287	680.715	9.203	689.918	0	29.646	(892)	106.414	9.126	
Resultados transitados	(1.713.220)	(11.157)	12.229	41.239	(1.910.176)	26.810	(1.829.897)	(818.384)	(2.648.281)	(107.516)	133.628	(8.913.445)	1.097.368	(266.457)	
Ajustamentos em ativos financeiros	(29)	0	66	0	691	48.232	48.989	512	49.501	0	24.616	(366.618)	(467.963)	(4.207)	
Excedentes de revalorização	836	0	0	1.734	0	0	1.734	62	1.797	0	61.267	332.062	0	48.589	
Outras variações no capital próprio	334	281	7.377	379.550	0	0	386.926	102.465	489.391	82.117	0	1.684.261	0	695.741	
Resultado líquido do período	15.730	(457)	62.444	17.089	(150.435)	102.506	31.603	(12.294)	19.309	(6.347)	135.764	(977.635)	94.981	(41.611)	
Interesses minoritários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	235.604	0	551.594	1.493	
Total do passivo	942.818	9.318	1.140.944	414.739	6.531.091	15.076.022	23.162.796	1.230.089	24.392.885	437.657	7.149.288	13.108.850	15.628.856	2.354.501	
Passivo não corrente	646.939	1.678	841.325	317.035	4.349.074	13.325.821	18.833.255	1.088.591	19.921.846	150.391	5.779.409	10.854.528	11.827.136	1.264.309	
Provisões	11.595	1.678	3.966	4.594	15.404	821.819	845.783	30.573	876.356	48.218	33.592	234.692	196.917	20.482	
Financiamentos obtidos	569.356	0	693.547	119.998	4.333.670	450.659	5.597.874	558.132	6.156.007	101.725	2.423.312	9.022.336	8.304.187	994.929	
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	62.541	0	105.775	49.749	0	0	155.524	5.952	161.476	0	285.190	373.107	126.690	11.259	
Passivos por impostos diferidos	173	0	19.907	139.514	0	14.570	173.990	36.977	210.968	0	255.029	17.613	369.794	231.873	
Outras contas a pagar	3.275	0	18.131	3.180	0	12.038.773	12.060.084	456.956	12.517.040	448	2.782.286	1.206.780	2.829.548	5.767	
Passivo corrente	295.879	7.640	299.619	97.704	2.182.016	1.750.201	4.329.541	141.498	4.471.039	287.266	1.369.879	2.254.322	3.801.720	1.090.192	
Fornecedores	38.400	1.600	28.843	6.385	286.673	29.118	351.020	1.801	352.821	17.064	237.906	169.186	243.524	209.622	
Adiantamentos de clientes	30.102	0	107	215	0	0	322	0	322	0	3.006	777	3.628	14.305	
Estado e outros entes públicos	9.207	1.492	12.466	6.389	84	62.697	81.636	1.878	83.514	2.235	42.256	10.114	234.256	7.358	
Accionistas / sócios	54	0	1.975	0	0	0	1.975	0	1.975	0	0	0	18	0	
Financiamentos obtidos	52.432	0	34.535	52.875	1.687.120	1.554.690	3.329.219	79.629	3.408.849	211.535	516.401	1.523.233	1.884.593	194.630	
Outras contas a pagar	27.508	3.797	96.801	23.501	2.990	93.557	216.848	44.101	260.950	54.016	563.328	302.674	1.349.052	137.419	
Diferimentos	975	751	124.892	8.261	115.867	10.139	259.160	14.088	273.249	2.417	6.982	19.107	78.325	526.858	
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	14	89.282	0	89.296	0	89.296	0	0	169.423	0	0	
Outros passivos financeiros	0	0	0	64	0	0	64	0	64	0	0	59.809	8.324	0	
Passivos não correntes detidos para venda	137.200	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Total de Capital Próprio + Passivo	397.284	9.443	1.766.591	1.570.628	4.778.871	15.720.996	23.837.086	907.474	24.744.560	587.927	8.314.223	7.770.534	18.763.485	3.435.787	

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças



11.8. Demonstração de Resultados do Sector da Saúde – 2011/2010

Milhares de euros

RUBRICAS	Saúde	
	2011	2010
Custos e Perdas		
Cust. merc. vend. e mat.cons.	(1.480.535.745)	(1.531.199.559)
Fornecim. e serviços externos	(805.241.203)	(886.151.801)
Custos com pessoal	(2.388.446.072)	(2.780.580.438)
Amortiz., Prov. e Ajustamentos	(187.716.681)	(192.783.811)
Outros custos operacionais	(4.951.610)	(5.379.031)
<i>Custos Operacionais</i>	<i>(4.866.891.311)</i>	<i>(5.396.094.639)</i>
Custos e perdas financeiros	(10.915.153)	(12.209.688)
Custos e perdas extraordinárias	(86.664.518)	(105.349.655)
Impostos s/ rendim. exercício	(10.577.230)	(9.970.360)
TOTAL	(4.975.048.212)	(5.523.624.342)
Proveitos e Ganhos		
Vendas e Prest. Serviços	4.284.977.633	4.793.343.323
Variação da Produção	0	171.019
Trab. para a própria empresa	174.701	1.224.524
Subsídios à exploração / Indemniz. Compensatórias	16.424.527	21.531.711
Reversões de Amortiz. e Ajust.	0	544.435
Outros Prov. e Ganhos Operac. e Prov. Suplement.	160.294.684	184.506.288
<i>Proveitos Operacionais</i>	<i>4.461.871.546</i>	<i>5.001.321.299</i>
Proveitos e ganhos financeiros	11.746.018	13.388.939
Proveitos e ganhos extraordinários	115.418.798	185.988.747
TOTAL	4.589.036.362	5.200.698.985
Resultados operacionais		
Antes de subsídios / IC's	(421.444.293)	(416.305.050)
Após subsídios / IC's	(405.019.766)	(394.773.340)
Resultados financeiros	830.865	1.179.251
Resultados correntes	(404.188.900)	(393.594.088)
Resultados extraordinários	28.754.280	80.639.092
Resultados Líquidos	(386.011.850)	(322.925.357)

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças



11.9. Balanço do Sector da Saúde – 2011/2010

Milhares de euros

RUBRICAS	Saúde	
	2011	2010
Ativo		
Imobilizado	1.847.326	1.711.644
Imobilizações incorpóreas	5.773	4.916
Imobilizações corpóreas	1.826.855	1.706.722
Investimentos financeiros	14.698	6
Bens de domínio público	89.397	76.276
Circulante	152.514	159.936
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	17.536	18.166
Dívidas de terceiros - Curto prazo	1.550.558	1.309.513
Tit.negoc. dep.banc.e caixa	271.557	411.312
Acréscimos e diferimentos	2.782.389	2.218.839
Acréscimos de proveitos	2.776.320	2.212.533
Custos diferidos	6.069	6.306
Total do ativo líquido	6.711.278	5.905.684
Capital próprio	214.495	109.033
Capital, acções, prestações suplementares e prémios	1.650.410	1.755.180
Reservas	1.211.449	1.171.849
Resultados transitados	(1.822.702)	(1.443.463)
Resultado líquido do exercício	(386.012)	(323.872)
Total do capital próprio	867.639	1.268.726
Passivo		
Provisões	54.508	58.019
Pensões	18.802	18.695
Outras	35.706	39.324
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	79.693	57.174
Empréstimos - MLP	45.476	40.505
Estado e outros entes públicos - Passivo - MLP	29.416	11.562
Dívidas a terceiros - Curto prazo	5.147.904	3.877.533
Empréstimos - CP	433.509	422.590
Fornecedores - CP	2.041.973	1.439.065
Fornecedores de imobilizado - CP	93.528	95.307
Adiantamento de Clientes	2.098.064	1.492.568
Acréscimos e diferimentos	589.084	668.705
Acréscimos de custos	313.402	419.131
Proveitos diferidos	275.682	249.575
Total do passivo	5.843.638	4.636.958
Total do c. próprio, int. minoritários e passivo	6.711.278	5.905.684

Fonte: Direção-Geral do Tesouro e Finanças



11.10. Demonstração de resultados das EPF – Grupo CGD - 2011-2010

Milhares de euros

Rubricas	CGD consolidado	
	2011	2010
Margem financeira alargada	1.831.990	1.612.735
Juros e rendimentos similares (+)	5.368.195	4.388.089
Juros e encargos similares (-)	-3.682.929	-2.972.831
Rendimentos de instrumentos de capital (+)	146.724	197.477
Rendimento de serviços e comissões (+)	655.988	648.628
Encargos com serviços e comissões (-)	-151.357	-146.313
Resultado em operações financeiras (+)	-24.766	124.388
Outros resultados de exploração, do qual: (+)	214.887	350.963
<i>Resultado de operações descontinuadas</i>	0	0
Produto da actividade financeira	2.526.742	2.590.401
Margem técnica da actividade de seguros	505.020	508.998
Prémios, líquidos de resseguro (+)	1.243.666	1.323.352
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros (+)	143.399	206.767
Custos com sinistros, líquidos de resseguro (-)	-788.719	-931.660
Comissões e outros proveitos e custos associados à actividade de seguros (+)	-93.326	-89.461
Produto da actividade bancária e seguradora	3.031.762	3.099.399
Custos com Pessoal (-)	-995.705	-1.047.134
Outros gastos administrativos (-)	-694.974	-721.197
Depreciações e amortizações (-)	-212.489	-198.849
Provisões líquidas de anulações (-)	-146.652	-51.131
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações (+)	-825.927	-369.102
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações (+)	-701.140	-354.660
Resultados em empresas associadas (+)	9.485	7.100
Resultado antes de impostos e interesses minoritários	-535.640	364.426
Impostos sobre lucros:		
Correntes	-98.416	-129.220
Diferidos	204.852	64.181
	106.436	-65.039
Resultado líquido consolidado do exercício	-429.204	299.387
Interesses minoritários (-)	-59.221	-48.806
Resultado líquido atribuível ao accionista da CGD	-488.425	250.581
Número médio de acções ordinárias emitidas	1.012.027.397	900.000.000
Resultado por acção (euros)	-0,48	0,28

Fonte: Relatório e contas consolidado



11.11. Balanço das EPF – Grupo CGD - 2011-2010

Milhares de euros

Rubricas	CGD consolidado	
	2011	2010
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.704.482	1.468.752
Disponibilidades em outras instituições de crédito	986.197	1.264.973
Aplicações em instituições de crédito	4.956.118	3.424.242
Ativos financ. ao justo valor através de resultados	4.131.709	5.066.407
Ativos financeiros com acordo de recompra	16.843.643	24.748.551
Ativos financeiros disponíveis para venda	777.954	0
Investimentos associados a produtos "unit-linked"	584.879	732.512
Derivados de cobertura com reavaliação positiva	108.129	114.867
Investimentos a deter até à maturidade	2.837.379	3
Créditos a clientes	78.247.625	81.907.204
Ativos não correntes detidos para venda	473.485	423.389
Propriedades de Investimento	459.088	396.440
Outros ativos tangíveis	1.153.856	1.149.998
Ativos intangíveis	402.088	419.386
Investimentos em associadas	35.939	28.463
Ativos por impostos correntes	87.828	90.269
Ativos por impostos diferidos	1.928.680	1.088.680
Provisões técnicas de resseguro cedido	226.202	264.564
Outros ativos	3.620.001	3.273.274
Ativo líquido	120.565.282	125.861.974
Passivo	115.228.029	118.021.979
Recursos de inst.crédito e de bancos centrais	15.860.954	14.603.669
Recursos de clientes e outros empréstimos	70.587.491	67.680.045
Responsabilidades associadas a produtos "unit-linked"	584.879	732.512
Responsabilidades representadas por títulos	14.923.309	19.306.748
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1.918.488	1.712.117
Derivados de coberturas com reavaliação negativa	93.072	166.048
Provisões para benefícios a empregados	497.493	530.192
Provisões para outros riscos	389.991	273.227
Provisões técnicas de contratos de seguro	4.607.615	5.742.936
Passivos por impostos correntes	52.511	57.828
Passivos por impostos diferidos	166.220	180.917
Outros passivos subordinados	2.075.416	2.800.164
Outros passivos	3.470.590	4.235.576
Capital próprio	5.337.253	7.839.995
Capital	5.150.000	5.050.000
Reservas de justo valor	-2.078.222	-507.360
Outras reservas e resultados transitados	1.708.697	1.516.424
Result.exercício atribuído ao accionista da CGD	1.045.203	1.530.350
Interesses minoritários	-488.425	250.581
Passivo + Capital próprio	120.565.282	125.861.974

Fonte: Relatório e contas consolidado